

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CAMPUS DE MARÍLIA**

Ermenegilda de Fátima Dias Perino



MARÍLIA

2005

ERMENEGILDA DE FÁTIMA DIAS PERINO

**A VIOLÊNCIA ENTRE ADOLESCENTES NO CONJUNTO HABITACIONAL ORLANDO
QUAGLIATO NO MUNICÍPIO DE OURINHOS: REALIDADE OU MITO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Marília para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: **Prof. Dra. Bárbara Fadel**

MARÍLIA

2005

Perino, Ermenegilda de Fátima Dias

P445v A violência entre adolescentes no Conjunto Habitacional Orlando Quagliato no Município de Ourinhos: realidade ou mito? / Ermenegilda de Fátima Dias Perino. - Marília, 2005. 151 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2005.

Orientador: Profa. Dra. Bárbara Fadel
Bibliografia: f. 124-130

1. Antropologia social. 2. Violência urbana.
3. Adolescentes infratores. 4. Criminalidade infantil.
I. Autor. II. Título.

CDD 301.431

ERMENEGILDA DE FÁTIMA DIAS PERINO

**A VIOLÊNCIA ENTRE ADOLESCENTES NO CONJUNTO HABITACIONAL ORLANDO
QUAGLIATO NO MUNICÍPIO DE OURINHOS: REALIDADE OU MITO?**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Bárbara Fadel
Orientadora – UNESP/ Marília

Profa. Dra. Silvia Alapanian Colman
UEL/Londrina

Prof.a. Dra. Ethel Volfzon Kosminsky
UNESP/Marília

Marília, 13 de dezembro de 2005.

DEDICATORIA

Dedico este trabalho a meu companheiro, aos meus queridos filhos e aos meus pais (in memoriam) que sempre me incentivaram a seguir avante neste trabalho.

Hoje, ao vê-lo realizado, estou muito feliz e divido com vocês este grande momento e toda minha alegria ao realizar este sonho.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Prof.^a Dra. Bárbara Fadel pela firmeza, apoio e orientação que muito contribuiu para minha formação profissional.

A Prof.^a Dra. Silvia Alapanian Colman, pelas sugestões no exame de qualificação.

A Prof.^a Dra. Ethel V. Kosminsky, pelas sugestões, orientações e incentivo.

A Prof.^a Dra. Cristina Rezende pelo incentivo e por acreditar em meu potencial humano.

A minhas irmãs e irmãos, cunhados e cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, pela força.

A todas as minhas amigas, colegas de profissão, que, em nenhum momento, deixaram de se solidarizar com as minhas angustias. Um agradecimento especial à minha amiga Belkis G. Fernandes, pelo companheirismo e compreensão.

À querida amiga e companheira Sônia Mimura pela companhia, pela dedicação, solidariedade e por me incentivar.

A todos os delegados e delegada, funcionários das Delegacias de Polícia pelo acolhimento.

A Karla, Luiza, Eliane, Rafaele, Valdice, Adriana e Cidinha Finotti pela atenção e apoio.

A Luzinete e demais funcionários da biblioteca pela atenção e orientações.

Aos membros do Núcleo de Estudo da Infância e Adolescente – NEIA, pela atenção e sugestões.

Enfim, a todos que, de alguma forma, me ajudaram a trilhar este caminho e conquistar meu sonho.

Esta vida que exige da criança e do jovem que recriem, a cada momento, seus valores é uma vida provisória, de pura sobrevivência física. É uma vida que impede a formação de expectativas de longo prazo, projetos, sonhos para o futuro, dimensão pouco conhecida que é também a denúncia mais terrível sobre a vida dos jovens marginalizados. Que dizer do futuro de um país onde a maioria da juventude não pode sonhar, porque não vê diante de si nenhum futuro?

Francisco C. Weffort

Diretor do CEDEC

RESUMO

Este trabalho relata uma investigação que teve por motivação o interesse em analisar o perfil dos adolescentes infratores no município de Ourinhos e, mais especificamente, obter resposta para a hipótese baseada no conhecimento popular de que o Conjunto Habitacional Orlando Quagliato (CHOQ) seria o bairro mais violento da cidade (ou seria isto um mito?) Para a consecução deste estudo, optou-se em realizar uma pesquisa bibliográfica e documental nas Delegacias de Polícia existentes no município, onde 1.828 boletins de ocorrência foram consultados, totalizando 2.512 adolescentes, no período de 1999 a 2003. A partir desta pesquisa quantitativa, objetivou-se conhecer o perfil desses adolescentes, buscando identificar: número de boletins de ocorrência por delegacia, número de adolescentes envolvidos quanto a gênero, cor da pele, faixa etária, situação familiar, procedência por região, grau de escolaridade, delitos mais cometidos, atividades ocupadas, destino dos boletins de ocorrência. Apurando os dados e analisados os resultados, é possível constatar que a opinião pública era sustentada por um mito.

Palavras - Chave: Antropologia social; Violência urbana; Adolescentes infratores; Conjunto Habitacional Orlando Quagliato ; Ourinhos; Exclusão; Criminalidade infantil.

ABSTRACTS

This work tells a research that had per motivation the interest to analyse the profile of the infractor adolescents in the municipal district of Ourinhos and, specifically, to obtain answer to the hypothesis based in the popular knowledge than **habitational group Orlando Quagliato** would be the neighborhood more violent of the city (or would be that a myth?) to the attainment this study, **was chosen** to realize a research bibliographical and documental in the police stations there are in the municipal district, where 1.828 occurrence reports were consulted, totaled 2.512 adolescents, in the period of 1999 to 2003. Starting from this research quantitative and qualitative, aim at in to know the profile this youngs, looking for to identify: number of occurrence reports per police station, number of adolescents involved as the gender, color of skin, age group, familiar situation, origin per region, step of education, offenses more committed, activities occupied, destination of occurrence reports. Raising the facts and analyzing the resulted, is possible to confirm that the public opinion was sustained per a myth.

Key-words: Social anthropology; Urban violence; Infractor adolescents; Habitational Group Orlando Quagliato; Ourinhos; Exclusion; Infantile crime rate.

LISTA DE SIGLAS

1º DP - Primeiro Distrito Policial de Ourinhos

2º DP - Segundo Distrito Policial de Ourinhos

3º DP - Terceiro Distrito Policial de Ourinhos

ADH - Atlas do Desenvolvimento Humano

AMB - Associação de Moradores de Bairro

CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes

CHOQ - Conjunto Habitacional Orlando Quagliato

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CONDECA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

CRA-AE - Centro de Referência ao Adolescente – Amor Exigente

CT - Conselho Tutelar

DDM - Delegacia de Defesa da Mulher

DIG - Delegacia de Investigação Geral

DISE - Delegacia de Investigação sobre Entorpecentes

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Salem Abujanra

ERAS – Escritório Regional de Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDES - Programa de Ensino Superior

IDI - Índice de desenvolvimento infantil

ILANUD – Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do

Delinqüente

IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

NTC-PUC/SP – Núcleo de Trabalhos Comunitários - Pontifícia Universidade Católica de São

Paulo

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONGS - Organizações não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PACS - Programa Agente Comunitário de Saúde

PMAS - Plano Municipal de Assistência Social

PMO - Prefeitura Municipal de Ourinhos

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PPM - Programa Paulista de Mutirão

PSF – Programa de Saúde da Família

SEAD – Secretaria Executiva de Administração

SIG – Serviço de Investigação Geral

SMADS - Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SMO - Secretaria Municipal de Obras

SMS – Secretaria Municipal de Saúde

SSPES - Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UNB - Universidade de Brasília

UNEB - Universidade Estadual da Bahia

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIP - Universidade Paulista

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Estimativa por faixa etária.....	76
Tabela 02 – Projeções por faixa etária para o ano de 2010.....	76
Tabela 03 – Índices de Frequência Escolar e de Alfabetização.....	77
Tabela 04 – Renda familiar X Limites de comprometimento.....	79
Tabela 05 – População por gênero e faixa etária do CHOQ	84
Tabela 06 – Renda Familiar	84
Tabela 07 – Crianças e Adolescentes que trabalham.....	85
Tabela 08 – Frequência Escolar por gênero e faixa etária.....	85
Tabela 09 – Saúde da Mulher.....	86
Tabela 10 – Estrutura do Bairro.....	86
Tabela 11 – Número de Boletins de Ocorrência por delegacia	96
Tabela 12 - Número de Adolescentes Envolvidos por Delegacia.....	96
Tabela 13 - Adolescentes por gênero (geral).....	98
Tabela 14 - Adolescentes por gênero (CHOQ).....	98
Tabela 15 - Cor da pele (geral).....	98
Tabela 16 – Cor da pele (CHOQ).....	100
Tabela17 - Faixa etária dos adolescentes (geral)	100
Tabela 18 - Faixa etária dos adolescentes (CHOQ).....	102
Tabela 19 - Situação familiar dos adolescentes (geral).....	102
Tabela 20 - Situação familiar dos adolescentes (CHOQ).....	103
Tabela21 - Procedência dos adolescentes por região (geral)	103

Tabela 22 - Procedência dos adolescentes (Região I).....	106
Tabela 23 - Procedência dos adolescentes (Região II).....	106
Tabela 24 - Procedência dos adolescentes (Região III).....	107
Tabela 25 - Procedência dos adolescentes (outros municípios).....	107
Tabela 26 - Atividade dos Adolescentes (geral).....	109
Tabela 27 - Atividade dos Adolescentes (CHOQ).....	109
Tabela 28 - Cruzamento de dados – Atividades dos adolescentes.....	110
Tabela 29 - Delitos cometidos por adolescentes (Geral).....	111
Tabela 30 - Delitos cometidos por adolescentes (CHOQ).....	112
Tabela 31 - Grau de escolaridade dos adolescentes (Geral).....	114
Tabela 32 - Grau de escolaridade dos adolescentes (CHOQ)	114
Tabela 33 - Destino dos boletins de ocorrência (Geral).....	116
Tabela 34 - Destino dos boletins de ocorrência (CHOQ).....	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 CRIANÇA E ADOLESCENTE.....	20
1.1 História da Infância e da Adolescência.....	20
1.2 Criança e Adolescente: em busca da identidade social.....	26
1.3 Perfil dos adolescentes infratores.....	31
2 EXCLUSÃO E INSERÇÃO SOCIAL.....	33
2.1 Da exclusão social.....	33
2.2 A velha e a nova exclusão social.....	38
3 VIOLÊNCIA.....	45
3.1 Refletindo sobre a questão da violência na contemporaneidade.....	45
3.2 Fatores de Risco da violência.....	47
3.3 Violência Urbana.....	53
4 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	58
4.1 O ECA e sua origem.....	58
4.2 Avanços e Desafios do ECA	61
4.3 Maioridade Penal/Civil.....	67
5 - O MUNICÍPIO DE OURINHOS E O CONJUNTO HABITACIONAL ORLANDO QUAGLIATO.....	71
5.1 Histórico do município de Ourinhos.....	71
5.2 Histórico do Conjunto Habitacional Orlando Quagliato.....	78
6 – O PERFIL DOS ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE OURINHOS.....	88
6.1 Instrumentos metodológicos utilizados para construção do perfil do adolescente infrator do município de Ourinhos.....	88
6.2 Procedimentos de coleta de dados.....	92
6.3 Síntese dos Resultados.....	95

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.....	124
APÊNDICES.....	131
ANEXOS.....	147

INTRODUÇÃO

Historicamente, a criminalidade infantil tornou-se um problema pungente em nossa sociedade, e o desenvolvimento acelerado da grande concentração de renda muito tem afetado o Brasil. A todo o momento surgem discursos, reportagens, projetos na tentativa de serem eficazes no que se refere ao enfrentamento da condição dos adolescentes infratores. Após a Convenção Internacional dos Direitos da Criança ocorrida em novembro de 1989, efetiva-se uma nova doutrina para a justiça da infância e adolescência: a doutrina da proteção integral, substituindo a de situação irregular. Assim, instrumentos legais são repensados, objetivando criar formas eficazes de defesa e ascensão dos direitos humanos a todos os adolescentes da América Latina.

Muitos teóricos sociais acreditam que as desigualdades provocadas pela globalização do capitalismo atual têm reforçado a violência, o que tem se tornado, a cada dia, um problema mais sério e preocupante em nossa sociedade. Pode-se dizer que talvez essa seja a maior herança da grande concentração de renda que assola o país.

Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), publicados no Jornal Folha de São Paulo, em 12 de agosto de 1995, constata-se o que o Brasil vem confirmando, nas últimas décadas, uma tendência de enorme desigualdade na distribuição de renda e elevados índices de pobreza.

Vários fatores são responsáveis pela situação de desigualdade no Brasil, ou seja, a desigualdade é socialmente produzida por um conjunto de relações que abrangem as várias esferas da vida social. A miséria, a fome, a violência, a exclusão e muitos problemas surgiram como fruto da desigualdade social. Segundo o IPEA, os pobres e indigentes foram quantificados em 32 milhões de pessoas e 9 milhões de famílias.

É entre a segunda década da vida (12 a 18 anos) que os adolescentes passam para uma vivência diferente daquela experienciada na infância, pois é nesse momento que os conflitos começam a parecer, provocando mudanças comportamental, física e social. No desenrolar da adolescência, todos são vulneráveis; não só aos efeitos da transformação biológica que ocorrem no corpo, mas também de mudanças provocadas no mundo moderno, pela explosão demográfica, progressos científicos, comunicação e rápida transformação social.

Para Volpi (1997b, p.52) “a presença de crianças e adolescentes lutando pela sobrevivência nas ruas das cidades denuncia os efeitos que a pobreza exerce sobre as famílias de baixa renda e o fracasso dos modelos de desenvolvimento econômico concentradores e excludentes”.

Atualmente, vive-se num clima social que produz e potencializa a violência. Existem milhões de crianças e adolescentes que sobrevivem privados dos seus direitos, o que mostra a outra face da organização econômica e política do país, que se caracteriza pela ruína da distribuição de rendas, da ausência de justiça e do respeito à cidadania. Para explicar a origem dessa explosão, fala-se em banalização televisiva da violência, em crença na impunidade, em exclusão social e em falta de interesse e de agilidade da sociedade e do governo para enfrentar a questão.

A violência é caracterizada como um dos problemas atuais que mais tem chamado atenção da sociedade, apresentando uma grande variedade de situações, gerando confusão e situação de constrangimento, independente de quem a recebe, seja a criança, adolescente, a mulher ou o idoso, independente da natureza da agressão (podendo ser a física, sexual, psicológica e outras) e dos motivos diversos (político, racial e outros).

Silvia Alapanian Colmán confirma estes dados, quando em seu artigo “Contribuição do Serviço Social para a Aplicação de Penas Alternativas” diz que o aumento

da criminalidade muito tem preocupado a sociedade. A mídia apresenta resultados de atos violentos, acontecidos em vários cantos do país e também no exterior, deixando mortos e feridos, provocando na população indignação contra estes fatos, o que acaba estimulando o medo da população, pois acredita que tais ações de violência poderão vir acontecer consigo e sua própria família, prejudicando seu modo de viver em sociedade organizada, afetando a condição de homem livre.

Para refletir sobre estes aspectos, é que surge a proposta de realizar um estudo da manifestação de violência entre adolescentes no município de Ourinhos, obtendo uma resposta à pergunta que se encontra inserida no tema desta dissertação: se é realidade ou mito o Conjunto Habitacional Orlando Quagliato ser considerado o bairro mais violento do município. Este bairro foi projetado para atender parte da população que se encontrava excluída do sistema habitacional. Muitas dessas famílias se tornam nômades por não terem renda fixa ou renda suficiente que garanta o pagamento do aluguel de um imóvel. Essas famílias, geralmente, são subsidiadas pelo serviço público, serviço privado ou através da solidariedade da sociedade civil (OURINHOS, 2000/2005).

Em 1996, na tentativa de minimizar essa situação de carência habitacional no município de Ourinhos, o Governo Estadual e o Governo Municipal firmaram um convênio para a construção de quinhentas e vinte e três casas através do incentivo da produção de moradia de interesse social em parceria com as Associações Comunitárias, de acordo com a Lei nº 9.142/95 (SÃO PAULO, 1995). Essa parceria pressupõe o trabalho em regime de mutirão caracterizado pela participação voluntária, não remunerada das famílias interessadas em adquirir uma unidade habitacional e que estejam dispostas a contribuir com sua mão de obra na construção das mesmas.

Após a entrega das primeiras casas aos moradores, o discurso da comunidade local e de adjacências era de que o bairro instituído havia se tornado muito violento. Essa

afirmação impeliu a necessidade de realizar o presente estudo, através da pesquisa documental, com o objetivo de conhecer a natureza dos delitos cometidos, suas características geográficas e sociais, levantando o número de adolescentes autores de ato infracional, escolaridade, idade, o sexo, entre outras informações.

A preocupação e a vontade de conhecer mais sobre o adolescente autor de ato infracional do município de Ourinhos e sobre o tipo de violência que praticam surgiu da vivência profissional da autora desta dissertação, durante os anos em que trabalhou na Prefeitura Municipal de Ourinhos, como Assistente Social na cidade do interior do Estado de São Paulo.

O estudo aqui apresentado, não foi projetado dessa maneira desde o início. Além do levantamento de dados nas delegacias, pretendia-se realizar um estudo da maneira como estes adolescentes viviam cotidianamente, seus interesses e suas relações com a família e amigos. Devido a grande quantidade de material coletado, optou-se, por realizar um estudo dos boletins de ocorrências registrados nas delegacias do município, e em outro momento prosseguir com o estudo.

Para que fosse possível a realização do presente estudo adotou-se como primeiro procedimento a realização de um levantamento bibliográfico, buscando dados de interesse ao tema proposto e áreas afins na biblioteca da Unesp de Marília. Para iniciar o levantamento documental, realizou-se o contato com os delegados das delegacias policiais de Ourinhos, para que autorizassem o levantamento documental primário através das ocorrências no período de 1999 a 2003.

Após a revisão bibliográfica, foram determinadas as técnicas de registro dos dados contidos nos boletins de ocorrência e, após o pré - testes para a coleta de dados, realizou-se o levantamento dos registros de boletim de ocorrência nas seis delegacias do município. A principal meta a ser atingida, nesta etapa, era conhecer a procedência desses adolescentes,

para dar direção ou resposta à hipótese de qual seria o bairro mais violento. Conjunto Orlando Quagliato? Ou não? Qual seria o bairro com maior número de infratores? Seriam de que sexo? Brancos ou negros? Estudavam ou não? Que tipo de atividade exerciam? Viviam com seus pais?

Nesta pesquisa, foram adotadas etapas que nortearam o desenvolvimento do projeto, explicitadas no capítulo 6 dessa dissertação. Como parâmetro para construção do conhecimento, utilizou-se dos procedimentos de coleta de dados arrolados como geradores de indicadores locais. Assim, através da pesquisa documental, do método comparativo, quantitativo, pode-se chegar a um resultado real da procedência do adolescente infrator.

No decorrer dos primeiros dados coletados nessa pesquisa percebeu-se, além da constatação positiva ou não da hipótese, que os dados poderiam subsidiar ou iniciar um desenho do mapa da violência no município e que estes dados seriam de importância ímpar, somados aos demais trabalhos realizados na área. Essa dissertação, mesmo que modestamente, pretende contribuir para discussão sobre o adolescente infrator.

Optou-se por realizar os estudos de dados dos boletins de ocorrências nas seis delegacias existentes na cidade, sediadas pelos Distritos Policiais I, II e III, Delegacia de Defesa da Mulher, Delegacia de Investigações Gerais e Delegacia de Investigação sobre Entorpecentes. Essa direção foi tomada pensando em aproximar-se mais da forma de acolhimento dispensada aos adolescentes que tivessem praticado algum tipo de ato infracional, pois, embora seja autor de ato infracional, o adolescente deve ser sujeito participante de todo o processo de apuração do fato e imposição de medidas, não se esquecendo do direito à remissão, podendo exigir das autoridades o conhecimento básico de quais são os seus direitos.

Os adolescentes autores de ato infracional responderão ou não aos procedimentos determinantes das medidas sócias educativas e, em alguns casos, poderá haver remissão. Não

havendo provas da infração cometida, o adolescente não responderá a processo e os autos serão arquivados. Em todo ato infracional praticado por adolescente, efetua-se boletim de ocorrência na Delegacia de Policia e em seguida encaminha-se ao Promotor Curador da Infância e Juventude.

Esta dissertação foi organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, procurou-se fundamentar teoricamente os temas abordados nesta pesquisa sobre a história da infância e da adolescência, a busca da identidade social da criança e do adolescente e fazer um breve relato do perfil dos adolescentes infratores. O segundo capítulo trata da exclusão e a inserção social, bem como a velha e a nova inclusão; a violência será abordada no terceiro capítulo através de uma reflexão sobre a questão da violência na contemporaneidade, os fatores de risco da violência e a violência urbana. No quarto capítulo, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e sua origem, seus avanços, desafios e maioridade penal.

O quinto capítulo referiu-se a caracterização do município de Ourinhos e do Conjunto Habitacional Orlando Quagliato. Já no sexto capítulo, abordou-se o procedimento metodológico, a pesquisa documental, síntese dos resultados, finalizando com a análise dos resultados do adolescente infrator no município de Ourinhos, considerações finais, anexos e apêndices.

A importância dessa pesquisa vai além de uma coleta de dados e obtenção de informações. Além de contribuir para as Ciências Sociais tem como meta fomentar a política municipal de atendimento a essa faixa etária, priorizando a região considerada a mais violenta, permeando as políticas educacional, cultural, esportiva, social e de saúde, na tentativa de mudança de indicadores atuais, como também a divulgação dos resultados aos segmentos da sociedade envolvidos com o quesito abordado.

1 CRIANÇA E O ADOLESCENTE

1.1 HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

A palavra menor, sinônimo de criança, adolescente ou jovem, até o século XIX, era usada para os limites da idade, impedindo as pessoas de terem direito à emancipação e de assumir responsabilidades civis e canônicas.

No período colonial, a palavra menor, em documentos, quase sempre retratava a idade. Após a proclamação da Independência, juristas usavam o termo menor e menoridade para determinar a idade, sendo um dos critérios que definiam a responsabilidade penal do indivíduo pelos seus atos.

Para Del Priore (1996, p. 7),

Resgatar a história da criança brasileira é dar de cara com um passado que se intui, mas que se prefere ignorar, cheio de anônimas tragédias que atravessaram a vida de milhares de meninos e meninas. O abandono dos bebês, a venda das crianças escravas que eram separadas de seus pais, a vida em instituições que no melhor dos casos significavam mera sobrevivência, as violências cotidianas que não excluem os abusos sexuais, as doenças, queimaduras e fraturas que sofriam no trabalho escravo ou operário foram situações que empurraram por mais de três séculos a história da infância no Brasil.. Contudo, se é verdade que desta história surge uma imagem do autoritarismo e indignidade impostas por adultos às crianças, surge também uma história de amor materno e paterno, de afeto e de humanidade das inúmeras pessoas que acima de preconceitos e interesses mesquinhos, deixaram-se sempre sensibilizar com aqueles que, antes de tudo, são os mais carentes e indefesos dos seres humanos.

Do período colonial à República dos anos trinta, observou-se o tratamento não adequado dispensado à criança no país. A partir da década de 30, a família e o Estado

passaram a focalizar e se preocupar com as transformações que viriam alterar o futuro das crianças.

No século XVII, a criança assumiu um novo lugar, refletindo uma mudança estrutural na sociedade, onde se exigia uma nova categoria social, ou seja, o controle social, surgiu, o interesse pela criança.

A sociedade industrial exigia a conservação da criança bem como o gerenciamento de sua vida, tornando-se uma obrigação social. A criança que sempre ocupou lugar secundário em relação ao mundo do adulto, passa a ter seu espaço próprio e cuidado especiais, a partir de novos saberes como: pediatria, pedagogia e psicologia. A redefinição do estatuto da Criança desempenhou papel importantíssimo, junto à constituição da família nuclear moderna.

Em 1981, Philippe Áries realiza estudo sobre a infância e conclui, através das pinturas das épocas medieval e moderna na França, que tanto a categoria infância e o sentimento de família são formados no século XVII. Essa conquista realizada pela criança tem grande importância histórica. Áries confirma, ainda que, até a segunda metade do século XVII, a categoria infância não existia, ela só é descoberta a partir do século XVIII e sua evolução pode ser acompanhada na história nos séculos XV e XVI e século XVII.

A adolescência, na Idade Média, ainda não era reconhecida e, até o século XVII, era confundida com a infância. É a partir do século XVII que se inicia grande discussão acerca da criança. E os pequenos seres que, anteriormente eram desprezados, passam a ter um lugar especial no seio familiar.

Segundo a legislação brasileira¹, são consideradas crianças as pessoas com até 12 anos incompletos e adolescentes as pessoas entre 12 e 18 anos incompletos.

¹ Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

Para Volpi (1997b, p. 14) “a criança e o adolescente são concebidos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral”.

A condição peculiar de um ser em desenvolvimento coloca a necessidade de garantir o conjunto de direitos, como: educação, profissionalização, saúde, esporte e lazer, enfim todos os demais direitos que protejam e insiram o adolescente na vida social.

Como sujeito de direitos, o adolescente deve ser protagonista, participar amplamente nas decisões de seus interesses, cumprindo as normas legais, fortalecendo a responsabilidade do Estado, da sociedade e da família em promover seu desenvolvimento integral.

Atualmente, o Brasil apresenta um grande contingente de crianças e adolescentes, sendo²:

- 23,1 milhões de crianças entre 0 a 6 anos
- 27,2 milhões de crianças e adolescentes entre 7 a 14 anos
- 10,7 milhões de adolescentes entre 15 e 17 anos

A grande maioria das crianças e adolescentes são moradores na região Sudeste (23,5 milhões) e Nordeste (19,2 milhões) do Brasil. As regiões Norte e Centro-Oeste têm 5,7 milhões e 4,2 milhões de adolescentes. Este percentual de crianças e adolescentes sobre o total da população varia de uma região para outra. No Brasil, 35,9% da população total é constituída por crianças e adolescentes. Nas regiões Norte e Nordeste, este percentual aumenta para 44,5 e 44,1%, respectivamente. Nas regiões Sul e Sudeste, as crianças e os adolescentes representam, respectivamente, 33,4% e 32,5% da população total.³Em se

²Fonte: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente (2002)

³Fonte: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente (2002)

tratando, da região centro-oeste do Estado, especificamente na cidade de Ourinhos, as crianças e adolescentes representam 35% da população Ourinhense.

A grande maioria das crianças e adolescentes (77,9%) vive em áreas urbanas.

Com relação à raça/etnia, a população infanto-juvenil distribui-se da seguinte forma⁴:

- 31 milhões de brancos (51,2%)
- 25,8 milhões de pardos (42,7%)
- 3,2 milhões de negros (5,4%)
- 287 mil indígenas (0,5%)
- 181 mil amarelos ou de origem asiática (0,3%)

O percentual de crianças em domicílios com renda per capita menor que R\$ 75, 50, em 1991, era de 23,64% e, no de 2000, teve queda para 22, 81%. Já o percentual de crianças com renda per capita menor que R\$ 37, 75, em 1991, era de 3,66%, se elevando para 6,61% no ano de 2.000. Este quadro mostra, claramente, um aumento considerável de crianças em domicilio cuja renda per capta é menor do que R\$ 37,75.

Segundo o IPEA, que elaborou os Mapas da Fome e da Criança (1993), os pobres e indigentes foram quantificados em 32 milhões de pessoas e 9 milhões de famílias, mais da metade vivendo no Nordeste e nas regiões metropolitanas. Uma grande parte deste contingente vive com renda mensal que mal dá para adquirir uma cesta básica de alimentos que supram suas necessidades nutricionais. Foram identificados 15 milhões de crianças e adolescentes pertencentes a famílias de indigentes, o que representa a metade do total de indigentes brasileiros.

Os dados estatísticos, acima, revelam que esta situação de miséria constante tem elevado o abandono escolar neste grupo etário, diante da necessidade do seu ingresso mais cedo no mercado de trabalho, e esse ingresso cada vez mais diminui a sua possibilidade de ter uma educação formal e profissionalizante.

O relatório "Situação da adolescência no Brasil", elaborado pela UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), em 2002 mostra que “o baixo nível de educação e os

⁴Fonte: Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente (2002)

altos índices de pobreza comprometem o futuro de cerca de oito milhões de adolescentes brasileiros, 38% do total de 21 milhões de adolescentes de 12 a 17 anos”.

Segundo a Política Nacional da Assistência Social, considera-se o rendimento familiar percapta, uma variável importante e que influenciaria na defasagem escolar.

A infância é considerada uma fase em desenvolvimento, existindo a necessidade para subsistir, trabalhar o concreto, o lógico e o fantástico. É um período da vida que vai do nascimento à adolescência; período esse rico e dinâmico, no qual o crescimento acontece. A leitura destes dados permite dizer que são os adolescentes os mais expostos aos riscos e desajustes sociais, tornado -se vítimas fáceis das doenças sociais.

Nos dados apontados por estudos realizados pela (SMADS) Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social em 1999, percebe-se um notável aumento da população de crianças e adolescentes vivendo em domicílios chefiados por mulheres, decorrente de separações conjugais e ingresso da mulher no mercado de trabalho.

Parcela significativa das famílias brasileiras permanecem abaixo do limite da pobreza absoluta, sem o direito de sonhar com perspectivas futuras de satisfazerem suas necessidades básicas como: fome, habitação, educação, saúde , assistência social, cultura, esporte, lazer, trabalho,dentre outras etc.

Nos atendimentos realizados no Conselho Tutelar, no período de 2001 a 2002, referente ao Conjunto Habitacional Orlando Quagliato, no município de Ourinhos, os maiores problemas detectados foram:

- Evasão escolar 29,8%
- Crianças e adolescentes maltratadas pelos genitores 17,1%
- Comportamento familiar (quando família permite que os filhos permaneçam na rua, alcoolismo) 8,6%.
- Gravidez na adolescência 6,4%
- Mau comportamento de adolescente e praticas de atos libidinosos 4,2%
- Negligência da genitora 2,1%
- Agressividade da criança 2,1%

- Mau comportamento de adolescentes 2,1%
- Prostituição na adolescência 2,1%

Quanto à solicitação de serviços ao Conselho Tutelar, no mesmo período pela população do Conjunto Habitacional Orlando Quagliato, a maioria necessitava de:

- Pedidos de vaga em creche 19,2%
- Pedido de vaga em escola 2,1%
- Abrigo para crianças 2,1% (ocasião do internamento da genitora, por ser dependente química.)

Os fatos elencados acima mostra a fragilidade em que vivem as famílias atualmente; geralmente moram na periferia da cidade, lutando para serem incluídas socialmente, usufruindo de forma parcial e incerta dos serviços públicos que lhes são disponibilizados; convivendo com trabalho sem estabilidade e percebendo-se apartados da riqueza da cidade.

Para essas famílias, os programas de transferência de renda são fundamentais em seu pico de vulnerabilidade, a fim de assegurar subsistência para seus filhos, em casos de doença ou separação. Carvalho (1998, p.37), enfatiza:

Que a priorização da família na agenda política envolve uma pauta concreta: programa de geração de trabalho e renda, complementação da renda familiar, rede de serviços comunitários de apoio psicossocial, cultural e de lazer, esporte e atendimento jurídico à família buscando a melhoria da qualidade de vida através da participação e inserção social.

As condições definidas na maioria dos programas de geração de renda, como: matrícula e permanência dos filhos pequenos na escola são absolutamente corretas. Mesmo sendo limitados, esses programas de transferência de renda muito têm contribuído para o fortalecimento dessas famílias. A opção pela família e não pelo indivíduo já significa um grande avanço. A rede de proteção social visa ao grupo infante - juvenil, buscando superar o estado de pobreza, pensando no futuro, num projeto que lhe possibilite a busca de sua

identidade de uma forma mais serena, como um cidadão em fase peculiar de sua vida. Para Erikson (1972, p. 156),

É de grande importância para a formação da identidade do indivíduo jovem que lhe respondam e lhe confirmem status e função como uma pessoa cujo crescimento e transformação graduais fazem sentido para aqueles que começaram fazendo sentido para ele.

Sobretudo, o adolescente como um ser social em desenvolvimento, necessita de modelos consistentes nesta etapa do seu ciclo de vida, tendo em vista à formação adequada da sua identidade emocional e social.

1.2 CRIANÇA E ADOLESCENTE: EM BUSCA DA IDENTIDADE SOCIAL

A infância é um estado de desenvolvimento no qual existe a necessidade de trabalhar o concreto. Período que compreende desde o nascimento até a adolescência, é um período muito rico e dinâmico, no qual o crescimento acontece: anatômica, fisiológica e psiquicamente.

A auto-estima se desenvolve na pessoa ainda na fase de bebê. Enquanto a pessoa é cuidada, vai sentindo-se o quanto é amada e é, nessa fase, que vai aprendendo como é o mundo em sua volta; descobrindo seus valores a partir do valor que os outros lhe dão. Faz parte da natureza humana o amor e os cuidados que a grande maioria dos pais sentem pelos filhos e que, conseqüentemente, quando os filhos estiverem na fase adulta e os pais já com a idade avançada também serão cuidados pelo filho. Este resultado seria o ideal, mas nem sempre os filhos entendem dessa forma. Muitas vezes a prática não está associada ao discurso, pois existem fatores importantíssimos que são deixados de lado tal como a aceitação e o respeito pelos filhos mesmo que não correspondam às expectativas dos pais.

Para Tiba (2002, p.55)

O respeito à criança lhe ensina que ela é amada não pelo que faz ou tem, mas pelo simples fato de existir. Sentindo-se amada, ela se sentirá segura para realizar seus desejos. Portanto, deixá-la tentar, errar sem ser julgada, ter seu próprio ritmo, descobrir coisas permite à criança perceber que consegue realizar algumas conquistas. Falhar não significa uma catástrofe adjetiva. Assim a criança vai desenvolvendo a auto-estima, grande responsável por seu crescimento interno, e fortalecendo-se por ser feliz, mesmo que tenha que enfrentar contrariedade.

É desta forma que se desenvolve a auto-estima, responsável pelo crescimento interno, que fortalece o indivíduo para que possa enfrentar as adversidades da vida. Tanto a infância como a adolescência são fases de formação e desenvolvimento integral do adulto do amanhã, e não tendo vivido estas fases de forma sadia e com liberdade, este ser adulto não estará totalmente preparado e terá dificuldades em exercer o seu papel na sociedade.

Segundo Tiba (2002, p.85),

A adolescência pode ser comparada à etapa em que as árvores frutíferas dão flores. Estas geralmente ficam na parte mais alta, bem expostas ao sol. Supercoloridas e perfumadas, elas chamam a atenção de todos os polinizadores. Os adolescentes são ao mesmo tempo flores e polinizadores.

Tanto Takiuti (1999) como Knobel (1999) e Saito (1999), enfatizam que a adolescência é um período evolutivo do ser humano quando ocorre profunda transformação, estabelecendo nova relação com ele mesmo, seu corpo, o meio social em que vive, sendo vivido de diversas maneiras nas diferentes culturas, tanto com sua família como com outros adolescentes.

Graciani (1997, p.103) em relatos de sua experiência sobre a adolescência:

Trata-se concretamente, do período da existência imediatamente anterior à incorporação ao mercado de trabalho, à seleção do Estado, ao desempenho de papéis sociais de participação política para a construção da sociedade, ao exercício de autonomia, liberdade e responsabilidade cidadã etc., durante o qual a criança e o jovem podem encarar com realismo seu futuro, e antecipar, de certo modo, o mundo adulto e a possibilidade real de realizar-se como pessoa. Isso implica a possibilidade concreta de formação para os papéis do mundo adulto, responsabilidade que a sociedade moderna tem

fundamentalmente confiado ao sistema educativo que, de fato, se constitui no espaço mais importante para a infância e a juventude.

Para o Vitiello (1994, p.10)

A adolescência é uma fase de transição, durante a qual se perde a criança e se pode adquirir um adulto. É neste período que a maturidade biológica e sexual é atingida, se define a identidade sexual e, potencialmente, é onde se define o espaço social de homem ou mulher. No período da puberdade, que corresponde ao componente orgânico da adolescência, o indivíduo volta suas atenções para as mudanças do corpo e concentra suas energias nos processos psíquicos de perda do corpo infantil e de aceitação das novas formas.

Conclui-se que a fase da adolescência é um período de transição entre infância e a fase adulta, no qual ocorrem transformações físicas, psicológicas e sociais, e o relacionamento interpessoal é muito importante, principalmente a convivência com grupos da mesma idade, comportamento, roupas e adornos. Os adolescentes sentem a necessidade de formar grupos para tudo. Nessa fase, a relação com os amigos é muito valorizada; muitas vezes até mais valorizadas do que a relação com os pais.

Muito se tem dito sobre a diferença entre meninos e meninas; que os meninos são mais agressivos do que as meninas, entretanto, essas diferenças têm diminuído, provavelmente causada pelas mudanças sócio-culturais.

Na maioria das vezes, essas diferenças de conduta acontecem na idade escolar, com o processo de sociabilização da criança. A hipótese que alega essa diferença de maturidade psicoemocional se estrutura na observação de defasagem dos meninos em relação às meninas da mesma idade na linguagem e nas habilidades motoras. As meninas tendem a desenvolver condutas cooperativas, enquanto que os meninos as condutas competitivas, favorecendo, assim, um modelo de comportamento mais agressivo. Geralmente, os primeiros conflitos começam a existir no espaço da escola.

Em alguns casos, percebe-se que as mães pouco afetivas também podem constituir uma situação de risco e predispor, meninos e meninas, a condutas agressivas. Outros fatores de riscos parentais que possibilitam conduta agressiva precoce são: depressão antes do parto, a psicopatologia materna; família com um só dos pais presentes, baixo nível econômico e conflito matrimonial.

Raramente a mãe abandona os filhos, mesmo quando separada do marido; tem o costume de levá-los consigo, pois seu vínculo com os filhos é muito forte (TIBA, 2002). Existe uma grande diferença entre ser mãe e ser pai, pois historicamente a mãe tem cuidado mais dos filhos, tanto física como psicologicamente. Para Tiba (2002), tanto o pai como a mãe deve assumir sua condição de educadores, reformulando sua abordagem pautada na coerência, sempre constante, mostrando aos filhos o quanto os amam.

O aumento da desigualdade social tem excluído esses adolescentes socialmente, revelando o que se esconde por traz de atos infracionais que a cada dia são mais violentos. A evasão escolar, muitas vezes, está relacionada com a incapacidade cada vez maior da renda do trabalho das famílias para atender às suas necessidades básicas. Em se tratando dos desafios deste cotidiano, Machado Neto (1979, p. 78) afirma que:

A quase totalidade das meninas em idade escolar freqüentam a escola com irregularidade que se constata não só no bairro X como um todo, mas em toda a população pobre. A chuva, o acesso difícil, a carência do vestuário, a falta de livros e cadernos constituem-se em obstáculos que atingem a meninos e meninas.

Um estudo que está sendo realizado sobre o trabalho infanto-juvenil doméstico na cidade de Marília-SP (KOSMINSKY, 2005) alerta sobre o trabalho da criança e do Adolescente, apontando que, na maioria das vezes, esse fato implica em abandono escolar. Esse estudo mostra, também, que as deficiências da escola pública em suas dificuldade em trabalhar conteúdos que estejam à altura de todos, denotando que a forma como eles têm trabalhado, tem afastado a criança e o adolescente das salas de aula.

Acrescenta ainda que “as relações trabalho” e escola precisam assim ser vistas dentro da sua complexidade; apenas a proibição do trabalho infanto- juvenil não resolverá o problema da permanência da criança e do adolescente na escola.

Observa-se grande dificuldade de entendimento de toda transformação que ocorre com o adolescente por parte dos adultos. A dificuldade de entender que o adolescente não é mais criança e nem é um adulto ainda, em alguns momentos, faz com que lhe sejam cobradas atitudes de um adulto e em outras ocasiões lhe sejam negadas algumas participações em razão de ainda ser muito novo ou pequeno.

Para Volpi (1997b, p. 53),

A situação de pobreza a que estão submetidas a maior parte das crianças e adolescentes brasileiros, por seu lado, acaba geralmente por levá-las à entrada precoce no mundo do trabalho, que tem sido uma das estratégias utilizadas com maior frequência pelas famílias pobres para compensar a sua redução de renda, conseqüente de fatores como o desemprego, a perda do valor real do salário e/ou outros.

Do ponto de vista sociológico, é falsa a idéia de que a miséria produz a violência. Volpi (1997b, p.54) afirma que hoje se trabalha com a “idéia de que a violência é provocada por vários fatores, que, dependendo do contexto, desempenham pesos diferentes”.

A ausência do trabalho e da educação estão situados como um dos primeiros lugares entre os fatores que impedem a construção de uma sociedade democrática e justa.

O sistema educacional brasileiro necessita de uma revolução que garanta não só o acesso da criança e do adolescente na escola, mas a sua permanência, principalmente daquele que se encontra excluído, pertencente à população de baixa renda, que ficam na rua, que não são alfabetizados etc.

Conhecer o perfil do adolescente em conflito com a lei, no município de Ourinhos, obtendo assim a resposta que confirma ou não se o C.H.O.Q. é o bairro mais violento ou não é objeto de estudo desta pesquisa, buscando colaborar para construção de políticas públicas dignas para todo cidadão ourinhense.

1.3 PERFIL DOS ADOLESCENTES INFRATORES

Quais são os ingredientes da criminalidade entre adolescentes? Mães com muitos filhos; falta de qualificação; escolas públicas ruins; desemprego; baixos salários; falta de estrutura familiar; baixa auto-estima; falta de amor?

A delinquência juvenil no Brasil, nas últimas décadas, tem assumido posição de destaque devido ao acentuado envolvimento de adolescentes com a criminalidade. Este processo vem contribuindo para o sentimento de medo e insegurança da população das médias e grandes cidades em nosso país. A mídia tem transmitido quase que diariamente, numa narrativa dramática; crimes sensacionalistas cujos autores, em sua maioria, são de origem pobre e moradores da periferia. Presencia-se a construção de muralhas em torno das residências, muros altos e cercas elétricas, sistemas de vigilância e alarmes.

O adolescente, em conflito com a lei, é visto por setores da sociedade como um dos principais responsáveis pelo aumento dos índices de criminalidade e, para muitas pessoas, ser adolescente é estar ligado a fatores violentos, drogas, prostituição etc.

Dados estatísticos têm revelado, quase diariamente, que a proporção da indigência no Brasil é muito significativa para a população infanto-juvenil. O Censo Demográfico de 1991 (IBGE) revelava que a população constituída de 0 a 17 anos era da ordem de 41% e que um quarto dessa população vivia em situação de miséria.

Maristela Colombo apresenta em sua dissertação de mestrado que dos 2,6 milhões de crianças e adolescentes brasileiros, cerca de 1,6 milhões pertencem a uma faixa etária cuja frequência escolar é obrigatória, sendo que, 61% da população de adolescentes de 15 a 17 anos estão fora da escola. Esse fato está relacionado à necessidade do ingresso no mercado de trabalho e o que tem conduzido os adolescentes precocemente ao mercado de trabalho é, com certeza, a miséria. Este fenômeno social diminui cada dia mais a possibilidade dos

adolescentes de obter a escolarização formal e profissionalizante necessária ao enfrentamento das dificuldades de ingresso no mercado (COLOMBO, 2001, p.21).

Essa situação é reflexo das políticas sócio-econômicas que estiveram presentes nas últimas décadas do século XX e início do XXI, que pouco contribuíram para melhorar os índices da mortalidade infantil, da exploração do trabalho infantil, da baixa escolaridade, da prostituição etc.

Colombo (1999, p. 21) ressalta que:

O adolescente de classe média e alta, quando faz uso de drogas, está usando por divertimento ou porque é próprio da idade viver novas experiências. Já o adolescente de nível sócio econômico baixo é visto como maconheiro, usuário de drogas, podendo colocar em risco toda uma sociedade. Adolescente de nível sócio econômico mais elevado, fazendo baderna na rua possui distúrbio de comportamento, enquanto o adolescente de nível sócio-econômico baixo possui desvio de conduta.

Não se pode esquecer da história de vida desses adolescentes e de sua família, suas crenças e valores, que vão se incorporando através das próprias vivências. O modelo recebido dos pais tem peso considerável. Não se pode exigir dos adolescentes que vivem a exclusão no cotidiano, atitude de submissão e conformismo.

Para Colombo (2001) conhecer quem é o adolescente autor de ato infracional sua família, sua história de vida, ideologias, crenças e normas é imprescindível.

É justamente esse enfoque que esta pesquisa busca mostrar ao realizar o estudo nas delegacias de polícia do município, é buscar conhecer quem são esses adolescentes, através de leitura dos dados coletados nos boletins de ocorrência, levando em consideração a questão de gênero, idade, família, atividade, procedência, escolaridade e tipo de delito

cometido, traçando um perfil dos 2.512 adolescentes pesquisados que, de alguma forma, se encontravam excluídos.

No próximo capítulo a reflexão será sobre a exclusão e inclusão social, a velha e a nova exclusão.

2 EXCLUSÃO SOCIAL E INSERÇÃO SOCIAL

2.1 DA EXCLUSÃO SOCIAL

Exclusão Social não é um tema novo no Brasil. Fala-se da "nova pobreza". Debates e notícias sobre o conceito de exclusão social ganham espaço na mídia, jornais, revistas etc. Contemporaneamente, o pensamento sociológico europeu e o norte americano passam por processos familiares à realidade latino americana, particularmente a brasileira. A exclusão passa a ser duplamente interpretada, pois vários são os significados que reúnem pessoas, grupos abandonados, colocados de lado, sendo desqualificados, ficando fora do mercado de trabalho, das políticas sociais que lhe são de direito (VERÁS, 2003).

Constatou-se, ao longo da história, que a exclusão começou quando os aborígenes nus se renderam às vestes impostas pelos colonizadores; os negros que faziam girar as moedas, transformando seus dias em sofrimento e dor, pois eram os braços direito e esquerdo dos senhores de engenho. Uma triste história para quem adoçou milhares de bocas na Europa e como reconhecimento recebeu os açoites.

Na sociedade colonial, as mulheres eram consideradas meras reprodutoras, pois a sorte grande acontecia quando era escolhida por bons varões. Hoje, os povos miscigenados, oprimidos, têm a esperança de ser reconhecidos como um cidadão de direitos de fato, num país que está longe de se unir na diversidade, respeitando a pluralidade.

As causas das desigualdades sociais estão ligadas à estrutura da exploração capitalista. O Brasil nasceu com a marca da exclusão e foi o último país a terminar com a escravidão. Atualmente, tenta-se instaurar uma nova cultura da solidariedade.

A criminalidade e a exclusão caminham juntas, mas isto não quer dizer que todo cidadão excluído irá praticar algum tipo de violência.

A seguir, procura-se estabelecer a situação atual do Brasil, através do pensamento de vários autores que refletem sobre a questão da exclusão e da inclusão. O processo de globalização em movimento tem afetado sensivelmente todos os países, em especial o quadro social daqueles do chamado terceiro mundo. No Brasil, particularmente, a urbanização capitalista vem provocando uma esteira de problemas sociais bastante conhecidos. As discussões em torno do conceito de marginalidade social nos anos sessenta e setenta são hoje retomadas, acrescidas de novos componentes. Antes vista como pobreza, uma conseqüência do massivo êxodo rural para as cidades do Sudeste, refletia como efeito das migrações internas que esvaziavam o campo da região Nordeste, do Norte, e "incharam" as cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

Entendia-se à época, que os problemas urbanos de moradia (favelas), mendicância, delinqüência etc, poderiam ter suas raízes nesses processos migratórios. Na relação com a questão urbana, Wanderley (2001), relata como os estudiosos da escola de Chicago (Park, Burgess, McKenzie, 1948, Wirtk, 1939), entendiam que os processos de pobreza na cidade tinham a ver com desorganizações transitória, pois, em uma analogia com processos metabólicos dos organismos vivos, novos membros, num esforço de adaptação, invasão e sucessão, iriam progressivamente assimilar-se ao cenário urbano (WANDERLEY, 2001).

Sposati (2001, p.77) afirma que "a exclusão/inclusão social como processo histórico é um continuo excluir e não um lugar posto e estável. Trata-se de um processo, é relacional, portanto, mutável".

Martins (1997, p.34) afirma que "não existe exclusão, existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticas econômicas excludentes". Martins pergunta por que somente agora se percebe a exclusão? Por que não, antes? Explica que, logo que acontecia a exclusão, em curto prazo, se dava a inclusão. Um exemplo são os camponeses que eram expulsos do campo e eram empregados pela indústria em seguida. Assim a exclusão não tinha visibilidade como exclusão, porque eram excluídos e logo reincluídos, passando para um outro modo de viver, de analisar a vida, trabalho etc. Martins (1997) coloca ainda que os problemas sociais são atribuídos de forma vaga e indefinida aquilo que chamam de exclusão, como se um conceito explicasse tudo; o que tem ocorrido é a confusão da prática e a ação da vítima, que deseja apenas por justiça e transformação social.

Atualmente, o problema da exclusão começa a se tornar mais visível do que nos últimos anos, porque a inclusão passou a demorar mais, o tempo em que o trabalhador passa a procurar trabalho, começou a se tornar excessivamente longo e freqüente. Sem falar dos milhões de adolescentes que ingressam no mercado de trabalho todos os anos.

Para Martins (1997, p. 14) "este processo que nós chamamos de exclusão não cria mais os pobres que nós conhecíamos e reconhecíamos até outro dia. Ele cria uma sociedade paralela que é incluyente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político".

No Atlas de Exclusão Social no Brasil (v. 2, 2003 , p. 43) entende-se

A velha exclusão social como a forma de marginalização dos frutos do crescimento econômico e da cidadania, expressa pelos baixos níveis de renda e escolaridade, incidindo mais freqüentemente sobre os migrantes, analfabetos, mulheres, famílias numerosas e a população negra.

Martins (1997) fala dessa "grande massa da população sobrando", que possui uma margem pequena de chance de ser reincluída dentro dos atuais padrões de desenvolvimento econômico. Esta passagem da exclusão para inclusão tem se transformado num "modo de vida", significando um período transitório.

Martins (1997) dá um exemplo: "as crianças de Fortaleza que se dedicam à prostituição para ganhar a vida não são consideradas excluídas, pois elas são incluídas como prostitutas vendem um serviço, recebem dinheiro pelo serviço prestado, para sobreviverem". Só que este tipo de trabalho lhes tira a dignidade e a "condição de pessoa". Este tipo de inclusão pode até integrar economicamente, mas não moralmente e socialmente. E qual será o valor recebido pelo serviço? Não se fala de garotas de programas que colocam sua propaganda em jornais, com número de celular, que têm apartamento, que freqüentam uma universidade. Uma grande maioria vende seus serviços nas estradas, permanecendo no pátio dos postos de gasolina, em pequenos prostíbulo onde são exploradas.

Quanto recebe pelo serviço prestado? Cinco ou dez reais. E com quantas pessoas teriam que prestar serviço por dia para poderem ter suas necessidades básicas garantidas? E será que isso as garante? Constantemente ouvem-se (senso comum) referências a este tipo de prestação de serviço como "falta de vergonha na cara", de alternativa por não gostarem de "pegar no pesado" etc, como se este tipo de trabalho fosse fácil, esquecendo que muitas pessoas prestam este serviço por falta de oportunidade de estar em outro. Que tipo de exclusão vivem em seu cotidiano? Como vivem suas famílias? Elas têm acesso a todos os bens e serviços que lhe são de direitos?

O mesmo acontece em vários tipos de exclusão e inclusão, acontecendo em variados graus e de modos diferentes. Martins (1997, p. 18) coloca que "È preciso, pois, estar atento ao fato de que, mudando o nome de pobreza para exclusão, pode-se estar escamoteando

o fato de que a pobreza hoje, mais do que mudar de nome mudou de forma, de âmbito e de conseqüências”.

Bracho (2001, p. 119) em uma exposição analítica sobre a exclusão social, identifica na literatura referente diversos significados para o tema exclusão.

De um lado, está a visão segundo a qual a exclusão refere-se a uma quebra de laços sociais ou a um não cumprimento dos direitos sociais. De um outro lado, estariam àquelas posições em que a exclusão social é identificada com casos extremos de desigualdade social. Finalmente, há os trabalhos que associam a exclusão social com a problemática econômica, identificando-a com as racionalidades dos modelos neoliberais, ou, pelo menos, com conseqüências inesperadas desses modelos.

Assiste-se hoje, entre os mais pobres, exatamente a consciência de que não existe justiça; que estão sendo tratados como cidadãos de categoria inferior. Para Martins, é estar frente a um novo pensamento, que é do homem colonizado, que não sabe ser verdadeiro, sente-se satisfeito por imitar os indivíduos ricos, confundindo a realidade.

Martins (1997, p. 36) diz que no "chamado neoliberalismo, o Estado se torna o estado mínimo, que abre mãos de suas responsabilidades sociais; a sociedade civil é que tem de resolver os seus problemas”.

Santos, R. C. (2002, p.60) discute as tendências e os desafios das políticas sociais de assistência no Brasil e examina a compatibilidade entre o discurso que tem sido sustentado e sua reivindicação e os resultados atingidos pelos programas implementados. A autora investigou o Programa de Garantia de Renda Mínima em Ourinhos, no período entre 1997 e 2001 e percebeu que as expectativas em relação ao alcance das políticas sociais, especialmente as redistributivas são de que estas contribuam para a elevação da qualidade de vida e para a ampliação do estatuto da cidadania de seus beneficiários.

O discurso da ampliação da cidadania, quando confrontado com os mecanismos criados para viabilizar as políticas sociais brasileiras, adquire variações e ambigüidades.

Santos (2002) verificou que as famílias atendidas aumentaram relativamente seu consumo e que houve uma maior participação política cumprindo, mesmo que parcialmente o objetivo de inclusão, embora as famílias continuem a ser estigmatizadas pela sociedade por necessitarem de continuar a receber este benefício, para suprir suas necessidades básicas.

2.2 A VELHA E A NOVA EXCLUSÃO SOCIAL

A exclusão social é um fenômeno que tem afetado a população brasileira há muito tempo. Contudo, a partir da década de 80, o país passou a registrar um agravamento na trajetória da exclusão social, com o baixo crescimento econômico, complicando a questão do desemprego e, como consequência, a violência. Acompanhando os indicadores da educação, percebe-se que, mesmo tendo melhoras, não é suficiente para romper com o aparecimento de novas formas de exclusão social.

Observa-se que, além da velha exclusão ocasionada pela baixa renda e a baixa escolarização, o brasileiro conta agora com a nova exclusão que está atrelada à violência e ao desemprego maciço. Segundo o Atlas da Exclusão Social em seu (v. 2, 2003, p. 12, 46)

A exclusão se apresenta sob múltiplos aspectos em várias dimensões da vida nacional, [...].nota-se que, ao longo da segunda metade do século XX, de maneira sempre reiterada, quase metade das 27 unidades federativas brasileiras apresentou índices aflitivos de pobreza, sendo que a mesma quantidade exibiu índices sofríveis de assalariamento formal. Mais de um terço mostrou índices inaceitáveis de desigualdade de rendimentos, enquanto dois terços revelaram índices precários de alfabetização e escolaridade. Finalmente, cerca de metade apresentou índices preocupante de violência e, como síntese, igual numero revelou índices críticos de exclusão. [...] Ou seja , ao longo de toda a segunda metade do século, mais de um terço dos brasileiros se encontram vivendo sob velhas e novas formas de exclusão social [...] entre 1960 a 1980, verificou-se uma redução da pobreza, motivada pelos altos índices de crescimento econômico. Ao mesmo tempo, apesar da

baixa qualidade da educação, logrou-se expandir o seu alcance, reduzindo o índice de analfabetismo para o que contribuiu o aumento da urbanização.

A incapacidade da sociedade em garantir a todos os mesmos direitos, para que possam ter acesso e formas dignas de inserção tanto no mercado de trabalho, como na educação, na saúde e outras riquezas existentes no planeta, é o que tem alimentado um ciclo destruidor, gerando um número grande de excluídos. Nos últimos anos (1980 a 2000) observou-se aumento da sociedade de consumo e aumento da violência. O número de homicídios tem aumentado de forma assustadora nos últimos vinte anos.

Por outro lado, esse modelo concentrador impediu a diminuição da velha exclusão abaixo de um certo patamar, pois com políticas sociais segmentadas e as margens de lucros, o gasto público e o investimento privado assegurava uma elevada taxa de assalariamento formal, ampliando o mercado de consumo.

Ainda nessas duas últimas décadas (1980 a 2000) ocorreu a estagnação da renda, fruto da generalização do desemprego e da informalidade.

Os efeitos positivos do lançamento do real sobre o consumo e o investimento foram provisórios, e a contenção da massa salarial se tornou uma constante no período pós-1997, quando se verifica o esgotamento do breve ciclo expansivo. Como consequência, o índice de pobreza se espalha como fruto da política economia estagnante (ATLAS..., 2003, v.2, p. 46).

Já os índices de alfabetização avançam, diminuindo as diferenças regionais resultado esse fruto de mudanças políticas como a organização de sindicatos, a Constituição Federal de 1988 e a autonomia na execução das políticas sociais tanto no âmbito estadual como no municipal.

A velha exclusão permanece mantendo as baixas condições de renda e instrução, mas ganha uma nova forma, contribuindo para uma sociedade cada dia mais competitiva e

consumista, ocasionando uma "dessocialização" que vem provocar a violência, o desemprego e informalidade.

Desde 1980, uma nova dinâmica de exclusão vem apontando e somente em 1990 é que assume uma posição mais definida. Para Vêras (2001, p. 35) "os anos 90 também reeditam o conceito de exclusão como a não-cidadania, principalmente a idéia de processo abrangente, dinâmico e multidimensional”.

Para Oliveira, O. e Pinto (2001, p. 14)

Desemprego tecnológico, estreitamento de oportunidades por diminuição de postos de trabalho, restrição dos mecanismos de proteção social e redução da população coberta por esses mecanismos, todos esses fatores configuram uma nova exclusão, diferente daquela considerada em etapas anteriores do capitalismo.

Nos anos 90, na América Latina, a comunidade científica debruçou-se sobre a pobreza, mais precisamente sobre as novas formas de pobreza e de exclusão, que provocaram várias reflexões. Estimulados pelas Nações Unidas, autores latino-americanos e de mais nacionalidades, abordam a pobreza e as várias formas de combate em diversos modelos de intervenção, bem como os sistemas de seguridade social.

Todos os cidadãos estão expostos à violência atualmente, e tem atingindo o adolescente de uma maneira mais preocupante, principalmente quando os efeitos da velha exclusão se fazem presentes, como é encontrado nas grandes cidades, na periferia, pressionado pelas escassas oportunidades de trabalho pelos “apelos de uma sociedade monetizada e consumista”.

A exclusão social não é, em primeira instância, o que ocasiona a violência; podendo ser vista como consequência da nova realidade que, por sua vez, é produzida pela grande competição social existente, pelos valores morais alterados, pela sociedade de

consumo e em parte pela incapacidade do poder público em reverter os indicadores da “velha exclusão”.

Durante os últimos quarenta anos, a velha exclusão apenas foi atenuada, sendo um desafio a ser enfrentado, pois a nova exclusão se apresenta de forma avassaladora.

Entende-se por nova exclusão um fenômeno de ampliação de parcelas significativas da população em situação de vulnerabilidade social, e também as diferentes formas de manifestação da exclusão, abarcando as esferas cultural, econômica e política. Esta nova exclusão atinge segmentos sociais antes relativamente preservados do processo de exclusão social, tais como jovens com elevada escolaridade, pessoas com mais de 40 anos, homens não negros e famílias monoparentais. (ATLAS ... 2003, v.2, p.49).

Sem dúvida alguma, aumenta o desafio do poder público ao tentar eliminar a nova exclusão, pois o desemprego e as dificuldades encontradas para inserção do cidadão no mercado de trabalho, como formas modernas que geram a exclusão, provocam explosão da violência urbana e vulnerabilidade juvenil, que se acentuam pela maior flexibilidade ocupacional e de renda.

Um dos indicadores da nova exclusão aponta para o acesso ao mercado de trabalho, através do emprego formal, que oferece uma certa garantia, sendo um indicador da inclusão social da população. No decorrer dos últimos 40 anos, se observaram dois processos distintos de vínculos empregatícios no país.

De 1960 a 1980, num primeiro momento ocorre aumento significativo da formalização dos vínculos em todo país, ocorrendo a expansão da proteção social. Num segundo momento, de 1980 a 2000, após a segunda metade deste período, diminuiu o emprego formal no total das ocupações, o que ampliou de forma significativa o desemprego e precarização dos postos de trabalho e conseqüentemente, reduziu dessa forma a proteção aos trabalhadores.

Apesar de ter ocorrido uma significativa ampliação, pouco se alterou, ou seja, ao longo dos quarenta anos, a posição dos estados e do país demonstrou sua incapacidade de

desenvolver-se e amenizar as desigualdades. Nas regiões Sul e Sudeste se concentraram os empregos formais; na região Nordeste acontece alta concentração de postos trabalhos precários com número reduzido de emprego formal.

Mudanças nas políticas macroeconômicas, que foram implementadas na década de 90, acabam por penalizar as regiões que foram mais desenvolvidas economicamente.

Comparando as regiões Sudeste e Nordeste, que no período apresentaram os melhores e piores resultados quanto ao emprego formal, nota-se segundo o Atlas da Exclusão Social, (2003, v.2, p.50) que o Brasil encontra-se colocado no ranking do emprego formal, com grande crescimento do índice de emprego formal que :

Entre 1960 e 1980, tanto no Nordeste (133%) quanto no Sudeste (167%), no momento seguinte (1980 a 2000), o Nordeste amplia a participação do emprego formal em 10%, enquanto no Sudeste assiste-se um encolhimento da ordem de 16% na participação do emprego formal.

Junta-se aos acontecimentos ocorridos nas duas últimas décadas, soma-se o desemprego atual que atinge a sociedade brasileira. Um período que encerra a essência da nova exclusão, não escolhendo o sexo, raça, escolaridade e faixa etária, atingindo com maior rigor o objeto de estudo do projeto que é a população adolescente.

Os resultados mostram que a redemocratização, a constituição de 1988, a expansão das políticas sociais em todas as esferas, muito contribuíram para a melhoria dos indicadores de educação e saúde, embora a exclusão social tenha sido reforçada por novos processos.

O desemprego e a informalidade muito têm contribuído para romper os vínculos sociais numa sociedade que, a cada dia, se torna mais competitiva, onde o consumo está cada dia mais sofisticado.

Para os organizadores do Atlas da Exclusão Social no Brasil (2003, v. 2, p. 55)

A exclusão social, tanto a velha como a nova, somente pode ser entendida a partir da compreensão da dinâmica geradora de excluídos sociais, de

“desestabilização dos estáveis” que traz para parcelas crescentes da sociedade brasileira sua “instalação na precariedade”. Desta forma, ao conjunto dos tradicionais “despossuídos” do passado, agora se junta uma legião de “deserdados”, às vezes com níveis médios de instrução relativamente elevados, em virtude do crescente fracionamento da antiga classe média.

Neste novo modelo de dinâmica de exclusão social, que teve origem na década de 80 e se definiu na década de 90, o processo financeiro na América Latina gera um processo de valorização do capital, havendo uma flexibilidade contínua dos salários e empregos. O sistema financeiro passa a orientar poupança para títulos públicos, exigindo a precarização e intensificação do trabalho.

Assim, a nova exclusão mal consegue esconder a manifestação da velha exclusão. Não obstante, intensifica a exclusão ao baixo nível de renda e escolaridade, bloqueando a ascensão profissional, sempre oferecendo empregos com baixa estabilidade.

O adolescente, ao se inserir no grupo economicamente ativo, muitas vezes, já se encontra excluído do emprego e da renda, mesmo possuindo um maior grau de instrução. Tal fato ocorre em virtude da incapacidade de promover crescimento econômico sustentado e deficiência de investimentos e de emprego.

O Brasil, em pleno século XXI, continua atrelado ao desenvolvimento capitalista, responsável em promover acomodação dos setores econômicos internos e da economia central. Informalização e defesa de maior flexibilização acabam gerando desenvolvimento desigual internamente, permitindo o domínio e ajustamento passivo às tendências do capitalismo internacional por grupos econômicos.

Não se pode negar que a violência caminha lado a lado com a falta de perspectiva de inserção do adolescente na vida social. A explosão ocorrida nos últimos tempos vem apontando a falta de intervenção efetiva, objetivando amenizar a enorme desigualdade existente.

A nova exclusão nada mais é do que a velha exclusão não resolvida; da falta de novos caminhos para ajustamento interno e externo. O que temos presenciado hoje "customizada", da falta de novos caminhos para ajustamento interno e externo.

A concorrência entre os trabalhadores está cada vez mais acirrada e, mesmo enfrentando o desemprego, ainda são culpabilizados pela situação em que se encontram. Estes trabalhadores são auto-excluídos, pois a razão de seu insucesso em obter uma vaga no mercado de trabalho, pode ser a falta de qualificação.

Resumindo, o Brasil apresentou melhora tímida nos indicadores da exclusão social nas décadas de 60, 70 e 80, ao contrário do verificado nas décadas de 80 a 2000, quando ocorreu uma inclinação na trajetória da exclusão. Em relação a estes resultados, o combate à exclusão social, tornou-se um desafio muito forte. As soluções para os novos e velhos problemas perpassam todas as esferas do governo, em todas as áreas do poder público e a sociedade civil passa a ter um papel decisivo.

Esta dissertação de mestrado poderá contribuir para as próximas ações a serem realizadas através da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, em parceria com as demais políticas públicas, sociedade civil e serviços privados na busca da inserção dos adolescentes que se encontram excluídos de seus direitos fundamentais.

Nas próximas páginas, a abordagem será sobre violência, com o objetivo de lançar aportes reflexivos na contemporaneidade, sobre os fatores de risco e as diversas formas de violência urbana.

3 VIOLÊNCIA

3.1 REFLETINDO SOBRE A VIOLÊNCIA NA CONTEMPORANEIDADE

Muitos teóricos sociais acreditam que as desigualdades provocadas pela globalização do capitalismo atual têm exacerbado o fenômeno da violência, o que tem dificultado, cada dia mais, a vida do cidadão na sociedade. Pode-se dizer que talvez essa seja a maior e mais perversa herança da grande concentração de renda que assola o país. Atualmente, discussões e reflexões entre os profissionais de diversas categorias e entre a sociedade de maneira geral, procuram buscar maneiras mais eficazes de se livrar dos “jovens marginais” a quem a sociedade tem colocado grande responsabilidade pela violência ora instalada.

Não são novas as especulações sobre a origem da violência, pois atos de violência fazem parte da história social dos homens. A violência é perceptível desde as sociedades primitivas até as sociedades mais modernas, atingindo as classes sociais de forma geral.

Vários fatores têm sido apontados como responsáveis pela situação de desigualdade no Brasil, que é socialmente produzida por um conjunto de relações que abrangem as várias esferas da vida social, como: a miséria, a fome, a violência, a exclusão e muitos problemas surgem como fruto da desigualdade social.

Mostrar todos os atos de violência cometidos ao longo da história da humanidade seria uma árdua e desagradável tarefa. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2002)

Somente nos dez últimos anos, cerca de dois milhões de crianças foram vítimas fatais de conflitos armados e dois milhões restaram gravemente feridos, com um saldo, ainda, de dez milhões com seqüelas psicológicas. Na

Somália, a fome, a falta de água e as doenças evidenciaram uma violência ultrajante, sem qualquer justificativa.

A Organização das Nações Unidas (ONU) denunciou, no início do ano de 2001, que a tortura nos presídios do Brasil é praticada de maneira sistemática e está disseminada por todas as fases de detenção, desde o momento da prisão em flagrante, nas delegacias, nos atos de investigação policial, até a execução da pena. A ociosidade na prisão e a superlotação carcerária são algumas das formas de violência, existindo um preconceito no tratamento às pessoas pobres, especialmente em relação às mulheres e, principalmente, as negras, pois os crimes praticados por colarinhos brancos e bicheiros, dão um status diferente, pois estes tentam subornar o sistema carcerário.

Esta violência institucional deixou resultados irreparáveis na sociedade brasileira. A violência e a falta de respeito para com o ser humano estão cada dia mais preocupante, sem dizer da violência que não chega ao conhecimento da sociedade, pois se instala nos subterrâneos da vida social.

Para Elias (1993, p.200) “a violência física e a ameaça que dela emana exercem uma influência decisiva sobre os indivíduos, saibam eles disso ou não”.

Dados da (UNICEF) indicam que quarenta mil crianças morrem de fome no mundo; quinze milhões pertencentes aos países do Terceiro Mundo, entre eles o Brasil. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) dez milhões de brasileiros estão com esquistossomose, cinco milhões com tuberculose e um milhão de infectados pelo vírus do HIV⁵. A mortalidade infantil que, em 1997, matava trinta e sete crianças para cada mil, tendo como causa a ausência de assistência pré-natal e de acompanhamento médico durante o parto; quatrocentas mil crianças morrem antes de completar cinco anos de idade. (PIE DADE JUNIOR; LEAL, 2003)

⁵Dados de 1998/1999

O custo do atendimento a acidentados e agredidos internados nos hospitais públicos e conveniados, até agosto de 2001, já contabilizava R\$ 635.247 milhões dos cofres da União. Estes gastos sugerem um avanço nas taxas de violência intencional e acidental, mas ainda faltam informações que permitam saber em que velocidade elas estão crescendo. “Se este gasto já é significativo, segundo o próprio governo, ele é apenas a ponta de um iceberg de bilhões de reais gastos por ano com a violência”. (CORRÊA, 2001)

Presencia-se no dia a dia a eliminação do mais pobre, do analfabeto, do doente, do menino de rua, pois os mortos não oferecem perigo para a sociedade, ficando cada dia mais difícil o combate à pobreza, visto que a violência gera violência e tem se confirmado que os oprimidos são mais violentos por estarem enquadrados numa sociedade também violenta. Necessita-se com a máxima urgência de humanização na saúde, na educação, um novo olhar para a criança abandonada, alternativas e perspectivas de emprego para adolescentes, enfim, uma nova visão enfocando, principalmente, a importância da instituição “família”.

Resta indagar: a família tem culpa pela violência de seus filhos? A justiça tem cumprido a sua parte? Só os filhos de famílias pobres são violentos e cometem crimes? Quem tem oportunidade de escola, saúde, emprego tende a infringir menos? O Governo tem sido eficiente no cumprimento de seus deveres? Qual a solução para diminuição da violência? Estas respostas devem ser alcançadas em conjunto, Governo e Sociedade, sensibilizados, unidos e comprometidos para consolidar a justiça social e vida com dignidade para todos.

3.2 FATORES DE RISCO DA VIOLÊNCIA

Presencia-se o aumento dos episódios de violência, em particular dos homicídios, nas últimas duas décadas no Brasil. A notícia sobre violência tem migrado dos seus

tradicionais redutos e jornais especialistas na criminalidade, para ser destaque em todos os meios de comunicação.

Pode-se dizer que em sua totalidade a violência tem sido acompanhada não somente pela cobertura de seus episódios, mas também por amplo debate sobre a natureza e as possíveis conseqüências deste aumento. Para a Professora Elizabeth Rondeli (1998, p. 146) do Departamento de Métodos e Técnicas da ESS-UFRJ, “este excesso da tematização teve o efeito de construir um determinado imaginário sobre a violência, que passou a informar e a produzir atitudes sociais a elas referenciadas”.

No Brasil, pouco se discute sobre a influência de programas que têm um conteúdo violento, e poucas pesquisas foram realizadas na tentativa de desvendar os efeitos ocasionados através da violência observada na mídia. Além dessa violência banalizada, que é considerada corriqueira, aponta-se a violência policial praticada, sendo que, na maioria das vezes, de forma ilegal, contrariando a sua função.

Lembranças das imagens da chacina de presidiários do Carandirú e dos meninos da Candelária, por exemplo, levam à reflexão, pois a desigualdade brutal e estrutural de certa forma tem sido naturalizada. A violência, neste sentido, desponta como linguagem e ato de comunicação, muitas vezes não conscientes por praticantes ou vítimas. Para Rondelli (1998, p. 146)

O modo como a mídia fala sobre a violência faz parte da própria realidade da violência, as interpretações e os sentidos sociais que serão extraídos de seus atos, o modo como certos discursos sobre ela passarão a circular no espaço público e a prática social que passara a ser informada cotidiana e repeditamente por estes episódios narrados.

Regularmente, matérias em jornais e televisão reportam à situação de violência em que se encontra parcela da população adolescente. São divulgados comportamentos negativos dos adolescentes em sala de aula, no convívio com a família; do inconformismo e

agressividade para com os outros; a arrogância; consumo de drogas, principalmente o álcool, crimes e o descaso. Toda essa conjuntura pode ter como procedência sua própria história de vida, que provoca reações quando ocorre a percepção das injustiças sociais que existem no seu cotidiano.

Temas que envolvem violência geralmente atraem uma parcela significativa de nossa imprensa e motivam importantes pronunciamentos das autoridades constituídas. A violência é um assunto altamente "contagante", sobretudo quando diz respeito a casos escabrosos e sensacionalistas, em que é capaz de chocar, escandalizar e revoltar a opinião pública (ROSA, 2001, p. 182).

O consumismo que grande parte da população não pode acompanhar e outras formas de violência escapam às estatísticas como: a violência verbal e física no ambiente doméstico; briga e separação de casais; estupro, espancamentos etc. Violência praticada que gera violência. É obvio a dificuldade que os pais sentem ao enfrentar a frustração dos filhos, ao tentar impor limites; pais esses que tudo fazem para evitar que seus filhos se frustrem e, também, pais indulgentes que nada fazem para que seus direitos sejam reconhecidos. Observa-se que grande número de pais sente uma espécie de receio em abordar determinados assuntos com os filhos. Há dificuldades em discutir assuntos como: a situação financeira da família, as oportunidades de trabalho, os programas, horários, continuidade nos estudos, relação com amigos suspeitos de má influência, o uso de cigarro, bebidas alcoólicas, drogas etc.

Muitas vezes, o uso de drogas, tatuagem, piercing, todos rituais que envolvem o corpo surgem como uma manifestação grupal, num determinado momento em que precisa suportar o afastamento da família e ser aceito pelo outro. Atualmente, vivi-se em uma sociedade na qual tudo tem acontecido de forma veloz, onde se cobra o desempenho, o sucesso, a moda, com inversão de valores, ou seja, onde o valor das pessoas está muito no ter e não no ser. Estas são atitudes que podem estar acompanhadas pela violência.

No sentido amplo e genérico, a violência tem acompanhado o homem desde o início da história. Fraga (2002) afirma que se tornou comum ouvirmos que o homem nasce bom por natureza e as condições sociais e o meio em que vive é que o torna perverso.

Piedade Júnior e Leal (2003) focalizam a violência na forma como tem se apresentado historicamente e atualmente, fazendo um contraponto com o despertar da solidariedade, da justiça, da igualdade de direitos, igualdade de oportunidades, respeito ao ser humano.

Os temas abordados pelo autor refletem questões como a segurança pública, a delinqüência urbana, a reclusão na infância, torturas, abuso de drogas, delinqüência, maus tratos, violência passional, violência urbana, violência doméstica, transgressão social, desestruturação familiar, defesa social e criminalidade.

Para Piedade Junior e Leal (2003, p.220) “há de se considerar que violência é sempre violência” seja ela urbana, rural, doméstica, pública ou privada, por ação ou omissão, quantitativa ou qualitativa, praticada por ódio ou por vingança, por necessidade, por ambição ou consumismo, por rebeldia ou insubmissão, por capricho, por nobreza ou futilidade, à traição ou por qualquer outro motivo imaginável na consciência de qualquer ser humano. O autor discorre sobre as causas do “desfile macabro das vítimas da exclusão social”, sendo que uma das causas da desigualdade é a questão do desemprego e da pobreza, das crianças que trocam sala de aula por subempregos. Não se pode ignorar o trabalho realizado por crianças nas pedreiras, no campo, nos sinaleiros das grandes metrópoles, vendendo frutas, pirulitos, permanecendo nos lixões onde são levados pelos próprios pais, abandonando a escola e, conseqüentemente, afastados do serviço de saúde, de lazer, da cultura, pois sua família necessita de sua ajuda para sobreviver. Todo esse contexto não exclui o descaso com o idoso, com a pessoa portadora de deficiência, com aposentados, com sem-tetos, que muitas vezes já não possuem nenhum membro da família, nem mesmo um local fixo para poder voltar para

casa, restando apenas os albergues, os asilos ou na pior das hipóteses a rua e a clandestinidade. Os que conseguem alguma forma de trabalho recebem um valor, geralmente, insuficiente para suprir suas necessidades básicas.

Na verdade, os argumentos usados para explicar a causa dessa exclusão são falsos, pois quais os resultados obtidos ao longo de todo o tempo? Quais medidas foram tomadas para diminuir a concentração de renda no país? Para acabar com a seca, com o desemprego, racismo, superpopulação carcerária etc. Falta uma política pública que realmente faça a inclusão da família na sociedade, pois os programas sociais até agora existentes são apenas compensatórios. Um exemplo é o Programa de Garantia de Renda Mínima Familiar que, através da transferência de renda, tenta minimizar as mazelas sociais, trata-se de mais uma das estratégias de hegemonia do poder. Sabemos não ser possível a uma família solucionar suas dificuldades e pendências e, ainda, promover sua autosustentabilidade em um ano ou dois que seja.

Se possível fosse registrar toda a violência na história da humanidade, séculos de leitura não seriam suficientes para a tomada de conhecimento dessa realidade. Piedade Júnior (2003, p.221) relata que “alguns exemplos históricos, registrados na literatura especializada, poderiam ser trazidos à reflexão de estudiosos, em que a violência é derivada dos mais estranhos e variados motivos, justificativas e métodos”.

Segundo o autor Piedade Júnior; Leal, (2003, p. 222)

Por volta de 1890 a 1920, tornou-se conhecido, por sua crueldade, o jovem Peter Kunter, mais conhecido pela alcunha de ‘Vampiro de Dusseldorf’. Nascido na Colônia, em 1883, filho de um operário alcoólatra e violento, torturador de sua própria mulher e filhos. Peter assistiu ao pai violentar sexualmente uma de suas irmãs menores. Iniciou sua vida no crime matando, ‘por brincadeira’, dois amigos, jogando-os nas águas do Rio Reno. Matou, depois, a namorada Hanna e, em seguida, tentou assassinar o pai dela com um tiro de revólver.

Não são novas as especulações sobre a origem da violência, pois os atos de violência fazem parte da história social da humanidade. A violência é perceptível desde as sociedades primitivas até as sociedades mais modernas, atingindo as classes sociais de forma geral; reaparecendo de tempos em tempos.

A mídia veicula notícias como esta acima, com a história de alguém que matou outrem, balas perdidas, filho que matou o pai, pai que matou o filho. Esses são apenas alguns casos que temos vivenciado em nosso cotidiano, envolvendo pessoas de todas as classes sociais, de todas as raças, gêneros e etnias. E quais seriam as causas desses comportamentos?

Velho (2002) diz que a cultura da violência provocou o acovardamento da população; exemplo disso é a forma de apatia que se apodera das pessoas, quando presenciam algum assalto; o medo que sentem de ser mais uma vítima, faz com que não tenham nenhuma reação de socorro para com a vítima.

O autor se refere à violência como "um fenômeno sociocultural em que as novas gerações são as que mais a cultuam"; enfatiza que tal fato ocorre no mundo todo, mas a situação atual do Brasil é bastante preocupante. Em depoimentos de moradores idosos de Copacabana e Botafogo, no Rio de Janeiro, estes dizem ter medo dos adolescentes, não importando sua classe social. Portanto, percebe-se que a violência passou a ser um valor e que muitas pessoas gostam de exercê-lo.

Piedade Junior; Leal (2003) parte de suas inquietações acerca da violência em todos os interstícios do comportamento humano. Faz um corte histórico comportamental em sua análise, tangendo todos os componentes humanos e sua historicidade, apontando a situação de violência no país.

Em se tratando do ser humano e seu comportamento, o autor cita os filósofos Hobbes, Maquiavel, Rousseau, Descartes que discutem a relação entre a razão e a emoção; Girard que busca a raiz da violência na estrutura do desejo humano; Leonardo Boff; a Bíblia

Sagrada. Conta que Einstein escreveu uma carta a Freud, indagando sobre a persistência da violência nas relações humanas e Freud responde ressaltando a importância da participação, da justiça, da solidariedade, do diálogo, da paz, da amizade, do amor, para que o ser humano se sinta um ser realizado e feliz. (PIEADADE JUNIOR; LEAL, 2003 p.236).

Os fenômenos apontados no texto, tais como a miséria crescente, a questão do desemprego, da falta de moradia, falta da terra, da saúde, da educação, não são exclusivamente brasileiros, encontram-se em diversas sociedades contemporâneas.

Refletindo sobre todos estes pontos, que muitas vezes passam despercebidos no cotidiano, os seguintes questionamentos podem ser feitos: Que democracia é essa? Vive-se a plena cidadania ou vive-se à desorganização social e moral? O Estado deve assumir o seu papel? Contra o atual estado de coisas ocorridas na sociedade brasileira legitimando assim a sua ação.

3.3 VIOLÊNCIA URBANA

O tema violência urbana tem despertado grande interesse dos diversos setores, pois envolve o bem mais precioso que se tem que é a vida e a integridade física e mental. Os atentados a esses bens tão preciosos é que a segurança pública deveria proteger.

No Brasil, a miséria, a fome, a desigualdade, o desemprego, a falta de educação e outros fatores que afligem a sociedade, têm provocado crescente quadro de violência. A concentração de renda é considerada uma das mais altas do mundo. Para Rebello Filho, (2003 p.428):

A renda dos brasileiros mais ricos, que estão representados por 10% da população, é, em média, trinta vezes maior do que a renda dos brasileiros mais pobres, que estão representados por 40% da população. A miséria e a injustiça são marcantes não apenas na estrutura agrária do Brasil, mas também em cada Estado que simplesmente relega ao abandono suas crianças e seus cidadãos.

As últimas estatísticas revelam números assustadores em relação ao povo brasileiro: 36 milhões de pessoas vivem na miséria, sem ter o que comer; 64 milhões de brasileiros vivem em estado de pobreza. Fala-se em combater a violência através de maior controle em segurança pública, educação, trabalho, saúde, esporte, lazer etc (Rebello Filho, 2003), mas o que tem sido feito?

Uma pesquisa do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do delito e Tratamento do Delinqüente (ILANUD), mostra que a criminalidade tem sido a principal preocupação do povo brasileiro, e a melhor tática para evitar o aumento da criminalidade segundo Rebello é procurar sempre seguir os conselhos de policiais e especialistas em segurança.(REBELLO FILHO, 2003)

Nos últimos meses de 2004, a população de Ourinhos se surpreendeu com artigos em jornais que estampavam na primeira página manchetes indicando que os índices de criminalidade têm aumentado em nosso município. Parte das ocorrências acontecem durante a madrugada, em lugares onde havia grande concentração de pessoas, em festas e bailes comunitários. Este tipo de delito tem se tornado comum na cidade agravando-se desde o ano de 2003.

Conforme nota no Jornal da Divisa (2005, p. 01), os índices de criminalidade em Ourinhos aumentaram nos últimos anos. A maior parte dos furtos acontecem nas residências. O número de homicídios também vem crescendo: em 2002 foram oito; em 2004, dez. “E no ano de 2005, só no mês de janeiro, duas pessoas já foram mortas, sendo uma delas um adolescente infrator que foi executado em plena luz do dia no bairro CDHU - Vila Brasil” A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo divulgou os índices de homicídios, furtos e roubos referentes ao município de Ourinhos desde o ano de 2001, conforme quadro abaixo:

Taxa de Delito por 100 mil habitantes

Ano	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto e roubo de veículo
1999	10,91	1.242,42	97,08	90,54
2000	5,34	1.167,86	127,11	115,36
2001	3,13	1.652,55	147,47	117,14
2002	8,19	1.680,68	118,8	76,81

Fontes: Até 2000: Dados da Res. SSP150/95 / 2001: Dados das Res. SSP 160/01. População residente: Fundação SEADE

Ocorrências Anuais

Ano	Homicídio Doloso	Furto	Roubo	Furto e Roubo de Veículo
2000	5	1.187	19	108
2001	3	1580	41	112
2002	8	1641	16	75

Fontes: Até 2000: Dados da Res. SSP150/95 / 2001: Dados das Res. SSP 160/01. População residente: Fundação SEADE

Em reportagem no Diário de Ourinhos no dia 24 de Janeiro de 2004, foi realizada uma enquete com moradores da cidade, com a seguinte pergunta: “você acha que a violência aumentou em Ourinhos?” As respostas foram:

- O aumento não foi alto. Acredito que foi proporcional ao crescimento da cidade;
- Aumentou demais. Eu já fui assaltado às 10 horas da manhã, fiquei amarrado e os bandidos levaram meu caminhão;

- Acredito que aumentou, principalmente por causa das drogas, que geram violência. Minha mãe mora na Vila Musa e a casa dela já foi assaltada;
- Aumentou e penso que o fator desemprego desencadeia a violência. A família está desestruturada, as crianças estão sendo educadas no meio da rua;
- A tendência é aumentar mais ainda, porque as pessoas estão desligadas de Deus. Os jovens só querem saber de baderna e acham que tudo é festa;
- Moro em Ourinhos há oito anos e notei a diferença. Acho que a violência aumentou e acredito que o próprio poder público não consegue acompanhar esse assunto.

Analisando estas respostas, observa-se que muitas pessoas consideram normal o aumento da violência, quando ocorre um crescimento na população e que, no conceito de muitos, as drogas, a falta de trabalho, a crise familiar são fatores que geram violência; acreditam que grande parte dos delitos é cometida por adolescentes.

Quinteiro (2005, p.7), o Delegado de Polícia de Ourinhos, falou ao Jornal Debate de Ourinhos. O título da reportagem foi sobre o “Número de assassinatos dobra na região de Ourinhos”, em que relata que, mesmo com o aumento no número de assassinatos, o delegado seccional garante que a região de Ourinhos é bastante “tranquila e segura” em relação ao número de habitantes. Segundo o delegado, não se pode afirmar que esses homicídios tenham tirado a tranquilidade da população, pois, segundo ele, temos os crimes naturais de toda a cidade do mesmo porte de Ourinhos, mas nada que esteja fora do controle da polícia.

Quinteiro afirma que, “a participação de menores em crimes também não é alarmante [...]. Ele ressalta que, em Ourinhos, não há um local para aprender menores que cometem crimes, mas, quando possível, eles são encaminhados para cadeia pública de Santa Cruz do Rio Pardo”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente passa a existir justamente para mudar a mentalidade nos setores sociais brasileiros, para implementar a concepção de criança e adolescente como pessoas humanas em pleno processo de desenvolvimento bio-psico-social, oferecendo aos planejadores e executores das políticas públicas, as diretrizes para a realização do atendimento a infância e juventude, para o exercício de seus direitos.

4 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

4.1 O ECA E SUA ORIGEM

O Estatuto da Criança e do Adolescente nasce após emenda popular existente no artigo 227, da Constituição Federal de 1988, e coloca a criança como prioridade absoluta em nossa sociedade. Com a participação da sociedade civil, o ECA teve aprovação da Câmara de Deputados e do Senado Federal. Foi sancionado pelo presidente da República, em 13 de julho de 1990, passando a vigorar como Lei Federal n.º 8069, em 14 de outubro de 1990, tornando-se conhecida como “Estatuto da Criança e do Adolescente”. Sem dúvida, é uma das maiores conquistas da sociedade civil organizada na década de 90.

Anteriormente, vigorava no país o “Código de Menores”, instituído em 1979. Embasado na Lei de Segurança Nacional e tendo o direito tutelar sobre o menor, o Código era um instrumento de controle social do indivíduo que estivesse na faixa etária de 0 a 18 anos incompletos e, por isso, a ele se atribuía a imputabilidade penal. Quando a palavra “menor” era proferida, imediatamente associava-se à situação de risco pessoal e social, significando: carência, abandono, delinquência, exclusão, enfim, uma situação considerada anormal. As conseqüências dessa interpretação eram as internações, tal como a privação de liberdade, sempre ocasionada por motivo de carência dos recursos materiais e financeiros. Nem os princípios básicos do direito não eram observados. Assim, o Código de Menores era considerado uma lei autoritária, e a autoridade judiciária é quem decidia sobre o destino dos adolescentes.

Qualquer situação de dificuldade que viesse a ocorrer com a criança ou adolescente podia ser interpretada como uma irregularidade pelos juizes. Havia uma tendência geral à adoção e institucionalização e as crianças e os adolescentes não eram considerados

sujeitos de direitos, portanto não se permitia nenhuma manifestação de suas vontades ou opiniões.

Historicamente, os direitos da criança e do adolescente sofreram grande difusão após a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, cujo documento dela resultante foi aprovado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em novembro de 1989. Esse documento transformou-se em um tratado internacional que resultou nos países que o ratificaram no primeiro instrumento jurídico efetivo de garantia dos direitos da criança.

A partir desse fato, em toda a América Latina, introduziu-se a obrigatoriedade do respeito a todos os princípios jurídicos básicos que, anteriormente, se encontravam ausentes das antigas legislações, o que se traduziu na nova doutrina para a justiça da infância e adolescência: a doutrina da "proteção integral", em substituição à da "situação irregular". Dessa maneira, instrumentos legais são repensados como formas eficazes de defesa e de promoção dos direitos humanos das crianças e adolescentes, introduzindo, assim, mudanças na sociedade e, conseqüentemente, alterando radicalmente o modo de conceber a infância e a adolescência, sem diferenciação sócio-econômica.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990) estão baseados nessa doutrina de proteção integral, isenta de discriminação, cujas raízes estão na convenção sobre o Direito da Criança, aprovada pela Assembléia Geral da Nações Unidas. Essa doutrina reconhece a cidadania da criança e do adolescente como sujeitos de direito e como pessoas em desenvolvimento, sem condições de suprirem sozinhas as suas necessidades básicas, necessitando de medidas que viabilizem, de fato, os seus direitos. Assim, crianças e adolescentes passam a ser considerados cidadãos, com direitos pessoais e sociais garantidos, fazendo com que o Poder Público implemente Políticas Públicas especiais, todavia, estabelecendo a responsabilidade da sociedade e dos pais a esse segmento.

Para Volpi (1997a, p.13),

A política de garantias se materializa num sistema articulado de princípios (descentralização administrativa e participação popular), políticas sociais básicas (educação, saúde e assistência social) e programas especializados, destinados a proteção especial das crianças e adolescentes violados em seus direitos por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e excluídos em razão de sua conduta ou de prática de atos infracionais.

No artigo 2º do (ECA), é considerada criança, para os efeitos da lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente entre doze e dezoito anos. O artigo terceiro desse Estatuto diz que todas as oportunidades devem ser asseguradas à criança e ao adolescente, sendo facultado a eles o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, proporcionando condições de liberdade e dignidade.

O (ECA), revelando toda a mudança de mentalidade nos setores sociais brasileiros, implementa a concepção de criança e adolescente como pessoas em pleno processo de desenvolvimento bio-psico-social, oferecendo aos planejadores e executores das políticas públicas, as diretrizes para a realização do atendimento à infância e adolescência, para o exercício de seus direitos.

Diariamente, são lançados novos desafios na sociedade. Semeados pelo Estatuto, a descentralização e a municipalização, asseguradas na Constituição Federal Brasileira de 1988, vem se configurando como o mais novo desafio a ser enfrentado. Construído de forma lenta e gradual, o processo de descentralização e municipalização sofreu algumas dificuldades neste período, como: a timidez na participação da sociedade civil e a cristalização de práticas adotadas por longo tempo através de vários governos.

Segundo Souza (1995, p. 108), altera-se o “modo de gestão pública das políticas de atenção à criança e ao adolescente. O locus privilegiado de atenção é o município”. Atribui, portanto, ao governo municipal a competência de assegurar a atenção às necessidades básicas de crianças e adolescentes. A autora enfatiza que o governo municipal, o poder judiciário e a sociedade civil locais devem ser parceiros, promover a participação comunitária, não só no acompanhamento, mas também no controle e na avaliação dos serviços públicos destinados à criança e ao adolescente. Infere que:

O Estatuto tal como proposto, encontra óbices em sua plena aplicação. Várias realidades sociais destoam da concepção de infância e adolescência nele expressas e elas não estão necessariamente espelhando um estilo maldoso ou violento de infração de direitos da infância. Saber dessas diferenças culturais não implica o intento de mantê-las intactas como numa espécie de relicário de manifestações culturais distintas, mas estar atento a elas como um caminho em que possa melhor interpretar a aplicação da lei.

O Poder Público não deve ser considerado como único responsável para se fazer cumprir os direitos da criança e do adolescente. No artigo 227, da Constituição Federal (1988), enfatiza-se a preocupação com a família, comunidade e sociedade. O interesse e o envolvimento de toda sociedade são de extrema relevância e legitimação das leis de maneira plural.

4.2 AVANÇOS E DESAFIOS DO ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente completou 15 anos no dia 13 de julho de 2005 e é uma das maiores conquistas da sociedade civil organizada na década de 90, quando estabeleceu a condição de cidadãos às crianças e adolescentes, com direitos pessoais e sociais garantidos; atribuiu ao Poder Público a função de implementar políticas públicas

especialmente dirigidas a esse segmento e colocou a responsabilidade da sociedade e dos pais na atenção à criança e ao adolescente.

Para Gomes da Costa (1990, p.38) consultor da UNICEF, o Estatuto da Criança e do Adolescente ao:

Revogar o velho paradigma, representado pelas leis 4.504/64 (Política Nacional de Bem Estar do Menor) e 6.697 (Código de Menores), o Estatuto cria com condições legais para que se desencadeie uma verdadeira revolução, tanto na formulação das políticas públicas para a infância e a juventude como na estrutura e funcionamento dos organismos que atuam na área.

O (ECA) sujeita os adolescentes infratores a medidas sócio-educativas, desde a advertência até o estabelecimento da privação da liberdade em último estágio. Cabe ressaltar aqui que a medida sócio-educativa de privação da liberdade deve ser efetivada em pequenas unidades, dotadas de projeto pedagógico.

Na sociedade, testemunha-se vários olhares que têm sido lançados sobre o ECA, interpretando a lei como protetora do infrator, permissiva e conveniente à prática do ato infracional e, por outro lado, vem sendo bastante elogiado quanto a sua função educativa em que se espelha a democracia.

As críticas, bem como os elogios, geralmente fundamentam-se no senso comum. O que mais se ouve é a afirmação que as crianças e os adolescentes “enfrentam os pais, pois sabem que existe uma lei que as protege”. Outra afirmação é que “a polícia prende, para logo o juiz soltar”, o que gera o questionamento: o que de fato a justiça tem feito contra os adolescentes infratores?

Segundo Saliba (2002, p.11), muitos atribuem ao Estatuto a categoria de “lei mais completa do mundo”, mas percebe-se que, até mesmo na área da educação, onde teoricamente deveria existir uma melhor compreensão da lei por parte dos educadores, ainda existe o

discurso cristalizado da culpa do ECA pelas coisas piorarem a cada dia, “pois os adolescentes demonstram não ter medo de nada.”

Avaliando esses quinze anos de ECA, percebe-se ser possível aperfeiçoar o tratamento de crianças e adolescentes, com maior envolvimento e responsabilidade de todos os segmentos, garantindo-lhes que se tornem cidadãos capazes de construir um País justo e democrático.

A dificuldade dos governantes na partilha do poder, aliada à passividade da sociedade civil, na defesa pelos seus direitos, tem dificultado a construção dos conselhos de controle social. Entretanto, para que esses conselhos se efetivem e tenham clareza dos papéis que devam exercer, sobre seus direitos e deveres, necessita-se de representantes da sociedade civil que estejam aptos a participar, influenciando nas decisões e formando bases de sustentação política.

Não há dúvidas sobre o avanço social proporcionado pelo ECA como facilitador da participação efetiva da comunidade, através dos Conselhos Municipais, objetivando socializar as soluções possíveis, buscando proporcionar as crianças e aos adolescentes condições de saúde e convívio familiar.

No dia 17 de julho de 2005, a Folha de São Paulo, publicou artigo de Nilmário Miranda e Jose Fernando da Silva, na folha de Tendências e Debates, sendo o título: ECA: 15 anos de conquistas e desafios. Informa que durante estes anos, foram criados 4.561 Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e 4.260 Conselhos Tutelares. Esses números nacionais são positivos e deve-se comemorar e creditar este avanço ao advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, que impulsionou o aumento de atenção e esforços das três esferas de governo, provocando a participação e a vigilância da sociedade civil no que se refere aos direitos da Criança e do Adolescente.

Seguindo as diretrizes do Estatuto, em 17 de setembro de 1992, a Câmara Municipal de Ourinhos aprovou a Lei Municipal n.º.575 que dispunham sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Estatuto aponta três órgãos responsáveis pela garantia de atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente: O CMDCA, o Conselho Tutelar e o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, destinado à infância e à adolescência, que tem como competência:

- Definir a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente do município, juntamente com o prefeito;
- Planejar a aplicação dos recursos, decidindo onde e como utilizar as verbas disponíveis;
- Fazer o plano de aplicação dos recursos do fundo;
- Controlar os gastos e fazer demonstração de despesas em relação às verbas captadas.

O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente (ECA art.136) é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, composto de cinco membros, para mandato de três anos e que tem como competência:

- Notificar pais e responsáveis em caso de abuso ou omissão;
- Orientar e acompanhar temporariamente os casos;
- Impor matrícula e frequência obrigatória à escola;
- Incluir, em programa comunitário ou oficial de auxílio, a família, a criança e o adolescente;
- Requisitar tratamento médico, psicológico e psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;

- Incluir a família em programa oficial ou comunitário de auxílio, para orientação e tratamento de alcoólatras e toxicômanos;
- Encaminhar crianças e adolescentes privados da convivência familiar, por abandono ou orfandade, para abrigos (observando o art.23 do ECA);
- Fiscalizar entidades públicas e privadas de atendimento direto e ao adolescente;
- Comunicar o Ministério Público qualquer omissão ou infração, face aos direitos da criança e do adolescente;
- Recorrer à justiça quando suas determinações forem descumpridas.

A formação e o funcionamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ocorrer nos seguintes termos:

- Criado pela mesma lei que cria o CMDCA e regulamentado pelo prefeito, gerido pelo CMDCA;
- Na regulamentação, deve constar natureza e origem da receita, relação de ações e programas que podem receber verbas do Fundo, órgão gestor, regras de gestão e os meios de prestação de contas da aplicação das receitas.
- No município de Ourinhos, a lei n. ° 3.757, de 20 de junho de 1994, foi aprovada e sancionada em 22 de junho de 1994.

Novos instrumentos foram criados objetivando a efetivação do direito constitucional, tal como a Justiça da Infância e da Juventude, cuja função é eminentemente jurisdicional, julgando tanto os adolescentes em conflito com a lei como a própria sociedade e o Estado, quando em conflito com os direitos juvenis, integrando no seu sistema atores indispensáveis como o juiz, o promotor, o advogado e auxiliares (ECA artigo. 150 e 151).

Cabe à Justiça da Infância e da Juventude, o julgamento de cada caso, sempre buscando cumprir os direitos fundamentais previsto em lei. Para Pereira e Mestriner (1999, p. 27), diferentemente da antiga Justiça de Menores, esta instância não deve mais cuidar da

“situação do menor”, em termos da assistência social direta e do enfrentamento de situações de pobreza. Sua função visa a corrigir a situação irregular “do Estado, da sociedade e da família, agindo dentro dos princípios do devido processo legal, restabelecendo o direito ameaçado ou violado” .

Segundo o ECA (artigo 141) “é garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.” Portanto, o acesso do adolescente à justiça é livre e incondicional e qualquer obstáculo que se interponha à sua vontade será caracterizado como abusivo e ilegal.

Para garantir que todos tenham assistência judiciária, por meio de defensor público ou advogado nomeado, independente de sua condição financeira, cultural e social, as ações judiciais de competência da Vara da Infância e da Juventude são isentas de custo, ressalvadas a hipótese de litigância de má-fé, devendo sempre prevalecer o princípio da igualdade. No município de Ourinhos, a Vara da Infância e da Juventude existe desde 1994.

Analisando o artigo 53, do ECA, a “criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” o que vem assegurar-lhe igualdade no acesso e permanência na escola, direito de ser respeitado, direito de organizar-se, de ter acesso à escola pública e gratuita. Neste artigo observa-se, a garantia de direitos e de igualdade a todas as crianças e adolescentes, numa sociedade onde prevalece a luta de classes. Na educação muitos avanços foram conquistados, sendo que a taxa de escolarização esta praticamente universalizada na faixa etária de 07 a 15 anos.

Com tantos avanços ocorridos, é necessário que a articulação entre sociedade civil e governo nos três níveis, se efetivem cada vez mais, sobretudo que os conselhos de direito sejam eficientes na deliberação e acompanhamento das políticas públicas, considerando as

diferenças de gênero, cor, etnia e geográfica, não esquecendo das diferenças da zona urbana e rural.

Miranda e Silva (2005) enfatiza que um dos avanços do ECA, “Com o estatuto, a criança e o adolescente deixaram de ser objeto de tutela do Estado e passaram a ser sujeitos de direitos em condições especiais de desenvolvimento.”

A sociedade civil deve estar atenta, existem projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, que significam um retrocesso às conquistas da ECA para a infância e a adolescência brasileira. Uma das propostas trata da redução de idade penal.

4.3 MAIORIDADE PENAL/ CIVIL

Paralelo a todas as conquistas alcançadas após a promulgação do Estatuto da Criança, o tema violência e delinquência juvenil tem ocupado grande espaço na imprensa falada e escrita. As discussões giram em torno das propostas de alteração ou não da regulamentação sobre a maioridade penal e pena de morte.

Em primeiro de janeiro do ano de 2004, no Jornal Folha de São Paulo, caderno C3, foi publicada uma pesquisa⁶ demonstrando que 84% das pessoas entrevistadas apoiavam a redução da maioridade penal. Esse dado mostra que, se fosse realizado um plebiscito na época, a redução da maioridade penal venceria com larga vantagem. Outro dado da pesquisa aponta que 12% das pessoas demonstram desconhecimento em relação à legislação brasileira.

Quanto à opinião dos favoráveis à mudança, os números podem legitimar uma proposta de alteração da Constituição Federal. A idade penal proposta pelos entrevistados foi a de 15 anos. Desse grupo, 62% defendeu que a alteração deve valer para todos os tipos de crime e 37% colocam que a alteração deve valer somente para alguns tipos de delito. Os

⁶ Pesquisa realizada pelo Datafolha em 396 municípios brasileiros, abrangendo todos os Estados, com 12.180 pessoas entrevistadas entre os dias 8 e 15 de dezembro de 2003.

crimes mais citados foram homicídio e estupro. Do restante dos entrevistados, 1% declarou-se indiferente e 3% não soube responder.

Em artigo, na Folha de São Paulo, D. Geraldo Majella Abnelo, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que é contrário às mudanças; afirma que a redução da maioria penal vai empurrar ainda mais os adolescentes para o crime, considerando que a população sente-se cansada da violência instalada e sedenta por vingança. A partir dessa colocação, ele pergunta: “esta vingança vai ter um resultado bom?”.

Como D. Geraldo, existem milhares de pessoas que não concordam com a maioria penal por acreditarem que tal medida não acaba com a violência. No dia 8 de dezembro de 2004, na TV de Presidente Prudente, foi realizada uma entrevista com a socióloga Marília Libório e o criminalista Cláudio Ribeiro Lopes sobre a delinquência juvenil; o assunto em pauta era a alteração da maioria penal. Segundo Marília, se existe impunidade, ela não se limita apenas às camadas mais pobres, pois ocorre em todas as dimensões sociais. Marília diz ser contra a diminuição da maioria penal e também se sente ameaçada; ela acredita que não é o fato do adolescente ser colocado como adulto que irá resolver a delinquência, pois a falta de afeto, falta de família, falta de escola, falta de emprego, vai continuar existindo. Para Cláudio, faltam expectativas para o futuro dos adolescentes, principalmente nas camadas menos favorecidas; comenta ainda que o Estatuto é rígido e que a justiça tem resolvido os casos que a ela chegam.

Em reportagem da Folha de São Paulo do dia 15 de novembro de 2003, nas páginas “Tendências & Debates”, Rubens Naves escreve um artigo intitulado “Pelo cumprimento do Estatuto”. Nesse artigo, ele coloca que existe um equívoco por trás dos debates sobre a maioria penal, que é supor que o ECA não pune quem infringe a lei. Ele comenta que o Estatuto “prevê seis tipos de medidas sócio-educativas para os adolescentes infratores, que vão da advertência à internação, com privação de liberdade por um período

máximo de três anos”. Continuando, diz não achar pouco um adolescente de 15 anos permanecer privado da liberdade por um período de três anos, o que significa um sexto de sua vida.

Naves lembra, nessa entrevista, que o Estatuto traz uma concepção de reeducação em vez de repressão, permitindo que um adolescente possa ser sentenciado a uma medida de prestação de serviços à comunidade no dia seguinte ao ato. Para justificar suas colocações, Naves cita uma pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a legislação de 57 países do mundo, onde se constatou que 17% adota a faixa etária inferior a 18 anos como definição legal de adulto. Essa pesquisa aponta que o movimento da sociedade em países desenvolvidos é contrário ao do Brasil e cita como exemplo a Alemanha, que retornou a idade penal para 18 anos, criando inclusive um sistema diferenciado para jovens de 18 a 21 anos. Já o Japão, ao sentir o aumento da criminalidade entre os jovens, ampliou a maioria penal para 20 anos, por acreditar que a violência seja prevenida com o investimento em educação.

A grande verdade é que o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda está em processo de implementação e, nesse processo, ocorrem equívocos de interpretação da realidade, tal como a afirmação de que os adolescentes estão cada dia mais violentos. Dos crimes violentos cometidos apenas 1,09% foram praticados por adolescentes. Para Gilberto Dimenstein (2001), “o problema em nosso país, não é a falta de leis, mas a desobediência a elas”.

A efetiva implementação do ECA torna-se necessário para deixar o pensamento repressivo e vingativo para uma perspectiva educacional de responsabilização. Como diz Naves (2003), “reduzir a idade penal é a falsa solução de um problema real”.

Portanto, a rede de atendimento ao adolescente em situação de risco e adolescente autor de ato infracional deve ser incrementada e aumentada, dando oportunidade de uma vida mais digna, com seus direitos garantidos, criando e ampliando o foco no segmento família.

Segundo o Juiz da Infância e Juventude, Saraiva (1997, p. 170)

Necessitamos de compromisso com a efetivação plena do Estatuto da Criança e do Adolescente em todos os níveis- sociedade e estado -, fazendo valer este que é um instrumento de cidadania e responsabilização- de adultos e Jovens. Penso estar demonstrando que inimizabilidade penal não é sinônimo de impunidade ou irresponsabilidade. O Estatuto da Criança e do Adolescente oferece uma resposta aos justos anseios da sociedade por segurança e, ao mesmo tempo, busca devolver a esta mesma sociedade pessoas capazes de exercer adequadamente seus direitos e deveres de cidadania.

Deve-se considerar um retrocesso reformar a Constituição Federal com objetivo de reduzir a idade de imputabilidade penal, que hoje se fixa em 18 anos. A criminalidade juvenil que vem crescendo deve ser combatida em sua origem que é a miséria e a falta de educação. Não será jogando os adolescentes de 16 anos nas penitenciárias que iremos recuperá-lo, pois a sociedade tem o dever de investir e eles o direito de tentarem uma recuperação.

No próximo capítulo, falaremos sobre a caracterização do Município de Ourinhos e do Conjunto Habitacional Orlando Quagliato, para que o leitor construa uma imagem da cidade.

5. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE OURINHOS E DO CONJUNTO HABITACIONAL ORLANDO QUAGLIATO

5.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE OURINHOS

No início do século XX, viajantes que se dirigiam ou retornavam do Estado do Paraná para o Estado de São Paulo realizavam parada à procura de pouso na região onde hoje está o Município de Ourinhos. Nesse período (1904), foi criada a Comarca de Jacarezinho (antiga Nova Alcântara ou *Ourinho*), e logo depois (1908), a Sorocabana Railway Company (antiga Estrada de Ferro Sorocabana) instalou uma estação de trem dentro da Fazenda das Furnas, de propriedade do Sr. Jacinto Ferreira de Sá. Em seguida, esse local foi loteado (OURINHOS, 2002/2005).

Naquela época (1910), o nome dado àquele povoado foi *Ourinhos*, onde já havia um posto policial e uma escola pública. Em 30 de julho de 1915, o povoado foi elevado à categoria de “Distrito de Paz de Ourinhos”. Em 13 de dezembro de 1918, foi publicada no Diário Oficial da União a criação do Município de Ourinhos, que até então era um distrito administrado pela Câmara Municipal da cidade de Salto Grande - SP. Na época da emancipação, Ourinhos possuía dez mil habitantes, população essa que aumentou a partir na década de 20, quando imigrantes japoneses, italianos e outros fixaram residência no Município, formando assim uma comunidade com alto índice de miscigenação (OURINHOS, 2002/2005).



Sua privilegiada posição geográfica, localizada na divisa do Estado de São Paulo com o Estado do Paraná, conta com as rodovias Castelo Branco e Fernando Quagliato, como interligação Ourinhos - São Paulo e a Rodovia Raposo Tavares que interliga o Leste de São Paulo com o Oeste em direção aos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Através da BR 153, tem-se acesso ao centro e ao Norte de São Paulo e ao Sul do país. Essa região também é caracterizada como o ponto estratégico de encontro da linha férrea (provoca o fácil acesso aos grandes centros, permitindo um excelente fluxo de transporte, tanto ferroviário como rodoviário, o que possibilita também, o escoamento de sua produção), o que promoveu o desenvolvimento do comércio de Ourinhos. Nas décadas de 30 e 40, surgiram as primeiras indústrias de fundição e, mais tarde, as indústrias de óleos vegetais, de alimentos, de bebidas e de álcool. A partir da década de 70, as indústrias ceramistas começaram a se destacar e, a partir da década de 90, surgiram as dificuldades em relação à captação de matéria-prima (a retirada de barro do leito dos rios, o que gerava problemas ambientais) e a necessidade de uma tecnologia mais avançada para enfrentar a competitividade. Atualmente, apenas 35 cerâmicas

estão funcionando, o que resultou um contingente que ultrapassa o número de um mil desempregados (OURINHOS, 2002/2005).

Ourinhos é um dos seiscentos e quarenta e cinco municípios do Estado de São Paulo e está localizada a 371 km da capital, a Oeste do Estado de São Paulo, na região da Média Sorocabana (porta de entrada do Mercosul) dispendo de uma área territorial de 296,8 km², sendo 54,8 km² de área urbana e 242 Km² de rural. Encontra-se inserido na região administrativa de Marília, que é dividida em quatro regiões de governo, sendo elas: Assis, Marília, Ourinhos e Tupã. A região de governo de Ourinhos está composta por doze municípios: Bernardino de Campos, Canitar, Xavantes, Espírito Santo do Turvo, Ipauçu, Óleo, Ourinhos, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo e Timburi, que somam uma área de 3.877 km², figurando o Município de Ourinhos em 3º lugar em extensão territorial e o 1º lugar em população (OURINHOS 2002/2005).



Mapa 1 – Localização do Município de Ourinhos no Estado de São Paulo

Dados do IBGE (2004) mostram que, atualmente, a população do Município é de 102.533 habitantes, sendo 49,22% do sexo masculino e 50,78% do sexo feminino, com concentração maior na faixa etária de 19 a 39 anos. A maior parte da população possui o primeiro grau incompleto, ou seja, 49,4%. A renda familiar da maioria das famílias é de até R\$ 1000,00 (40,9% das famílias com renda de até R\$ 500,00 e 36,8% de R\$ 501,00 a R\$ 1000,00) (IBGE, 2004).

A raiz econômica do Município está na agricultura de grãos, iniciada com o cultivo do café em um sistema de produção onde predominava o latifúndio (concentração de terra nas mãos de poucos). Mais tarde, introduziu-se a soja, milho, trigo, sendo substituído gradativamente pela cultura de cana-de-açúcar.

Segundo dados do IBGE, a indústria na região de Governo de Ourinhos responde atualmente pela maior parte dos empregos formais da região (34,4%). A indústria de alimentos e bebidas é o principal segmento industrial (9,3% dos empregos da região) seguida das atividades vinculadas à produção de eletricidade, gás e água (3,2% dos empregados). É também relevante a produção de minerais não - metálicos (2,6% dos empregados) a produção de coque/ refino de petróleo (2,5%) e a indústria do couro (2,4%). Na agropecuária (25,1% dos empregados da região), os principais segmentos são a cultura da cana-de-açúcar (13% dos empregados), as unidades rurais de uso misto (4,3%) e as atividades de apoio à agricultura (4,2%). Embora menos expressivos em termos do volume de empregados, a cultura de frutas cítricas e a criação de bovinos aparecem com participações relativas regionais bem superiores às médias destes segmentos no Estado de São Paulo, denotando certa especialização regional nestas atividades.

Com relação ao setor Serviços (20,3% dos empregados da região), destacam-se os serviços de saúde (4,7% dos empregados), os serviços de transportes terrestres (3,6%) e os serviços prestados às empresas (2,4%). O Comércio, por sua vez, envolve cerca de 18% das

peças empregadas na região e tem como principais componentes o varejo de produtos diversos (2% dos empregados da região), peças para veículos (1,7%) e varejo de vestuário (1,6%) (OURINHOS, 2002/2005).

Pela observação do número de estabelecimentos, pode-se dizer que as micro e pequenas empresas estão mais presentes no comércio varejista (diversos, vestuário, peças p/ veículos, material de construção, farmácias, perfumarias etc), nos serviços de saúde, alojamento/ alimentação e transportes terrestres, nas unidades rurais de uso misto (lavoura e pecuária), nos serviços de apoio à agricultura e nas indústrias da construção civil, alimentos e bebidas e de minerais não-metálicos (produtos cerâmicos não - refratários para uso na construção civil)

Como atualmente a agricultura continua refletindo a influência do latifúndio, caracterizado pela monocultura da cana de açúcar, ocorre o desencadeamento de problemas sociais pela não distribuição de renda, ocasionando a migração de mão-de-obra desqualificada nas épocas plantio e colheita, resultando em altos índices de desemprego na entressafra. Outro fator decorrente da monocultura associado à falta de uma política de incentivo à agricultura é o êxodo rural, que acaba formando bolsões de pobreza em alguns bairros periféricos. As famílias oriundas dessa situação sazonal, além de estarem inseridas no contexto sócio - econômico que assola o país, contam com renda precária, sem os mínimos sociais.

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Ourinhos – SMADS – identificou dentre as conseqüências desse fenômeno, o aumento da ocorrência de alcoolismo, lares chefiados por mulheres, idosos desamparados, crianças e adolescentes em situação de rua, em trabalho infantil e fora da escola e o aumento de autores de ato infracional (OURINHOS, 2000/2005).

De acordo com dados da Fundação SEAD, captados no Censo Demográfico (2000), o número de crianças e adolescentes (de 0 a 18 anos) no município era de 33.473

indivíduos, correspondendo a 35% da população total da época (Tabela 1) e, segundo o caderno Infância Brasileira (2001), Ourinhos apresenta um Índice de Desenvolvimento Infantil de 0,652, número esse que o classifica em 156º lugar no Estado de São Paulo e 420º no Brasil. (OURINHOS, 2000/2005)

Através de projeções estatísticas para o ano de 2010 (SEAD, 2000), que estipula uma população total de aproximadamente 112.616 habitantes, pode-se observar, na Tabela 2, a configuração estimada por faixa etária.

Tabela 01 – Estimativa por faixa etária

Faixa Etária	Ano 2000
00 a 04 anos	7.334
05 a 09 anos	8.167
10 a 14 anos	8.700
15 a 19 anos	9.272
Total	33.473

Fonte: Fundação SEAD – Censo Demográfico (2000)

Tabela 02 – Projeções por faixa etária para o ano de 2010

Faixa Etária	Ano 2010
00 a 04 anos	7.992
05 a 09 anos	7.869
10 a 14 anos	8.158
15 a 19 anos	8.851
Total	32.870

Fonte: Fundação SEAD – Censo Demográfico (2000)

O percentual de pessoas que viviam em domicílios com banheiro e água encanada em 1991 era de 88,77%, passando para 97,29%⁷ em 2000. Até o Censo Demográfico de 2000 (SEAD) não foi detectada a existência de pessoas vivendo em aglomerados subnormais⁸.

No que diz respeito à frequência à escola e taxa de alfabetização, o Município apresentava o seguinte quadro no ano de 2000 (Tabela 3):

Tabela 03 – Índices de Frequência Escolar e de Alfabetização

Frequência e Alfabetização	Ano 1991	Ano 2000
Frequência Escolar	69,84%	80,94%
Alfabetização	88,01%	92,45%

Fonte: Fundação João Pinheiro (2003), baseado no Censo Demográfico (2000)

Observou-se, que os índices de frequência escolar e de alfabetização sofreram um aumento significativo de 11,10% e 4,44% respectivamente.

Quanto à Rede de Educação, o Município conta com 43 unidades na Rede Municipal, 17 na Rede Estadual e 12 na Rede Privada, distribuídos em 139 bairros. Para o ensino superior possui duas faculdades privadas e duas públicas estaduais (OURINHOS, 2002/2005).

Dados estimativos da SMADS (OURINHOS, 2000 e 2002) e do PEAS (2001) apontam que, atualmente, o Município de Ourinhos tem, aproximadamente, 26.827 famílias e que cerca de 13,2% possui renda de até dois salários mínimos, vivendo em condições de pobreza, excluídos ou parcialmente incluídos na rede de serviços.

Essas famílias foram consideradas em situação de risco pela SMADS (OURINHOS, 2000 e 2002), necessitando de intervenção social. A condição de

⁷ Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada em pelo menos um de seus cômodos e com banheiro, definido como cômodo que dispõe de chuveiro ou banheira e aparelho sanitário (SEAD, 2000).

⁸ O que caracteriza um aglomerado subnormal é a ocupação desordenada sem a posse da terra ou o título de propriedade. É também designado por “assentamento informal”, mocambo, alagado, barranco de rio, etc (SEAD, 2000).

vulnerabilidade destas famílias está associada à situação de pobreza, cuja renda per -capta é inferior a 1/2 salário mínimo e ao perfil da distribuição de renda no país. Todavia, sabe-se que a pobreza não é apenas ausência de renda, mas é, principalmente, não ter acesso efetivo aos bens e serviços, não conseguir usufruir dos serviços públicos existentes que deveriam estar à disposição daqueles que necessitam (OURINHOS, 2000/2005). É nesse cenário do Município de Ourinhos que vem se configurando a pobreza, no qual as alternativas de sobrevivência são poucas, principalmente para o trabalho desqualificado, e onde as famílias são lançadas à exclusão social. Para combater esta situação, é necessário priorizar aquelas famílias que de fato estão em situação de extremo risco pessoal e social. A melhor estratégia para isso é a garantia da inclusão social e a execução de projetos para acompanhamento, estimulação do desenvolvimento dessa promoção social.

5.2 HISTÓRICO DO CONJUNTO HABITACIONAL ORLANDO QUAGLIATO

Neste capítulo, buscou-se caracterizar o Conjunto Habitacional Orlando Quagliato de Ourinhos (CHOQ) em todo o processo de planejamento e implantação, desde a celebração do convênio com a Companhia de Desenvolvimento e Habitação Urbana – CDHU⁹ e da organização do sistema de mutirão até a entrega das chaves, bem como o funcionamento da Política Habitacional no Estado de São Paulo.

A Política Pública brasileira para o setor habitacional prevê abrigar quem não possui casa própria ou mora mal. Sabe-se que as famílias de baixa renda sempre estiveram privadas do sistema de habitação. Ao longo do tempo, este fato gerou um déficit em grandes proporções em todo o país. Diante disso, o Governo do Estado de São Paulo criou, em 1967,

⁹ A CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – foi fundada em 1949 e já teve várias denominações como: CODESPAULO e CDH. Recebeu a atual denominação em 1989. A história da intervenção do Governo do Estado na habitação popular iniciou em 1967, quando a CECAP - Companhia Estadual de Casas Populares - implantou as habitações para a população de baixa renda. Atualmente, Secretaria de Habitação é responsável pela condução da Política Habitacional do Governo do Estado de São Paulo, onde traça as diretrizes, estabelece metas, planeja e desenvolve programas específicos através da CDHU.

um Programa de Construção de moradias populares que atendesse a população de baixa renda (rendimentos de 1 a 10 salários mínimos). O grande desafio é manter a produção de habitações em grande escala, a preço de custo, visando a combater o déficit habitacional do Estado, estimado em cerca de 400 mil unidades¹⁰.

A (CDHU) é o maior Agente Promotor de moradia popular no Brasil. Tem por finalidade executar programas habitacionais em todo o território do Estado. Além de produzir moradias, também intervém no desenvolvimento urbano das cidades, de acordo com as diretrizes da Secretaria da Habitação. São dois os objetivos da política praticada pela CDHU: assegurar o acesso à moradia às famílias de baixa renda nos estratos mínimos e assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de financiamento.

O modelo adotado de comprometimento da renda familiar fixa limites máximos das prestações de financiamento de acordo com a renda familiar de cada família atendida (Tabela 04).

Tabela 04 – Renda familiar X Limites de comprometimento

Renda Familiar (em Salários Mínimos)	Limite Máximo de Comprometimento (% sobre a Renda Familiar)
1 a 3 Salários Mínimos	15%
3 a 5 Salários Mínimos	15 a 20%
5 a 8,5 Salários Mínimos	20 a 25%
8,5 a 10 Salários Mínimos	25 a 30%

Fonte: CDHU/PPM-2004

O déficit habitacional do município de Ourinhos foi constatado através da ação continuada da SMADS na execução de Programas de Ação e Apoio ao Desenvolvimento Social e do Plantão Social. Aproximadamente 60% das famílias atendidas foram identificadas como sendo moradoras de imóveis alugados ou cedidos, gerando uma demanda de quatro mil

¹⁰ Disponível em <www.saopaulo.sp.gov.br/ação/social/habitação.htm>. Acesso em 17 de novembro de 2003.

casas aproximadamente. Muitas dessas famílias se tornam nômades ¹¹ por não terem renda fixa ou renda suficiente que garanta o pagamento do aluguel de um imóvel. Essas famílias, geralmente, são subsidiadas pelo serviço público, serviço privado ou através da solidariedade da sociedade civil (OURINHOS, 2002/2005). Acredita-se, também, que a demanda populacional que necessita de casa própria em Ourinhos seja bem maior do que se supõe, pois a falta de informações, o desconhecimento da existência da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) ou o não - exercício da cidadania (talvez pelo julgamento de não ser sujeito de direito) faz com que parte da população não tenha acesso aos bens e serviços oferecidos.

Em 1996, na tentativa de minimizar essa situação de carência habitacional no município de Ourinhos, o Governo Estadual e o Governo Municipal firmaram um convênio para a construção de quinhentas e vinte e três casas através do incentivo da produção de moradia de interesse social em parceria com as Associações Comunitárias, de acordo com a Lei Estadual n. 9.142/95. Essa parceria pressupõe o trabalho em regime de mutirão caracterizado pela participação voluntária não-remunerada das famílias interessadas em adquirir uma unidade habitacional e que estejam dispostas a contribuir com sua mão de obra na construção das mesmas.

O terreno onde foi construído o CHOQ possui 217 mil metros quadrados e está localizado na Fazenda das Furnas no Município de Ourinhos. Desse total, 121 mil metros quadrados foram doados pelo Sr. Fernando Quagliato (e outros), e o restante, 96 mil metros quadrados, foram adquiridos pela Prefeitura Municipal de Ourinhos através da desapropriação de posse da Congregação Oblacos São José. (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO DE OURINHOS, 1997).

Na área de loteamento (105.494,04m², ou seja, 48,62% do terreno) foram construídas 523 casas, distribuídas em 19.073,81m² de área construída (36,47%). Foram

¹¹ Utilizamos esse significante (nômades) para designar as famílias que se deslocam de um imóvel para outro, em períodos curtos de tempo, por não conseguirem pagar o aluguel.

implantados 68.082,52m² de vias públicas (31,37%), 32.275,06m² de área verde (14,87%) e 11.148,38m² de áreas institucionais (5,14%) (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, 1997).

A execução do Projeto ficou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. O processo de seleção ocorreu através de sorteio, com a presença de todos os inscritos, não havendo possibilidades de fraudes. Foi instituído pelo Governador Mário Covas que o contrato da casa sairia em nome da mulher, pois caso ocorra abandono por parte do marido, ela fica amparada com os filhos.

No decorrer do processo de mutirão, o grupo foi dividido em quatro etapas, sendo que, em maio de 1997, iniciaram o primeiro grupo com 88 unidades; em setembro de 1997, o segundo grupo com 150 unidades. Em janeiro de 1998, o terceiro grupo com 120 unidades; em abril de 1998, as 165 unidades restantes. O sistema de mutirão mostrou, na prática, ser possível incentivar os beneficiários a trabalhar e solucionar os problemas de forma coletiva.

O ambiente do mutirão proporciona oportunidades de discutir sobre a melhor forma de se utilizar os recursos, os materiais, a questão da educação, da saúde, do emprego, então temos um espaço democrático. A democracia propicia diversas formas de exercer a cidadania. Uma delas é o direito do povo de eleger seus representantes. Mas a democracia não se pratica apenas no período eleitoral. A participação deve ser constante. Assim, foi instituído esse espaço democrático em todo o processo de mutirão, nas discussões em grupo, nas preparações das festas de confraternização (festa junina, almoço de final de ano) e ao final de cada etapa foi realizado um almoço de confraternização encerrando-se as atividades do grupo.

Para Antônio Cândido (1964, p. 87),

a existência de todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico, requerendo, da parte do grupo, soluções mais ou menos adequadas e completas, das quais depende a eficácia e a própria natureza daquele equilíbrio. As soluções, por sua vez, dependem da quantidade e qualidade das necessidades a serem satisfeitas.

Assim, o grupo que, por um lado sofreu exploração de sua mão-de-obra que, para obter sua casa própria teve que cumprir uma dupla jornada de trabalho, por outro, a falta de alternativas para a obtenção da moradia provocou nessa comunidade a adoção do sistema de mutirão como solução para seus problemas. Analisando por outro aspecto, os beneficiários tiveram a oportunidade de pagar um valor menor pelas prestações da casa própria, pois o sistema de mutirão reduz o custo final das obras, utilizando a mão-de-obra dos próprios beneficiários.

Quando as casas do primeiro e segundo grupo foram entregues, em maio e dezembro de 1998, respectivamente (84 unidades do primeiro grupo e 146 do segundo), observou-se que as famílias componentes dessa comunidade eram numerosas, provenientes de diversas localidades do município, inclusive zona rural e que havia grande número de adolescentes fora da escola e sem acesso ao trabalho. Em continuidade ao processo de conclusão do projeto, em julho de 1999, 124 unidades foram entregues; em abril de 2000, 86 unidades, e em dezembro de 2000, as últimas 83 unidades foram entregues (SMADS, 2000).

As obras de pavimentação e construção da galeria de esgotos foram realizadas pelos mutirantes e uma ponte que liga as duas partes do bairro divididas por um córrego foi construída com recursos do Governo do Estado.

Atualmente, a prestação das casas do CHOQ é de R\$ 24,07 (vinte e quatro reais e sete centavos). Mesmo considerando esse valor relativamente baixo, uma grande parcela dos moradores está inadimplente com a CDHU. A quitação do imóvel está planejada para vinte e cinco anos de pagamentos mensais.

Em 15 de dezembro de 2003, foi inaugurada a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Dr. Salem Abujam, com recursos do Governo Estadual, com 635,89m² de área construída. As aulas iniciaram em 05 de fevereiro de 2004, com 242 alunos matriculados, distribuídos em dez salas de 1^a a 4^a séries do ensino fundamental. No período noturno, funciona o Programa Ensino de Jovens e Adultos (EJA) com 53 alunos matriculados distribuídos em 2 salas. Trinta funcionários trabalham na escola: cinco na área administrativa, 19 na área pedagógica, cinco em serviços gerais e uma estagiária na área de educação. Na Jornada Ampliada da EMEF, funcionam seis Projetos: Oficina de Xadrez, Esporte Coletivo, Grupo de Estudo Intensivo (GEI), Enriquecimento da Leitura e Produção Textual, Oficina de Matemática e Programa de Aprendizado Especial (PAE) (dados coletados *in loco*, verbal).

Existe uma organização comunitária instituída como Associação de Moradores de Bairro que, apesar das dificuldades de efetivação da ação e participação da comunidade, mantém uma Diretoria disposta às articulações e parcerias em projetos sociais.

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) – desenvolve no bairro o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) ligado ao Programa de Saúde da Família (PSF), no qual três agentes executam atividades de prevenção, levantamento de dados e encaminhamentos dos casos com necessidade de intervenção em saúde. O Programa elaborou, em 2003, um diagnóstico onde foram cadastradas 510 famílias, pois 11 casas estavam desocupadas; em 31 casas não foram encontrados moradores e 5 famílias se recusaram ao cadastro, o que indica que 34 famílias construíram casas além daquelas planejadas, provavelmente dividindo o terreno em duas partes distintas. O cadastro identificou 2.013 pessoas, como mostra a Tabela 05.

Tabela 05 – População por gênero e faixa etária do CHOQ

Faixa Etária	Feminino	Masculino	Total	%
0 a 10 anos	243	262	505	25%
10 a 20 anos	215	183	398	19,80%
20 a 30 anos	192	193	385	19,10%
30 a 40 anos	193	157	350	17,40%
40 a 50 anos	105	88	193	9,60%
50 a 60 anos	62	48	110	5,50%
Acima de 60 anos	38	29	67	3,40%
Não declarou	03	02	05	5,50%
Total	1051	962	2013	100%

Fonte: SMS/PACS/PSF

Dados indispensáveis coletados na pesquisa de campo do PACS, apresentados nas tabelas 06 e 07, revelam que a maioria (mais de 73%) das famílias possui renda de até dois salários mínimos, o que comprova a situação de risco social em que o bairro está inserido, se constatando a inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Tabela 06 – Renda Familiar

Salário Mínimo	Total	%
0 a 2 Salários Mínimos	375	73,54%
2 a 4 Salários Mínimos	94	18,43%
4 a 6 Salários Mínimos	19	3,71%
Acima de 6 Salários Mínimos	12	2,36%
Não Declarou	10	1,96%
Total	510	100%

Fonte: SMS/PACS/PSF

Com base no relacionamento entre os dados das tabelas 06 e 07, pode-se supor que o fato que leva as crianças e adolescentes precocemente ao mercado de trabalho é o desequilíbrio econômico em que vivem as famílias, pois, conforme os dados, crianças e

adolescentes são inseridos no contexto do trabalho infantil em consequência da necessidade de auxiliarem nas despesas da casa.

Tabela 07 – Crianças e Adolescentes que trabalham

Faixa Etária	Trabalham	Guarda -Mirim	Total
10 a 15 anos	02	0	02
16 a 20 anos	48	11	59
Não Declarou	03	0	03
Total	53	11	64

Fonte: SMS/PACS/PSF

Na tabela cima, observa-se que, mesmo sendo proibido pelo ECA, dois adolescentes com menos de 16 anos trabalham, e três trabalham sem o registro de idade .

A pesquisa levantou, também, a frequência escolar de crianças e adolescentes de 0 a 20 anos, identificando que 21% dessa população não frequenta a escola, sendo que 19% são crianças menores de 5 anos (Tabela 8).

Tabela 08 – Frequência Escolar por gênero e faixa etária

Faixa Etária	Frequêntam a Escola				Não frequêntem a Escola			
	Feminino	Masculino	Total	%	Feminino	Masculino	Total	%
0 a 5 anos	49	54	103	11%	84	84	168	19%
5 a 10 anos	103	118	221	24%	07	06	13	1%
10 a 15 anos	118	91	209	23%	01	03	04	0,44%
15 a 20 anos	95	86	181	21%	01	03	04	0,44%
Não Declarou	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	365	349	714	79%	93	96	189	21%

Fonte: SMS/PACS/PSF

Quanto às informações sobre a saúde da mulher, foram identificados 07 casos de gravidez precoce, o que indica a necessidade de atenção a essa população de adolescentes que estão inseridas nesse contexto de vulnerabilidade concernente à questão sexual (Tabela 09).

Tabela 09 – Saúde da Mulher

Faixa Etária	Quantidade	Gestantes	% de gestantes
10 a 20 anos	215	07	3,26%
Acima de 20 anos	593	17	2,87%
Total	808	24	6,13%

Fonte: SMS/PACS/PSF

Quanto aos outros serviços públicos oferecidos, o PACS apontou que o Sistema de Telefonia Pública tem 12 unidades (orelhões) distribuídas pelo Conjunto Habitacional e o Sistema de Transporte Coletivo percorre o bairro a cada trinta minutos, das seis às 22 horas, numa rota que oferece seis pontos para passageiros. Além disso, foram levantados dados referentes à estrutura do bairro, relacionados na Tabela 10.

Tabela 10 – Estrutura do Bairro

Serviço	Total da Rede de Atendimento
Esgoto	99,60%
Água Encanada	99,60%
Luz Elétrica	100%
Asfalto	99,60%
Coleta de Lixo	99,60%

Fonte: SMS/PACS/PSF

A partir desse diagnóstico realizado pela SMS, constatou-se que a maioria dos moradores do CHOQ é sexo feminino, na faixa etária jovem (entre 0 e 20 anos), cuja família possui renda de 0 a 2 salários mínimos, em que 19% das crianças de 0 a 05 anos não freqüentam a escola e 3,26% das mulheres de 10 a 20 anos são gestantes. Assim, o CHOQ apresenta um perfil que o classifica como um bairro onde a maioria das famílias está em situação de risco social, necessitando de intervenção.

Identificar qual era a relação existente entre o adolescente autor de ato infracional e sua condição social era o objetivo no pré-projeto apresentado. Em análise posterior, percebeu-se não ser possível alcançar o objetivo proposto em sua totalidade, ficando para um futuro próximo. Portanto, a pesquisa limitou-se em conhecer o perfil dos adolescentes quanto ao gênero, cor da pele, faixa etária, situação familiar, procedência, atividade, delitos, escolaridade e destino dos boletins de ocorrência.

6 O PERFIL DOS ADOLESCENTES INFRATORES NO MUNICÍPIO DE OURINHOS

6.1 INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS PARA CONSTRUÇÃO DO PERFIL DO ADOLESCENTE INFRATOR DO MUNICÍPIO DE OURINHOS

Essa pesquisa foi fomentada a partir do diagnóstico do município de Ourinhos realizado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social em 1999 quando, por solicitação do Governo do Estado de São Paulo, a equipe técnica da rede de assistência social do município se reuniu para a elaboração do Plano Plurianual da Assistência Social (2000-2001). Esse diagnóstico compilou dados apontados por diversos órgãos municipal, estadual e federal que geraram estudos sobre o município. Além desses dados, outro determinante foi a constatação, baseada na observação sobre alguns comentários efetuados por parte da população, “de que o Conjunto Habitacional Orlando Quagliato seria o bairro mais violento da cidade, onde havia mais adolescentes infratores”, tais afirmações se cristalizaram na opinião pública.

Instrumentais foram construídos para o estudo e análise dessa discussão, objetivando desvelar a problemática dos adolescentes autores de ato infracional, que vivenciam situações de violência em seu cotidiano, bem como buscar as causas que teriam gerado a construção de tais afirmações. Após dados levantados e análise de resultados, constatou-se o que pode estar sustentando a opinião pública; hipóteses sobre o questionamento desta pesquisa: Será o referido bairro o mais violento ou trata-se da incoerência de um estigma?

A **primeira etapa** do trabalho consistiu na definição do tema, delimitação do problema a ser investigado, na formulação da hipótese, na definição da metodologia a ser

empregada, além do levantamento e análise de bibliografia específica para o assunto abordado. Na **segunda etapa**, um roteiro de trabalho se fez necessário para guiar as leituras; levantar as fontes, os dados a fim de buscar um embasamento teórico sobre o tema e assuntos relevantes, tais como criança e adolescência, violência e exclusão; configurando assim o processo de análise. Para Severino (2002) essa fase desencadeia procedimentos a fim de buscar metodicamente todo tipo de dados que interessem ao tema discutido.

Nesta fase da pesquisa, após a caracterização da natureza do projeto, buscou-se o que direcionou o método de coleta, o procedimento metodológico de uma pesquisa. Assim, foi possível classificar as modalidades necessárias para a pesquisa: **Bibliográfica**, através de consultas e leituras de livros, artigos, revista, e outras que abordam as questões direcionadas aos assuntos relacionados com a temática. O levantamento bibliográfico foi realizado na biblioteca da Universidade Estadual de São Paulo – UNESP/Campus de Marília. **Documental**, que consulta documentos, códigos, programas, estatutos e outros. Para Gil, (2002, pg, 45) “são materiais que não recebem um tratamento analítico, e que podem ser re-elaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Esta modalidade de pesquisa apresenta uma vantagem, tratar-se de fonte rica e estável de dados, pois são documentos que subsistem ao longo do tempo”.

Qualificou-se o tipo de pesquisa adotada, como sendo comparativa, quantitativa, com objetivo de colocar, com segurança, a prova da hipótese de que a afirmação sobre o Conjunto Habitacional Orlando Quagliato ser o bairro, onde se concentra as maiores manifestações de violência entre adolescentes no município, seja verdadeira ou não.

Optou-se por captar as informações utilizando, como fonte primária, os registros em Boletins de Ocorrência (BO's) envolvendo adolescentes em situação de violência no município de Ourinhos efetuados nas seis Delegacias de Polícia no período estipulado pela pesquisa (1999-2003). A técnica de registro de dados coletados, se tornaram imprescindíveis

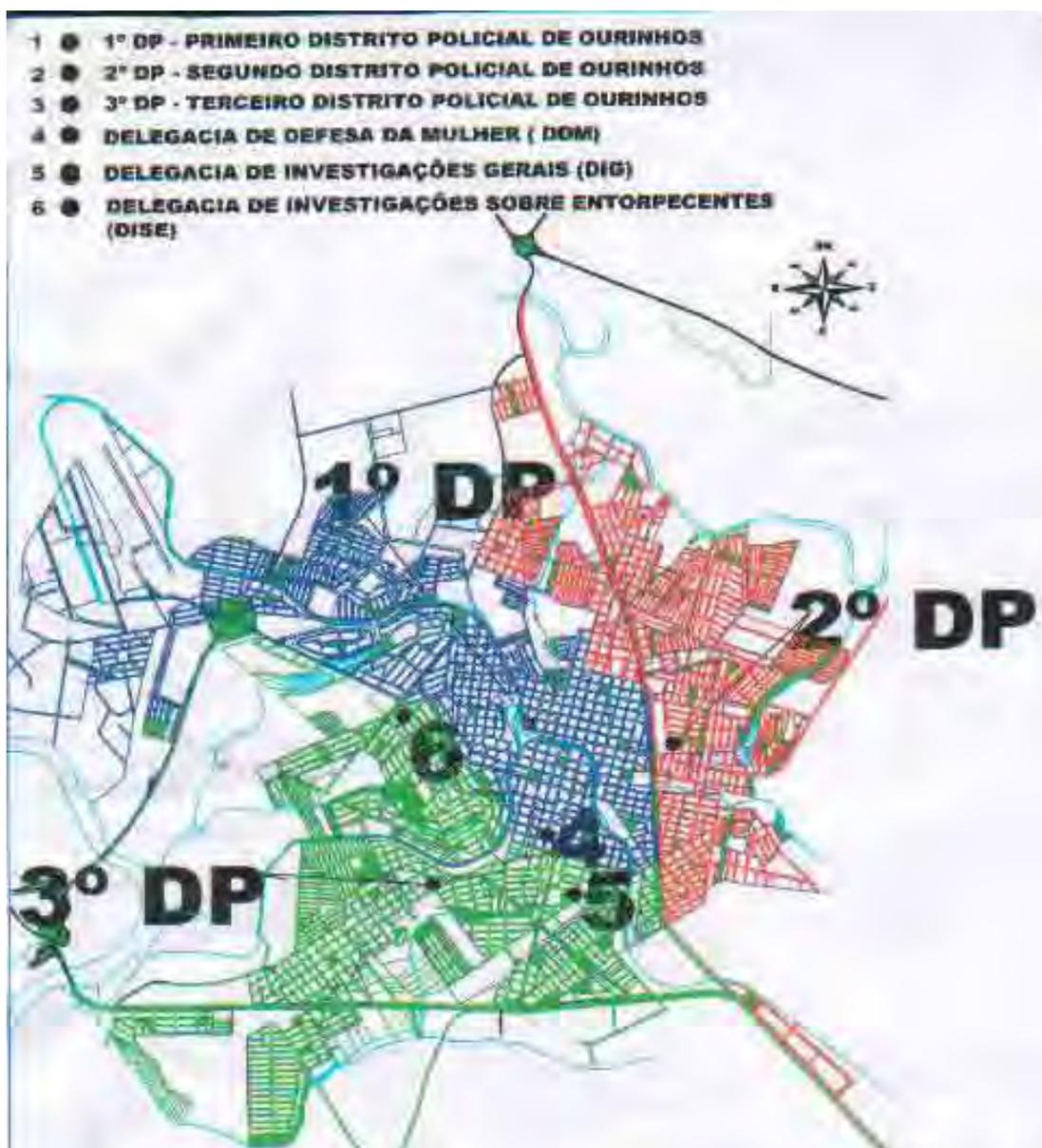
para o alcance dos resultados e embasamento das conclusões. A coleta de dados referente à situação socioeconômica das famílias dos adolescentes, não foi realizada por não constar nos boletins de ocorrência, sendo que, o principal objetivo desta etapa foi conhecer o perfil dos adolescentes infratores, obtendo resultados que subsidiassem o desenho do mapa da violência com adolescentes no município de Ourinhos.

O município de Ourinhos conta com a seguinte organização da política de segurança pública: Delegacia Seccional que coordena todas as demais delegacias do município e sub-região com 12 municípios, que se encontram subordinadas à Delegacia Seccional de Ourinhos que, conseqüentemente, é subordinada a Delegacia Seccional de Bauru. Criada em 1971, concentra toda parte administrativa da polícia; a equipe de corregedoria atende aos inquéritos, sindicâncias e processos administrativos, sendo que a parte judiciária atende aos inquéritos relacionados aos recursos humanos.

A delegacia de Plantão Policial, que se localiza no Jardim Matilde, foi criada para suprir as necessidades de atendimento contínuo das ocorrências policiais, pois os crimes acontecem também no período noturno, feriados e finais de semana. Esta delegacia encaminha todas as ocorrências para as demais delegacias. A defasagem de recursos humanos no quadro da Secretaria de Segurança Pública também possibilitou manter abertos os distritos nas áreas territoriais e ou de especialidades. As demais seis delegacias existentes na cidade estão distribuídas em três regiões geográficas, segundo critérios por eles estipulados, a fim de facilitar o trabalho da polícia civil, estão sediadas pelos Distritos Policiais I, II e III. Abaixo a identificação dos locais onde as pesquisas foram realizadas.

- Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) – Avenida Altino Arantes, 616 – Centro.
- Delegacia de Investigações Gerais (DIG) – Rua Benedita Fernandes Cury, 370 – Jardim Matilde.

- Delegacia de Investigação sobre Entorpecentes (DISE) – Rua Maria Flores Morales Moya, 405 – Jardim Tropical.
- I Distrito Policial – Avenida Jacinto Ferreira de Sá, 21 – Vila Nova Sá.
- II Distrito Policial – Rua K. Teshima, 70 – Jardim América.
- III Distrito Policial – Avenida Domingos Carmelino Caló, 1866 – Vila Odilon.



Mapa 2 – Distribuição demográfica dos Distritos Policiais e Delegacias

No processo de levantamento dos dados registrados nos Boletins de Ocorrência, buscou-se identificar os indicadores que respondessem às principais inquietações geradas na pesquisa: o número de boletins com a presença de adolescentes infratores, o número de adolescentes envolvidos, o tipo de delito praticado pelos adolescentes, a relação entre gênero, a faixa etária, o grau de escolaridade, a prática do ato infracional, os aspectos da procedência geográfica dos fatos, a atividade que exercem, a convivência familiar dos adolescentes e o destino dos boletins de ocorrência.

A tabulação dos dados forneceu informações suficientes e interessantes para construirmos tabelas, gráficos e quadros, no ensejo de facilitar a leitura da realidade indicada nos documentos e na análise dos dados, provocando a construção da terceira etapa deste trabalho: a interpretação dos resultados num diálogo com o mundo teórico estudado. A partir dessa leitura da realidade, pode-se checar a veracidade da opinião pública, testando a hipótese de que o CHOQ seria o bairro mais violento envolvendo adolescentes do município, tendo em vista, a confirmação, reformulação ou rejeição das opiniões. Os gráficos também auxiliaram na construção do mapa da violência na juventude ourinhense, apontando e estratificando as regiões pela ocorrência dos fatos, o que se torna de importância ímpar na soma das ações realizadas nessa área, tanto na intervenção como na prevenção, tanto governamental como não-governamental, na busca pela configuração da política pública pela diminuição dos indicadores de violência entre adolescentes.

6.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para iniciar os procedimentos de coleta de dados realizou-se contato, pessoal, com os delegados responsáveis pelas referidas delegacias, a fim de explicar-lhes os objetivos da pesquisa e obter a permissão para o acesso aos arquivos. A permissão foi documentada

posteriormente através de ofício (APÊNDICE G) encaminhado aos delegados, oficializando o procedimento.

Como fonte primária empírica da pesquisa, foram selecionados os boletins de ocorrências que envolveram adolescentes, registrados nas delegacias do município referente ao período de 1999 a 2003.

No período de coleta utilizou-se a técnica de observação e, através dos diálogos informais efetuados com os funcionários e delegados, estreitando-se as relações e aproximando-se da rotina de trabalho e eliminando-se algumas barreiras existentes no início do processo da pesquisa.

Na pesquisa documental, explorou-se os registros, boletins, códigos, estatutos, programas e todos os elementos necessários para o estudo. Esta modalidade de pesquisa apresenta a vantagem de configurar uma rica e estável fonte de dados, constituída por documentos que subsistem ao longo do tempo. O primeiro passo da pesquisa foi fazer uma leitura minuciosa dos boletins de ocorrência, na obtenção de subsídios para o desenvolvimento de uma ficha de controle de dados. Durante a evolução desta prática surgiram dificuldades na interpretação dos termos descritos nos boletins de ocorrência, por se tratarem de termos referentes ao Código Penal e outros ligados ao Direito Constitucional que, paulatinamente, foram elucidados.

No processo de exploração dos arquivos nas delegacias, foram encontrados facilitadores e dificultadores. Há delegacias onde o acesso aos arquivos foi facilitado pelas amplas instalações e pela organização dos documentos; entretanto, essa situação não foi verificada em todas as delegacias. Arquivos instalados em espaços onde eram realizados atendimentos, o que dificultava o manuseio e o acesso, sendo que, em outras delegacias encontrou-se sala específica para o arquivamento de documentos, os quais eram organizados de diferentes formas.

Observou-se que, em todas as delegacias estudadas, os prontuários são arquivados por ano e por ordem numérica. Essa organização segue a ordem dos registros nos livros, geralmente acondicionados em caixas de papelão (tipo arquivo), em pastas AZ ou apenas amarrados com barbante contendo a identificação do número de ordem e do ano. Algumas delegacias organizam seus prontuários em pastas individuais colocando-os em caixas com, em média, de vinte e cinco a trinta pastas em cada caixa.

Em virtude das diferentes formas de acondicionamento dos arquivos, organização e acessibilidade, foram encontradas dificuldades no processo, superadas com a disciplina metódica aplicada à coleta de dados.

Para melhor clareza dos dados levantados elaborou-se uma ficha individual objetivando obter informações exatas dos registros ocorridos nos boletins de ocorrência de 1999 a 2003. O **primeiro elemento** desse controle corresponde às referências do documento: o nome da delegacia, o número do boletim de ocorrência, o número da caixa de arquivo ou pasta AZ e os elementos que identifiquem o fato em si: a data da ocorrência, o delito cometido, o local em que aconteceu e o segmento ao qual pertence o infrator.

O **segundo elemento** da ficha individual que é a identificação geral do infrator aponta dados em relação ao gênero, a cor da pele, a idade, a situação familiar, a atividade, o local de residência, e a escolaridade. O **terceiro elemento** identifica o destino do boletim de ocorrência e assinatura do responsável pela coleta.

Inicialmente, a ficha de identificação foi pensada não de maneira individual, mas todos os boletins de ocorrência registrados mensalmente, sendo testada em uma primeira delegacia, apresentando algumas dificuldades de entendimento ou de aplicação que foram sanadas com o auxílio da supervisão técnica. Em seguida, elaborou-se ficha individual para maior controle dos dados, e foi testada numa amostragem de 10%, após o resultado positivo advindo do segundo teste de funcionamento da ficha de controle de dados, estendeu-se a

aplicação para todo o universo a ser estudado, ou seja, todos os boletins de ocorrência em que o segmento em estudo estivesse representado.

Todo o processo de visita às delegacias, observação do funcionamento institucional e preenchimento das fichas de controle de coleta de dados ocorreram no período de dezembro de 2003 a 30 de dezembro de 2004.

Terminado o preenchimento das fichas, foram tabuladas as informações por delegacia e por ano. Cada delegacia estudada mostrou informações extremamente ricas e a princípio complexas, devido às divergências na prática do registro de boletins de ocorrências, percebidas de uma delegacia para outra.

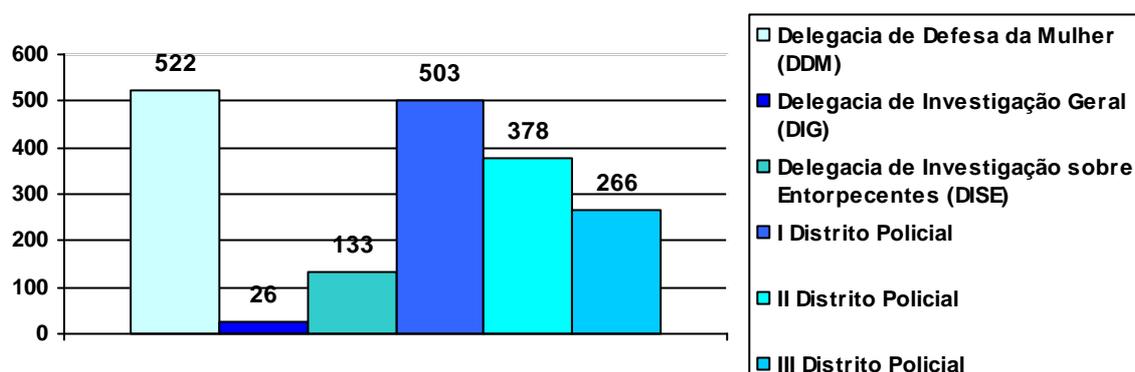
Em se tratando da sistematização dos dados tabulados, sua análise e comparação, obteve-se resultados com os quais se trabalhou, a fim de construir o perfil da violência entre adolescentes no município de Ourinhos e de afirmar ou não, se o Conjunto Habitacional Orlando Quagliato é de fato o bairro, onde ocorre o maior número de atos infracionais acompanhados de violência e também conhecer o índice de maior predominância entre os demais bairros.

6.3 SÍNTESE DOS RESULTADOS

No período de 1999 a 2003, foram registrados nas seis delegacias existentes no município de Ourinhos, 1.828 (um mil, oitocentos e vinte e oito) boletins de ocorrência, envolvendo 2.512 (dois mil, quinhentos e doze) adolescentes infratores. Esse número discrepante entre a quantidade de boletins e o número de envolvidos ocorre em virtude de que em cada boletim pode haver o envolvimento de um ou mais adolescentes.

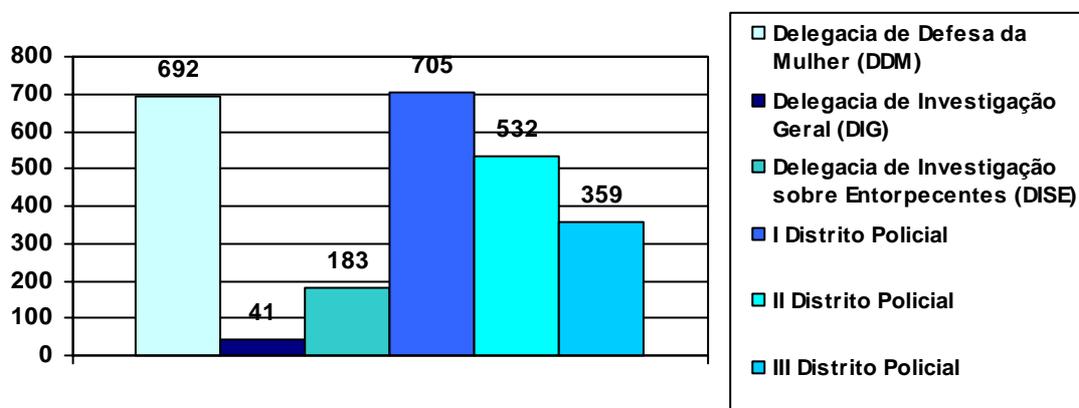
Tabela 11 – Número de Boletins de Ocorrência por delegacia

Delegacias	Numero de B.O's por delegacia					TOTAL
	1999	2000	2001	2002	2003	
Delegacia de Defesa da Mulher (DDM)	110	108	110	103	91	522
Delegacia de Investigação Geral (DIG)	5	10	7	2	2	26
Delegacia de Investigação sobre Entorpecentes (DISE)	18	33	21	27	34	133
I Distrito Policial	108	103	105	91	96	503
II Distrito Policial	82	86	40	85	85	378
III Distrito Policial	62	55	51	46	52	266
Total	385	395	334	354	360	1.828

Gráfico 1**Tabela 12 - Número de Adolescentes Envolvidos por Delegacia**

Delegacias	Numero de adolescentes envolvidos					TOTAL
	1999	2000	2001	2002	2003	
Delegacia de Defesa da Mulher (DDM)	151	158	136	129	118	692
Delegacia de Investigação Geral (DIG)	5	16	8	5	7	41
Delegacia de Investigação sobre Entorpecentes (DISE)	23	38	37	40	45	183
I Distrito Policial	138	152	159	125	131	705
II Distrito Policial	102	115	60	136	119	532
III Distrito Policial	75	68	73	65	78	359
Total	494	547	473	500	498	2512

Gráfico 2



Em 284 (duzentos e oitenta e quatro) boletins de ocorrência registraram-se dois adolescentes em cada um; em 94 (noventa e quatro), boletins registraram-se três adolescentes em cada um; em 41 (quarenta e um) boletins constavam quatro adolescentes em cada; em 14 (quatorze) boletins, cinco adolescentes em cada; em 04 (quatro) boletins apontavam seis adolescentes em cada; em 2 (dois) boletins, registraram-se sete adolescentes em cada. No restante dos boletins estudados (1.390 – um mil, trezentos e noventa) estavam registrados apenas um adolescente envolvido em cada um.

Observa-se na tabela 11, que I Distrito policial atendeu um número maior de adolescentes infratores, 705 no total, sendo que a Delegacia de Defesa da Mulher aparece em 2º lugar com 692 adolescentes; destaca-se a Delegacia de Investigação sobre Entorpecentes(DISE) com 183 adolescentes, fato que pretende-se aprofundar, pois estes números mostram os casos registrados e os casos que permanecem ocultos?

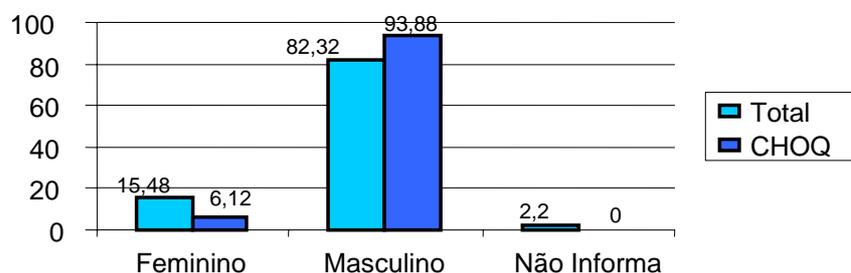
A seguir, os resultados obtidos com a tabulação dos dados gerais do município e dos dados do Conjunto Habitacional Orlando Quagliato, em tabelas e gráficos.

Tabela 13 - Adolescentes por gênero (geral)

Gênero	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Feminino	70	14,2	81	14,8	67	14,2	71	14,2	100	20,1	389	15,48
Masculino	407	82,4	460	84	394	83,3	409	81,8	398	79,9	2.068	82,32
Não informa	17	3,4	06	1,2	12	2,5	20	4	-	-	55	2,2
Total	494	100	547	100	473	100	500	100	498	100	2.512	100

Tabela 14 - Adolescentes por gênero (CHOQ)

Gênero	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Feminino	-	-	-	-	01	10,0	01	9,1	01	9,1	03	6,12
Masculino	10	100	07	100	09	90,0	10	90,9	10	90,9	46	93,88
Total	10	100	07	100	10	100	11	100	11	100	49	100

Gráfico 3

Observou-se que, quanto ao gênero (Tabela 14 e Gráfico 3), 389 (trezentos e oitenta e nove) adolescentes são do sexo feminino (15,48%), 2.068 (dois mil e sessenta e oito) são do sexo masculino (82,32%) e 55 adolescentes envolvidos (2,2%) nos boletins de ocorrência tiveram o sexo não informado. As estatísticas do Conjunto Habitacional Orlando Quagliato (Tabela 14 a e Gráfico 3 a) seguem os resultados gerais quanto a gênero: a maioria (93,88%) é do sexo masculino. Na comparação dos dados, fica claro que, na maioria das ocorrências registradas, tanto no município, em geral, quanto apenas no CHOQ, a maior incidência está no adolescente infrator do sexo masculino. O mapeamento Nacional realizado

pelo IPEA/ sobre a situação de unidades de execução de medida sócio-educativa de privação de liberdade ao adolescente em conflito com a lei, confirma que 90% dos adolescentes que cumprem medida de privação de liberdade no Brasil pertence ao sexo masculino, sendo que 6% deste universo representa o sexo feminino.

Constatou-se que, durante o decorrer dos anos de 1999 a 2002, a média de ocorrências por gênero se manteve no município de Ourinhos; entretanto; no ano de 2003, ocorreu um aumento de 41% no número de adolescentes do sexo feminino, envolvidas em boletins de ocorrência. Nesse mesmo ano, o número de adolescentes do sexo masculino envolvidos em boletins de ocorrência diminuiu em 9,6 %.

No que tange ao CHOQ, as ocorrências registradas envolvendo meninas aparecem a partir do ano de 2001, mantendo a média de uma ocorrência por ano e, quanto aos adolescentes do sexo masculino, a média é de 9,2% por ano.

A participação das adolescentes no mundo do crime é seguramente muito menor do que a participação desse sexo na composição da população urbana do município, este resultado não surpreende, pois a maior parte dos estudos disponíveis revela que o mundo do crime é marcado de maneira mais expressiva pela presença masculina. O que não elimina a hipótese da contribuição do gênero para a violência, pois as mulheres não estão excluídas do ambiente criminoso (ADORNO, 1999).

No dia 06/10/2005, a Rede Globo de Televisão, através do Programa “Globo Repórter”, sobre o tema “Criminalidade”, apresentou dados e fatos que configuram a participação feminina, auxiliando e sendo cúmplices em atos ilegais, onde a agressividade permeia este universo.

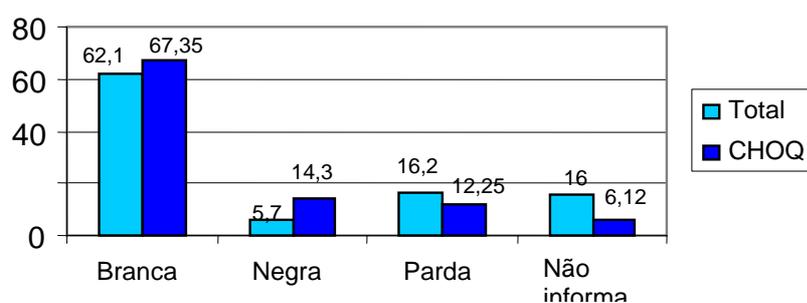
Em se tratando, dos dados coletados referentes à cor da pele, apontam que, conforme (Tabela 15 e Gráfico 4), o número de adolescentes envolvidos são de pele branca, constituindo (62,10%), sendo superior aos de pele parda (16,2%) e aos de pele negra (5,7%).

Tabela 15 - Cor da pele (geral)

Cor da pele	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Branca	307	62,2	365	66,7	292	61,7	293	58,6	305	61,2	1562	62,10
Negra	11	2,2	25	4,6	34	7,2	34	6,8	39	7,8	143	5,7
Parda	73	14,8	83	15,2	80	16,9	84	16,8	87	17,5	407	16,2
Não informa	103	20,8	74	13,5	67	14,2	89	17,8	67	13,5	400	16
Total	494	100	547	100	473	100	500	100	498	100	2512	100

Tabela 16 – Cor da pele (CHOQ)

Cor da pele	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Branca	09	90	04	57,1	06	60	06	54,5	08	72,7	33	67,35
Negra	-	-	-	-	04	40	02	18,2	01	9,1	07	14,30
Parda	01	10	01	14,3	-	-	02	18,2	02	18,2	06	12,25
Não informa	-	-	02	28,6	-	-	01	9,1	-	-	03	6,12
Total	10	100	07	100	10	100	11	100	11	100	49	100

Gráfico 4

Analisando a situação encontrada no CHOQ, novamente o quadro se repete: a maioria (67,35%) possui pele branca. Comparando os dados gerais com as estatísticas locais do CHOQ, observou-se que 5,7% dos adolescentes do município, em geral, possuíam pele negra, enquanto que, os adolescentes negros do CHOQ totalizaram 14,30%, e os de pele parda no município somaram 16,2% e 12,25 no CHOQ; no CHOQ, as ocorrências com adolescentes de pele negra ultrapassam (8,6%) àqueles de pele negra do município. Contudo, durante a coleta de dados observou-se que 22,12% do total de registros, não constavam informações sobre a cor da pele dos adolescentes envolvidos.

Segundo o Censo de 1991 (IBGE), crianças e adolescentes brancos, entre 10 e 19 anos representam 70,2%, enquanto que os negros representam 28,1%. Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), sobre o “Mapeamento da situação das unidades de execução de medida sócio-educativa, de privação de liberdade ao adolescente em conflito com a lei”, afirma que os adolescentes negros tornam-se mais vulneráveis ao delito, porque o cometimento de ato infracional é o que lhe resta como forma de obter reconhecimento social, tendo em vista, os comportamentos de uma sociedade que, na maioria das vezes, os exclui e ignora. Fato interessante ocorre com os adolescentes infratores no município de Ourinhos onde 5,7% representa a cor negra, enquanto que no Conjunto Orlando Quagliato 14,30% dos adolescentes infratores são negros e 12,25% são pardos.

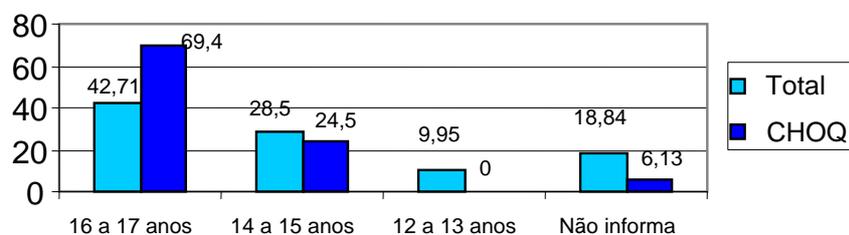
Considerando as faixas etárias, fixamos a seguinte forma: faixa de 12 e 13 anos apareceram 250 adolescentes, ou seja, (9,95%) envolvidos nos boletins de ocorrência, cuja faixa etária não aparece registrada nos dados do CHOQ; de 14 e 15 anos foram constatados no município 716 casos, que representam (28,5%); sendo que nessa mesma faixa etária as estatísticas do CHOQ somam uma porcentagem de (24,5).

Tabela 17 - Faixa etária dos adolescentes (geral)

Faixa Etária	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
16 a 17 anos	228	46,1	246	45	201	42,5	193	38,6	205	41,2	1.073	42,71
14 a 15 anos	127	25,7	156	28,5	140	29,6	142	28,4	151	30,3	716	28,5
12 a 13 anos	52	10,5	51	9,3	45	9,5	56	11,2	46	9,2	250	9,95
Não informa	87	17,7	94	17,2	87	18,4	109	21,8	96	19,3	473	18,84
Total	494	100	547	100	473	100	500	100	498	100	2512	100

Tabela 18 - Faixa etária dos adolescentes (CHOQ)

Faixa Etária	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
16 a 17 anos	06	60	04	57,1	08	80	08	72,7	08	72,7	34	69,4
14 a 15 anos	04	40	01	14,3	02	20	03	27,3	02	18,2	12	24,5
12 a 13 anos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não informa	-	-	02	28,6	-	-	-	-	01	9,1	03	6,13
Total	10	100	07	100	10	100	11	100	11	100	49	100

Gráfico 5

Portanto, os dados mencionados apontam que, tanto no geral, quanto no CHOQ, como nos outros bairros da cidade, a maioria das ocorrências acontece com adolescentes de 16 e 17 anos, sendo que no bairro pesquisado, o índice de ocorrências nessa faixa etária é (26,7%), maior do que o índice geral. Na porcentagem de (18,84%) do total dos adolescentes envolvidos, (6,13%) dos casos do CHOQ, não foi registrada a idade. Entretanto, quanto à idade de 12-13 anos, no resultado do Conjunto Habitacional Orlando Quagliato não houve nenhum registro, enquanto que no restante do município ocorreram 250 boletins de

ocorrência, representando (9,95%) dos adolescentes infratores, cujo dado em comparação com as outras faixas etárias, apresentou o menor índice e interesse em desvelar tal situação.

No âmbito familiar, observou-se tanto no quadro geral (Tabela 19 e Gráfico 6), quanto no perfil do CHOQ (Tabela 20 e Gráfico 6), que a maioria dos adolescentes conviviam com ambos os pais. Nos dados gerais, (4,22%) conviviam apenas em companhia materna, enquanto que no CHOQ (8,17%) indicam a ausência da figura paterna. O número de adolescentes que convivia apenas com o pai foi da ordem de (3,63%) no geral, sendo que no CHOQ se configurou em (2,05%).

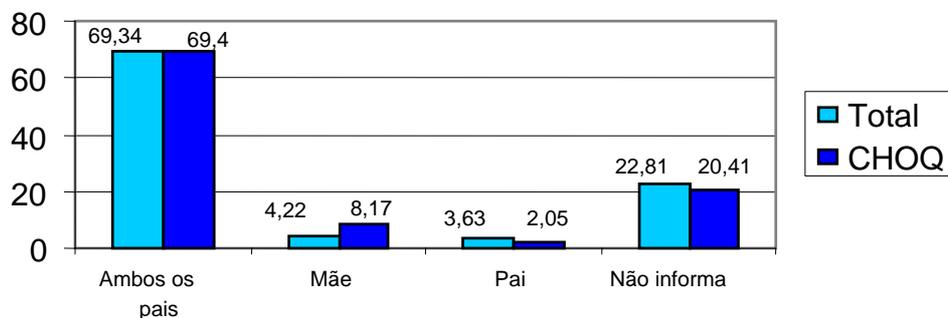
Tabela 19 - Situação familiar dos adolescentes (geral)

Situação familiar	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Ambos os pais	341	69,1	387	70,7	324	68,5	325	65	365	73,3	1.742	69,34
Mãe	20	4,1	25	4,6	22	4,7	17	3,4	22	4,4	106	4,22
Pai	19	3,8	25	4,6	21	4,4	14	2,8	12	2,4	91	3,63
Não informa	114	23	110	20,1	106	22,4	144	28,8	99	19,9	573	22,81
Total	494	100	547	100	473	100	500	100	498	100	2.512	100

Tabela 20 - Situação familiar dos adolescentes (CHOQ)

Situação familiar	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Ambos os pais	08	80	03	42,8	08	80	05	45,4	10	90,9	34	69,4
Mãe	01	10	-	-	-	-	03	27,3	-	-	04	8,17
Pai	-	-	01	14,4	-	-	-	-	-	-	01	2,05
Não informa	01	10	03	42,8	02	20	03	27,3	01	9,1	10	20,41
Total	10	100	07	100	10	100	11	100	11	100	49	100

Gráfico 6



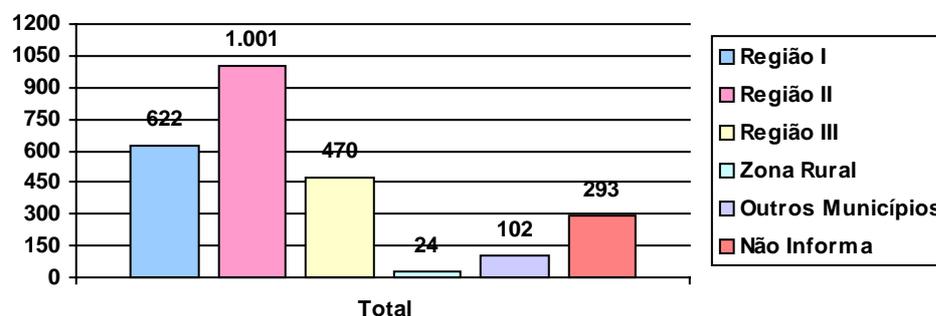
Observou-se que 43,22%, dos adolescentes não informaram a situação familiar em que viviam no ato de registro do boletim de ocorrência. Sendo que: Identificou-se em (22,81%) do total de boletins de ocorrência no município em geral, e (20,41%) no CHOQ.

Analisando a distribuição geográfica das ocorrências, dentre os 139 bairros existentes no município de Ourinhos, 77 foram citados quanto à procedência dos adolescentes.

Conforme a Resolução Nº 65 de 12 de setembro de 1989, do Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, o município foi dividido em três regiões para melhor atendimento e acesso da comunidade aos serviços prestados pela polícia. Assim sendo, para a tabulação dos dados, seguimos esta determinação e nomeamos as regiões da seguinte forma: Região I, Região II e Região III. (APÊNDICE A).

Tabela 21 - Procedência dos adolescentes por região (geral)

REGIÃO	Total	%
Região I	622	24,8
Região II	1.001	39,8
Região III	470	18,7
Zona Rural	24	0,96
Outros Municípios	102	4,07
Não Informa	293	11,67
Total	2.512	100

Gráfico 7

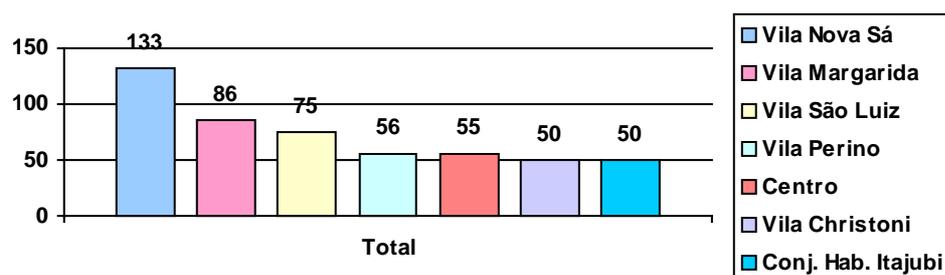
Na Região I (28 bairros), observou-se 622 casos registrados de 1999 a 2003, representando (24,8%) do total. A maioria dos casos foi registrada na Região II; 1001 registros o que representa (39,8%) das ocorrências, região esta onde se concentra o maior número de bairros (50), onde o CHOQ está localizado. Observando a Tabela 7b, pode-se afirmar que esse bairro tem parte no resultado total de (1,95%) nas estatísticas de ocorrência da Região II. A Região III (44 bairros) foi a que apresentou o menor índice de violência envolvendo adolescentes: (18,7%) dos casos. Pela lógica, era esperado que a Região I, configurada pelo menor número de bairro, apresentasse o menor índice de ocorrências, o que não ocorreu.

Os adolescentes provenientes da zona rural representaram quase 1% dos casos (0,96%) e os residentes em outros municípios do Estado de São Paulo e Paraná somaram (4,07%). Em (11,67%) dos registros não constava a procedência dos adolescentes. Os maiores índices de procedência por Região e as estatísticas por municípios seguem demonstrados nas Tabela 7a, 7b, 7c e 7d.

Durante os cinco anos (1999 a 2003), o número de adolescentes infratores foi de 2.512 adolescentes, representando 502 adolescentes ano, sendo (2,45%) da população do município que é de 102.533 mil habitantes.

Tabela 22 - Procedência dos adolescentes (Região I)

REGIÃO I	Total	%
Vila Nova Sá	133	5,30
Vila Margarida	86	3,42
Vila São Luiz	75	3,0
Vila Perino	56	2,23
Centro	55	2,19
Vila Christoni	50	2,0
Conj. Hab. Itajubi	50	2,0

Gráfico 8**Tabela 23 - Procedência dos adolescentes (Região II)**

REGIÃO II	Total	%
CDHU	160	6,37
Vila Boa Esperança	107	4,26
Jardim Anchieta	89	3,54
Parque Minas Gerais	80	3,18
Vila Brasil	68	2,71
Vila Marcante	66	2,63
Jardim Josefina	54	2,15
Conj. Hab. Orlando Quagliato	49	1,95
Vila Adalgisa	44	1,75

Gráfico 9

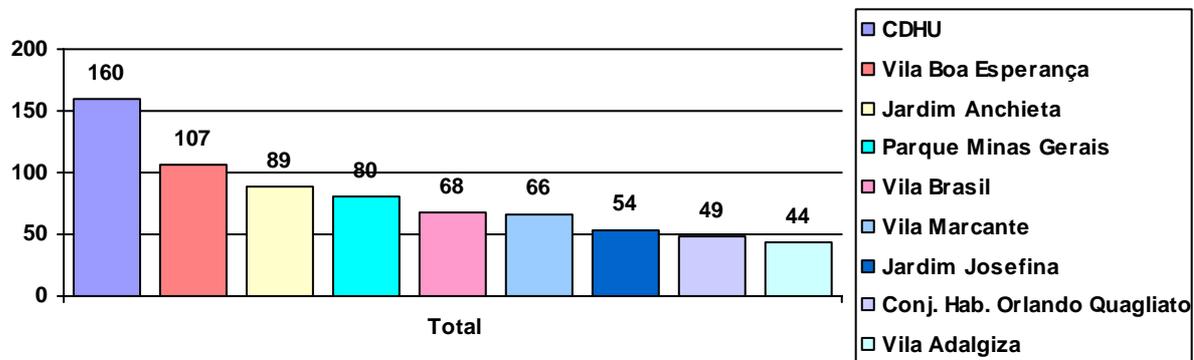


Tabela 24 - Procedência dos adolescentes (Região III)

REGIÃO III	Total	%
Jardim Itamaraty	79	3,17
Jardim Matilde	76	3,04
Vila Odilon	52	2,04
Vila Musa	52	2,04
COHAB	48	1,98

Gráfico 10

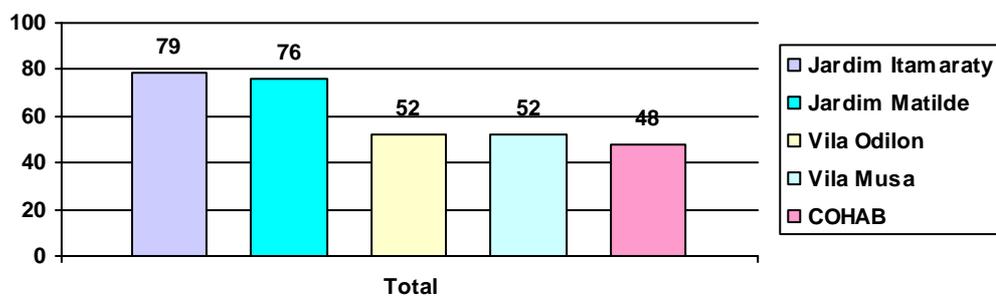
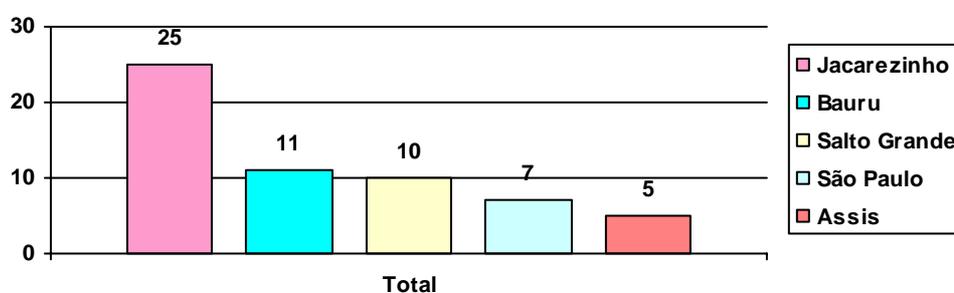


Tabela 25 - Procedência dos adolescentes (outros municípios)

Municípios	Total	%
Jacarezinho	25	0,99
Bauru	11	0,44
Salto Grande	10	0,40
São Paulo	07	0,28
Assis	05	0,20

Gráfico 11

Jacarezinho foi o município que mais apresentou adolescentes com registros de ocorrências em Ourinhos, totalizando praticamente 1% dos casos (0,99%). Esse número expressivo em comparação aos índices dos outros municípios pode ser resultado da proximidade geográfica entre Jacarezinho e Ourinhos, os quais divisam entre os Estados do Paraná e São Paulo.

Quanto à atividade que o adolescente exercia na época da ocorrência, observou-se que a maioria, ou seja, (43%) eram estudantes, ou pelos menos a maioria declarou-se estudante no ato do registro do boletim de ocorrência.

Tabela 26 - Atividade dos Adolescentes (geral)

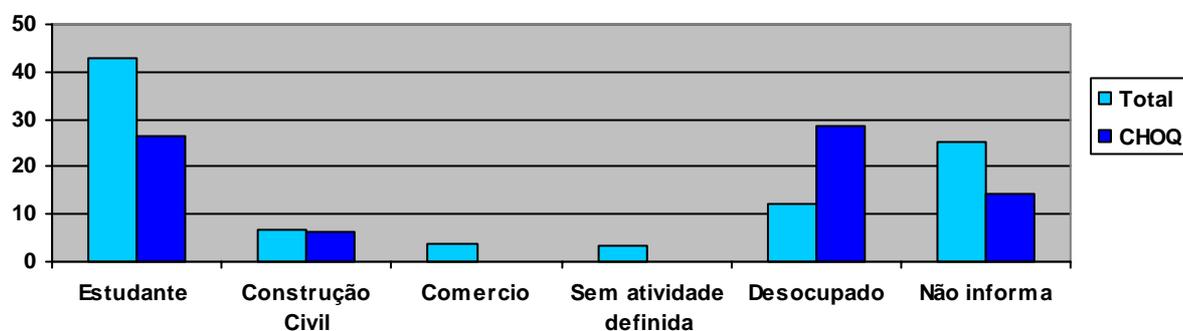
Atividade	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Estudante	182	36,9	231	42,2	234	49,6	207	41,4	224	45	1.078	43%
Estagiário	01	0,2	-	-	01	0,2	-	-	-	-	02	0,07
Construção Civil	47	9,5	50	9,1	21	4,4	25	5,0	24	4,8	167	6,65
Comercio	30	6,0	29	5,4	16	3,2	08	1,6	16	3,2	99	3,95
Trabalhador Rural	14	2,9	08	1,4	04	0,8	03	0,6	01	0,2	30	1,20
Prestador de Serviços	10	2,0	14	2,5	07	1,4	05	1,0	11	2,2	47	1,87
Trabalho Informal	6	1,21	4	0,73	4	0,85	1	0,2	3	0,60	18	0,71
Sem atividade definida	20	4,1	20	3,6	08	1,8	23	4,6	13	2,6	84	3,35
Desempregado	-	-	-	-	-	-	02	0,4	01	0,2	03	0,12
Desocupado	44	8,9	53	9,7	58	12,4	68	13,6	86	17,3	309	12,30
Doméstica	01	0,2	-	-	-	-	02	0,4	01	0,2	04	0,16
Do lar	02	0,4	07	1,3	05	1,0	06	1,2	05	1,0	25	0,99
Não informa	135	27,4	131	24,0	111	23,6	140	28,0	112	22,5	629	25,03
Registro Prejudicado	02	0,4	-	-	04	0,8	10	2,0	01	0,2	17	0,68
Total	494	100	547	100	473	100	500	100	498	100	2.512	100

Tabela 27 - Atividade dos Adolescentes (CHOQ)

Atividade	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Estudante	02	20	02	28,6	04	40	03	27,3	02	18,2	13	26,53
Ajudante Geral	02	20	-	-	01	10	-	-	-	-	03	6,13
Balconista	-	-	-	-	01	10	-	-	-	-	01	2,05
Guarda - Mirim	-	-	01	14,3	-	-	-	-	-	-	01	2,05
Mecânico	-	-	-	-	01	10	-	-	-	-	01	2,05
Raspador de taco	-	-	-	-	-	-	01	9,1	-	-	01	2,05
Construção Civil	01	10	01	14,3	01	10	-	-	-	-	03	6,13
Trabalhador rural	01	10	-	-	-	-	02	18,1	01	9,1	04	8,16
Desocupado	03	30	-	-	02	20	03	27,3	06	54,5	14	28,6
Sem prof. definida	-	-	-	-	-	-	01	9,1	-	-	01	2,05
Não informa	01	10	03	42,8	-	-	01	9,1	02	18,2	07	14,29
Total	10	100	07	100	10	100	11	100	11	100	49	100

Tabela 28 - Cruzamento de dados – Atividades dos adolescentes

Atividade	Estudante	Construção Civil	Comercio	Sem atividade definida	Desocupado	Não informa
Geral	43	6,65	3,95	3,35	12,3	25,03
CHOQ	26,53	6,13	0	0	28,6	14,29

Gráfico 12

O mesmo não ocorre no CHOQ que apresenta, em sua maioria, adolescentes desocupados (28,6%) envolvidos em boletins de ocorrência. Os estudantes do CHOQ ficam em segundo lugar nos índices de ocorrência (26,53%). Dentre os adolescentes que exerciam atividades profissionais, no quadro geral (Tabela 8) 6,65% trabalhavam no ramo da construção civil, 3,95% na área do comércio, (1,20%) exerciam atividades ligadas à zona rural, (1,87%) eram prestadores de serviço, (0,71%) trabalhavam informalmente, (3,35%) não tinham atividade definida, (12,42) não tinham ocupação nenhuma ou estavam desempregados e em (25,71%) dos casos não constava a informação ou teve o registro prejudicado. No CHOQ, as outras atividades que mais se destacaram foram: trabalhador rural (8,16%), ajudante geral (6,13%) e construção civil (6,13%). Em (14,29%) dos boletins não havia a

informação sobre a atividade do adolescente. Procurou-se usar os mesmos termos empregados, encontrados nos boletins de ocorrência.

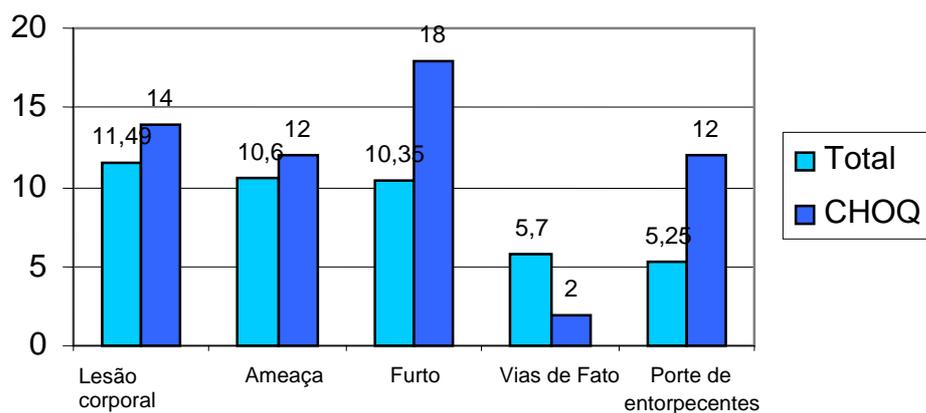
Estão registrados nos 1.828 boletins de ocorrência estudados, 2.037 delitos praticados. O número discrepante ocorre em virtude de ser possível registrar em cada boletim mais de um tipo de delito. Assim sendo, constatou-se que em cada um dos 1.633 boletins de ocorrência, apenas um delito foi configurado; em 181 boletins de ocorrência constavam dois delitos em cada e em 14 boletins de ocorrência constavam três delitos registrados. Estes dados apontam que um adolescente poderá no ato da inflação cometer um ou mais delitos, sendo registrado em um único boletim de ocorrência.

Tabela 29 - Delitos cometidos por adolescentes (Geral)

Delitos	Total	%
Lesão corporal	234	11,49
Ameaça	216	10,60
Furto	211	10,35
Vias de Fato	116	5,70
Porte de entorpecentes	107	5,25
Dano	91	4,47
Lesão corporal dolosa	75	3,68
Tentativa de Furto	74	3,63
Comunicação de fato	68	3,34
Apreensão de objeto	68	3,34
Ato infracional	66	3,24
Porte de arma branca e fogo	59	2,90
Roubo	33	1,62
Desacato	30	1,47
Averiguação de furto	28	1,37
Desobediência	16	0,78
Estelionato	13	0,63
Trafico	13	0,63

Tabela 30 - Delitos cometidos por adolescentes (CHOQ)

Delitos	Total	%
Furto	09	18
Lesão corporal dolosa	07	14
Ameaça	06	12
Porte de entorpecente	06	12
Apree/de objeto	03	6
Dano	03	6
Porte arma branca	03	6
Ato infracional	02	4
Furto (tentado)	02	4
At/ violento ao pudor	01	2
Art. 305 CTB	01	2
Av. trafico	01	2
Comunic/de fato	01	2
Difamação	01	2
Lesão corporal	01	2
Pichação	01	2
Roubo	01	2
Vias de fato	01	2
Total	50	100

Gráfico 13

Como se observou de modo geral, os tipos de delitos mais cometidos por adolescentes no município de Ourinhos são: lesão corporal (11,49%), ameaça (10,6%) e furto (10,35%). O porte de entorpecentes aparece em quinto lugar com um índice de (5,25%) dos casos. Já no CHOQ, comparando a situação encontrada quanto aos delitos cometidos é semelhante, diferindo apenas nas porcentagens encontradas: o furto apareceu em (18%) dos casos, a lesão corporal dolosa em (14%) e a ameaça em (12%) dos boletins de ocorrência. O dado preocupante encontrado aponta que o porte de entorpecentes aparece em terceiro lugar, empatado com a ocorrência de ameaça, ou seja, (12%) dos casos, detectando a maior incidência desse delito no bairro em relação às estatísticas gerais.

Todo ato infracional cometido pelo adolescente estará sujeito à ampla defesa, sendo que poderá receber uma sanção que é a medida sócio-educativa, que está no artigo 112 de ECA. Segundo Mario Volpe (1997, p.21-23), “verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – Advertência;
- II – Obrigação de reparar o dano;
- III – Prestação de serviço à comunidade;
- IV – Liberdade assistida;
- V – Semiliberdade;
- VI – Medida de internação;
- VII – Qualquer uma das previstas no art. 101, do I ao VI.”

Segundo Antônio Clarét Maciel dos Santos (1999) e Juarez de Oliveira (1988) infrações são: (ANEXO C)

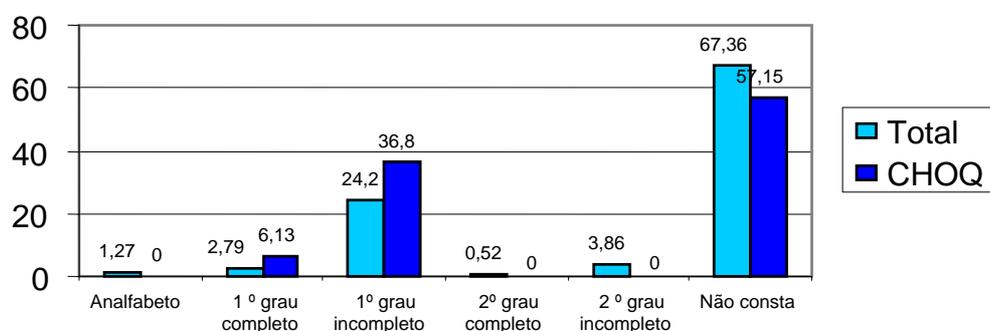
Nos dados referentes à identificação do grau de escolaridade dos adolescentes (Tabelas 31 e 32, gráficos 13 e 14) observou-se que houve grande abstenção no preenchimento dos boletins de ocorrência, pois em (67,36%)deles não constam esses dados, prejudicando ou mascarando os resultados.

Tabela 31 - Grau de escolaridade dos adolescentes (Geral)

Escolaridade	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Analfabeto	02	0,4	02	0,4	07	1,5	13	2,6	08	1,6	32	1,27
1º grau completo	14	2,8	19	3,5	15	3,2	13	2,6	09	1,8	70	2,79
1º grau incompleto	53	10,7	134	24,5	95	20,1	145	29	181	36,3	608	24,20
2º grau completo	01	0,2	03	0,5	02	0,4	-	-	07	1,4	13	0,52
2º grau incompleto	08	1,6	16	2,9	16	3,4	18	3,6	39	7,8	97	3,86
Não consta	416	84,3	373	68,2	338	71,4	311	62,2	254	51,1	1.692	67,36
Total	494	100	547	100	473	100	500	100	498	100	2.512	100

Tabela 32 - Grau de escolaridade dos adolescentes (CHOQ)

Escolaridade	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
1º grau completo	01	10	-	-	01	10	-	-	01	9,1	03	6,13
1º grau incompleto	04	40	-	-	06	60	01	9,1	07	63,6	18	36,8
Não informa	05	50	07	100	03	30	10	90,9	03	27,3	28	57,15
Total	10	100	07	100	10	100	11	100	11	100	49	100

Gráfico 14

A porcentagem de analfabetos foi de (1,27%) dos adolescentes, sendo que (2,79%) concluiu o 1º grau e (24,20%) possui o 1º grau incompleto. Apenas (0,52%) dos adolescentes declarou ter o 2º grau completo e (3,86%) não completou o 2º grau. A análise dos dados do CHOQ ficou muito prejudicada em virtude da abstenção no preenchimento: mais da metade dos boletins (57,15%) não informam sobre a escolaridade dos adolescentes. Mesmo incorrendo em erro de análise, afirmou-se que a maioria dos adolescentes do CHOQ que praticou algum tipo de delito entre 1999 e 2003 (36,8%), não possuía o primeiro grau completo.

As Tabelas 33 e 34 demonstram os destinos dos boletins de ocorrência, nos quais observou-se que, a maioria deles, tanto no município em geral (42,5%) quanto no bairro estudado (39%) foram encaminhados ao Ministério Público.

Tabela 33 - Destino dos boletins de ocorrência (Geral)

Destino dos boletins	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
MP	174	45,2	155	39,2	114	34,2	159	45,0	175	48,7	777	42,5
Arquivado	77	20	100	25,3	100	29,9	45	12,7	37	10,3	359	19,7
SIG	60	15,6	67	17,0	60	17,9	84	23,7	90	25,0	361	19,6
Investigação	21	5,45	15	3,8	19	5,69	17	4,80	23	6,39	95	5,19
TC	17	4,41	23	5,82	14	4,2	15	4,24	08	2,23	77	4,25
Não informa	19	4,94	09	2,28	03	0,90	08	2,26	06	1,67	46	2,52
IP	05	1,3	10	2,53	12	3,60	08	2,26	07	1,95	42	2,30
Intimado	01	0,26	01	0,25	03	0,90	09	2,54	08	2,23	22	1,20
Enc. ao 1º DP	-	-	03	0,75	01	0,30	01	0,13	01	0,27	06	0,34
Enc. ao 2º DP	02	0,52	-	-	01	0,30	01	-	-	-	04	0,21
Enc. ao 3º DP	03	0,78	-	-	01	0,30	-	-	-	-	04	0,21
Aguardando representação	-	-	-	-	-	-	01	0,13	02	0,55	03	0,17
Averiguação	-	-	-	-	-	-	01	0,13	02	0,55	03	0,17
Ag.Flagrante	01	0,26	02	0,50	-	-	-	-	-	-	03	0,17

DIG	-	-	01	0,25	-	-	-	-	01	0,27	02	0,11
DISE	-	-	-	-	01	0,30	-	-	-	-	01	0,05
Enc. DP Canitar	-	-	01	0,25	-	-	-	-	-	-	01	0,05
Enc. à DDM	-	-	-	-	-	-	01	0,13	-	-	01	0,05
Enc. ao D P C	-	-	01	0,25	-	-	-	-	-	-	01	0,05
Enc. ao Del Pol	-	-	01	0,25	-	-	-	-	-	-	01	0,05
IML	01	0,26	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,05
Junta-se ao B.O	-	-	-	-	-	-	01	0,13	-	-	01	0,05
Aguardando laudo	04	1,03	06	1,52	05	1,5	03	0,33	-	-	18	0,99
Total	385	100	395	100	334	100	354	100	360	100	1828	100

Tabela 34 - Destino dos boletins de ocorrência (CHOQ)

Destino	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
MP	07	70	03	50	01	12,5	03	37,5	02	20	16	39
Arquivado	-	-	02	33,3	02	25	01	12,5	03	30	08	19
Não informa	02	20	-	-	02	25	03	37,5	01	10	08	19
SIG	-	-	-	-	02	25	01	12,5	03	30	06	15
TC	-	-	-	-	01	12,5	-	-	01	10	02	4
Aguardando Laudo	01	10	-	-	-	-	-	-	-	-	01	2
IP	-	-	01	16,7	-	-	-	-	-	-	01	2
Total	10	100	06	100	08	100	08	100	10	100	41	100

Nos dados gerais, observou-se que (19,7%) dos boletins de ocorrência são arquivados, (19,6%) encaminhados ao SIG e (5,19%) estão sob investigação. No CHOQ, (19%) dos boletins de ocorrência são arquivados e (19%) não informa o destino. O significativo índice de abstenção no preenchimento dessa informação pode ter mascarado a realidade, mas não impede o prosseguimento da análise.

Ao contrapor o perfil dos infratores do conjunto Orlando Quagliato com os dados gerais dos demais bairros de Ourinhos, pode-se perceber que os do CHOQ seguem os dados

gerais, mesmo quando apresentam diferenças; estas não interferem significativamente a ponto de alterar as afirmações.

Quanto à distribuição geográfica da procedência dos adolescentes envolvidos em violência no município, ficou claro que o CHOQ encontra-se entre os bairros com menores índices de violência, e o CDHU foi o bairro que apontou maior concentração de adolescentes infratores.



Mapa 3 – Localização demográfica dos bairros CHOQ e CDHU

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho originou-se da preocupação em constatar se a percepção presente no imaginário da população residente no município de Ourinhos sobre o alto índice de violência no Conjunto Habitacional Orlando Quagliato, era realidade ou apenas um mito. Partiu-se do pressuposto de que esta percepção tinha origem no senso comum, que, com frequência, atribue a esse segmento da população a responsabilidade pela crescente violência e criminalidade. O que há de mito ou de realidade nessa suposição? Afinal, a delinqüência juvenil vem crescendo de fato, e neste caso, quais seriam os delitos por eles praticados?

Na presente pesquisa, realizada a partir dos boletins de ocorrência registrados nas 6 delegacias do município, no período de 1999 a 2003, coletaram-se dados que possibilitaram refletir sobre essa questão e traçar o perfil do adolescente infrator no município de Ourinhos, buscando constatar se o Conjunto Habitacional Orlando Quagliato é, de fato, o bairro mais violento.

Constatou-se que, no município de Ourinhos, 2512 adolescentes praticaram algum tipo de infração, sendo que destes, 82,32% do sexo masculino, 15,48% do sexo feminino e 2,2% não informaram; 62,10% brancos, 5,7% negros, 16,2% pardos e 16% não informaram; no CHOQ, 93,88% do sexo masculino, 6,12% do sexo feminino e no que diz respeito à cor 67,35% brancos, 14,30% negros; 12,25 pardos e 6,12% não informaram. Observou-se que no município em geral e no CHOQ a maior porcentagem é de adolescentes do sexo masculino e de cor branca.

Vários estudos realizados por alguns Institutos de Pesquisa, como por exemplo o IPEA, que elaborou o Mapeamento da Situação das Unidades de Execução de Medida Sócio educativa de Privação de Liberdade ao Adolescente em Conflito com a Lei no Brasil, encontraram resultados semelhantes. Este estudo mostrou que 90% dos adolescentes que cumprem medida de privação de liberdade no Brasil são do sexo masculino, apenas 6% pertencem ao sexo feminino. Não se trata de resultado surpreendente, pois a maior parte dos estudos disponíveis revela que o mundo do crime é marcado pela presença masculina.

Para Adorno, (1999), no entanto, mesmo que a participação percentual do sexo feminino tenha sido menor, não elimina a hipótese de contribuição do gênero para a composição da violência. Conseqüentemente, as mulheres não estão ausentes ou excluídas do mundo do crime.

No mapeamento dos dados do país, levantados pelo IPEA (2001), 61% são afrodescendentes, sendo que destes 21% são negros e 40% são pardos, predominando branco apenas no Sul com 62%, que se assemelham, portanto, aos resultados encontrados no município de Ourinhos.

No que diz respeito à situação familiar, os dados encontrados em pesquisas realizadas no país se aproximam dos resultados encontrados no município de Ourinhos. De acordo com o mapeamento da situação das unidades de execução de medida socioeducativa de privação de liberdade ao adolescente em conflito com a lei, realizado pelo IPEA (2001), 81% dos adolescentes viviam com a família na época em que praticaram o delito, sendo que, em Ourinhos, 69,34% dos adolescentes possui ambos os pais, enquanto que, no CHOQ, o número percentual de adolescentes com ambos os pais foi superior com 69,4%. Portanto, esta informação vem, justamente, confirmar, o fato de que existe um mito, de que adolescentes infratores se constituírem como “meninos de rua”, que não têm nenhuma família, ou que foram abandonados ou abandonaram sua família. Sobretudo, fica patente que não é falta de

convivência com os pais o que pode motivar e acelerar o ingresso do adolescente à prática de atos infracionais; todavia está mais relacionado à qualidade do vínculo familiar.

A população adolescente de 15 a 17 anos, no município de Ourinhos, é de 5.467 mil habitantes, segundo fonte: Seade - 2000/PNUD - 2000 / Atlas Desenvolvimento Humano - 2000; os dados da pesquisa apontam que 9,1% da população adolescente, em algum momento, praticou atos infracionais.

Esse estudo do IPEA constata que em relação à idade, 76% tinham entre 16 e 18 anos; 6% entre 19 e 20 anos e 18% entre 12 e 15 anos. Em Ourinhos, a maior concentração de adolescentes infratores encontra-se no grupo etário de 16 a 17 anos – 42,71%; na faixa etária de 14 a 15 anos o percentual é de 24,5%; de 12 a 13 anos-9,95% e 18,84% não informaram. No CHOQ, na faixa etária de 16-17 anos - 69,4%, de 14 a 15 anos-24,5%; sendo que não houve registro de infração cometida por adolescentes de 12 a 13 anos e 6,13% não constam informações sobre a idade. Observa-se, portanto, que, com relação à idade, a maior incidência de infração no país se encontra na faixa etária de 16 a 17 anos, sendo que resultado semelhante foi encontrado no CHOQ. No município de Ourinhos, apesar do maior percentual de adolescentes infratores encontrarem-se nessa faixa etária, o resultado encontrado é menor que os do país e do CHOQ. Para Adorno, (1999, pág 32) a concentração de infração na faixa etária não é uma tendência “exclusivamente brasileira. Tanto na América do Norte quanto na Europa também se observa, nas duas últimas décadas, acentuada concentração de adolescentes delinquentes nesse grupo etário”.

O fato de não ter sido encontrado nenhum registro de infração cometida por adolescentes na faixa etária de 12 a 13 anos no CHOQ é bastante significativo, entretanto necessita de ser mais bem explorado, para identificar os motivos da não existência dessas ocorrências, uma vez que no município em geral, 9,95% cometeram algum tipo de infração.

Dos 1828 boletins de ocorrência estudados, observaram-se 2037 tipos de delitos praticados, sendo que esta discrepância nos resultados deve-se ao fato de que poderão ocorrer mais de um delito praticado pelo mesmo adolescente e registrado no mesmo boletim de ocorrência, bem como este mesmo boletim ter registrado atos de mais de um adolescente. Observou-se que, no resultado geral e no CHOQ, os delitos em evidência foram: lesão corporal, ameaça, furto, vias de fato, roubo, porte de entorpecente, dano etc. Em relação à escolaridade, observou-se que 43% dos adolescentes, no geral, declararam estar estudando na ocasião, e no CHOQ 26,53 %. Constataram-se que apenas 2,79% dos adolescentes possuíam o ensino fundamental, sendo que 24,20% não o concluíram; menos de 1% concluiu o ensino médio, 3,86% não o concluíram. Fato que não poderia passar despercebido é o número de boletins que não foram preenchidos adequadamente, pois neles não constavam os dados quanto à escolaridade; no geral, foram 67,36% e no CHOQ, 57,15%. Adorno (1999), em seu estudo sobre os adolescentes no movimento da criminalidade urbana no município de São Paulo, verifica que ocorreu sensível queda na proporção de analfabetos, embora não tenha significado relevante no ponto de vista estatístico. Outra questão importante para o autor é que, ao analisar

A natureza da infração segundo a escolaridade, é possível perceber que o furto e o roubo decrescem à medida que o nível de escolaridade aumenta [...] os menos escolarizados tendem a cometer crimes contra o patrimônio. Os mais escolarizados tendem a envolver-se em conflitos interpessoais. (ADORNO, 1999, p.42).

Foram encontradas muitas dificuldades para se levantar os dados relacionados à escolaridade dos adolescentes; sugere-se a todas as delegacias que sigam um padrão de preenchimento, favorecendo as futuras pesquisas.

Quanto à atividade ocupacional, observou-se, nessa pesquisa, uma diversidade de ocupações declaradas pelos adolescentes no ato de registro do boletim de ocorrência no município de Ourinhos; a atividade declarada, entretanto, deve ser aceita com ressalvas. No

município em geral, o percentual de desocupados era 12,3% e no CHOQ era 28,6%. Dos adolescentes que se declararam estar trabalhando, no município, as principais atividades eram: construção civil 6,65%, no comércio 3,95%;trabalhador rural 1,20%;prestadores de serviço 1,87%, 0,71% estavam realizando trabalho informal; no CHOQ, os dados apontaram que 6,13% eram ajudante geral, 2,05% balconista, 2,05% raspador de taco, 2,05%, guardas-mirim, na construção civil, 6,23% , sendo que 8,16% estavam trabalhando na zona rural.

Conclui-se, portanto, que do total de 2512 adolescentes infratores 1027 estavam desocupados, enquanto que 39,32% não informaram a atividade e 69,53% se declararam estudantes.

Mapeou-se a procedência dos adolescentes infratores, considerando as regiões geográficas do município (APÊNDICE A), sendo que a Região II apresentou o maior número de ocorrências -1.001 adolescentes, percentual de 39,8%; enquanto que no CHOQ registraram-se 1,95% dos casos, o que representa 49 adolescentes. No CDHU registraram-se 6,37%, 160 adolescentes, Vila Boa Esperança com 4,26% dos adolescentes, o parque Minas Gerais, com 3,18%; 2,71% de adolescentes da Vila Brasil; 2,63% da Vila Marcante, 2,15% de adolescentes do Jardim Josefina. O bairro CDHU apresentou, portanto maior concentração de adolescentes infratores. Os delitos mais cometidos foram: furto, lesão corporal dolosa, ameaça, porte de entorpecente, porte de arma branca e dano.

Conclui-se, portanto, que o CHOQ situa-se entre os bairros que apresentam os menores índices de violência, evidenciando-se que a percepção do CHOQ como o bairro mais violento do município de Ourinhos é apenas um mito, no que diz respeito aos resultados quantitativos da pesquisa realizada. O bairro, entretanto, apresenta grande incidência de usuários de drogas ilícitas, adolescentes evadidos da escola, em atividades laborais e gravidez precoce (SMS/PACS/PSF-2003).

A pesquisa apontou, também, que o perfil dos adolescentes envolvidos em violência no Conjunto Habitacional Orlando Quagliato, segue o mesmo padrão detectado em todo município de Ourinhos: adolescentes do sexo masculino, brancos, de 16 a 18 anos incompletos, ensino fundamental incompleto e residindo com ambos os pais.

Tais resultados remetem à seguinte reflexão: as políticas públicas de prevenção e de combate à violência entre adolescentes têm sido eficientes e eficazes? Este entre muitos outros questionamentos surgem, quando se constata a realidade vivida pelos adolescentes autores de ato infracional. Considera-se de extrema relevância o trabalho preventivo através de projetos que invistam na educação desde a infância, o que poderá possibilitar um contingente seguro nesta etapa conturbada da adolescência.

Essa pesquisa poderá contribuir para subsidiar políticas públicas consistentes para o enfrentamento do problema da violência entre os adolescentes. Entretanto, outros estudos poderão ser realizados para ampliar os resultados aqui encontrados, permitindo aos adolescentes a realização de um projeto de vida, para que possa ter prazer, satisfação e condições de viver a cidadania, senão a ideal pelo menos a possível.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sergio; LIMA, R. S.; BORDINI, E.B.T. **O adolescente na criminalidade urbana em São Paulo**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.
- ALVAREZ, Marcos César. A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais. Rio de Janeiro, **Revista de Ciências Sociais**, v 45, n.4, 2002.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ATLAS da exclusão social: dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003. v 2.
- AZEVEDO, Maria Amélia; Guerra, Viviane N. de A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- BEATO, Cláudio C.F. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.13 n. 37 Junho, 1998.
- BECKER, Valéria AP. Pinheiro; VIEIRA, Neli Cláudio Marques. **Perspectivas para uma intervenção do trabalho com famílias excluídas do Município de Ourinhos**. 1997, Monografia (Especialização em Políticas Sociais e Movimentos Sociais) Faculdade de História, Direito e Serviço Social - Universidade Estadual Paulista, Franca. 1997.
- BRACHO, Tereza. Exclusão Educacional como dispositivo de exclusão social. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (Org.). **Demografia da exclusão social: temas e abordagens**. Campinas, SP: Editora Unicamp; Nepo, 2001.
- BRANDÃO, Antônio Carlos, et al. **Movimentos culturais de juventude**. São Paulo: Moderna, 1990 (Coleção Polêmica).
- BRASIL. Senado Federal. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.
- _____. Secretaria da Casa Civil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm> . Acesso em 21 de ago. de 2004.
- CAMPOS, Dinah De S. **Psicologia da adolescência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1964. 239p. (Coleção Documentos Brasileiros, 118)

COLMÁN, Silvia Alapanian. Contribuição do serviço social para a aplicação de penas alternativas. Disponível em <http://www.ssrevista.uel.br/c_v4n1_penas.htm>. Acesso em 21 de ago. de 2005.

COLOMBO, Maristela. **A construção do delinqüente juvenil**: um estudo sobre o adolescente infrator na cidade de Marília. 2001. 170f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

CORRÊA, Silvia. Gasto do SUS com violência cresce 24%. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 5 nov. 2001. Caderno Cotidiano. p. C1

DANTAS, Iuri. Pobreza e má educação põem em risco futuro de adolescentes. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 dez. 2002. Caderno Folha Teen.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. (Org.). **História da criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996 (Coleção Caminhos da História).

DIMENSTEIN, Gilberto. O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil. 19. ed. São Paulo: Ática, 2001.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ERIKSON, Erik H. **Identidade juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FELIX, Sueli Andruccioli. **Geografia do crime**: interdisciplinaridade e relevâncias. Marília: Unesp Marília Publicações, 2002. 149p.

FENELON, Grácia Martins et al. **Meninas de rua**: uma vida em movimento. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

FINATO, MARIZA DA SILVA SANTOS. **Famílias substitutas**: Solução para o abandono infantil? 1997. 108f + anexos. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)-Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP- Universidade Estadual Paulista. Marília, São Paulo, 1997.

FRAGA, Paulo Denisar. Violência: forma de dilaceramento do ser social. **Revista Serviço Social & Sociedade** São Paulo, Cortez, ano 33, n. 70, p. 44, jul., 2002.

FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, Moacir. **Dialética do amor paterno**. São Paulo: Cortez, 1985.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES DA COSTA, Antonio Carlos. **Brasil urgente: a lei**. São Paulo: Columbos, 1990. (Coleção Pedagogia Social).

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia Social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. São Paulo: Cortez, 1997. 326p.

HEILBORN, Maria Luiza. **Estratégias para combater o trabalho infantil no serviço doméstico: dimensões culturais do trabalho infantil feminino**. Rio de Janeiro: IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000.

KNOBEL, Mauricio. Psicopatologia. In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde / Comissão de Saúde do Adolescente. **Adolescência e saúde**. São Paulo, 1999.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon. A situação familiar das crianças e adolescentes pobres: um estudo dos indicadores sociais utilizados no Brasil. **Cadernos CERU**, São Paulo, n. 5, Série 2, 1994.

_____. **A infância assistida**. 1992. 354f. Tese. (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

LEAL, César Barro S; PIEDADE JÚNIOR, Heitor (Orgs.). **Violência e vitimização: a face sombria do cotidiano**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. 299p.

LIBÓRIO, Maria; LOPES, Cláudio Ribeiro. Sobre delinquência juvenil. (Entrevista realizada pela TV de Presidente Prudente em 08 de dezembro de 2004)

MACHADO NETO, Zahide. As meninas: sobre o trabalho da criança e da adolescente na família proletária. **Ciência e Cultura**, v. 32, n.6, p. 671-683, jun., 1980.

_____. Meninos trabalhadores. **Cadernos de Pesquisa**, n.31, p.95-101, dez.1979.

MARCANTONIO, Antonia Terezinha, et al. **Elaboração e divulgação do trabalho científico**. São Paulo: Atlas 1993.

MARTINELLI, M. L. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social**. São Paulo: NEPI, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MINAYO, M.C.S e outros. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MIRANDA, Nilmário ; SILVA, José Fernando. ECA: 15 anos de conquistas e desafios. **Folha de São Paulo**, 17 jul. 2005. Folha Tendências e Debates. p. A3

NAVES, Rubens. Pelo cumprimento do estatuto. **Folha de São Paulo**, 15 nov. 2003. Folha Tendências e Debates. p. A3

NUNES, Brasilmar Ferreira. **Sociedade e infância no Brasil**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2003.

OLIVEIRA, Antonio Santos. A violência e a criminalidade como entraves à democratização da sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, BA, UFBA n. 1, p.239, 1987-2003.

OLIVEIRA, Juarez. **Código penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

OLIVEIRA, Orlandina; PINTO, Luzia Guedes. Exclusão social e democracia. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (Org.). **Demografia da exclusão social: temas e abordagens**. Campinas, SP: Editora Unicamp; Nepo, 2001.

OURINHOS (SP). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Bem estar Social. **Plano municipal de assistência social 2002/2005**. Ourinhos- SP, 2005.

OUTEIRAL, José. **Adolescer: estudos revisados sobre adolescência**. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 2003.

PENTEADO, Gilmar. 84% apóiam redução da maioria penal. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 1º de janeiro de 2004 Folha Cotidiano, p. C3.

PIEIDADE JÚNIOR, Heitor.; LEAL, César Barros S. (Orgs.). **A Violência multifacetada: estudos sobre a violência e segurança pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. 219p.

PRATES, Marilda. **Encontro e reencontro em língua portuguesa: reflexão**. São Paulo: Moderna, 1998.

QUEIROZ, Jose J. (Org.). **O mundo do menor infrator**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1987.

REBELLO FILHO, Wanderley. Violência urbana e segurança pública. In: PIEDADE JÚNIOR, Heitor.; LEAL, César Barros S. (Orgs.). **A Violência multifacetada: estudos sobre a violência e segurança pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. p. 427.

REDE GLOBO DE TELEVISÃO. Globo Reporter. Criminalidade. (Programa exibido em 06 de outubro de 2005).

REZENDE, Pera. et al. **A sociologia brasileira e a reconstrução das concepções dos jovens do ensino médio acerca das desigualdades e da violência**. Londrina, PR: UEL, 2002.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência: práticas discursivas. **Tempo Social**, v. 10, n.2, p. 145-157, out. 1998.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. Adolescente com pratica de ato infracional: a questão da unimputabilidade penal. **Revista Serviço Social & Sociedade** São Paulo, Cortez, Ano XXII, n. 67, p. 182, 2001.

SAITO, Maria Ignez. Necessidades Básicas de Saúde. In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde / Comissão de Saúde do Adolescente. **Adolescência e saúde**. São Paulo, 1999.

SALIBA, Mauricio. **Processo judicial de normalização: cidadania ou controle coercitivo de comportamento?** 2002. 195 f. Dissertação. (Mestrado em Educação)-Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2002.

SANTOS, Antonio Claret Maciel. **Código penal**. São Paulo: Rideel, 1999. (Coleção de Leis Rideel. Serie Completa)

SANTOS, Rosemeire Cristina. Da assistência ao exercício da cidadania: uma análise do programa de garantia de renda mínima do Município de Ourinhos. 2002. 187f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Marília, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

SANTOS, Sheila Daniela Medeiros. **Sinais dos tempos: marcas da violência na escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SÃO PAULO. Lei 9.142 de 9 de março de 1995. Dispõe sobre o financiamento e o desenvolvimento de programas habitacionais sociais, destinados à população de baixa renda. Disponível em: < <http://www.pge.sp.gov.br/centrodestudos/bibliotecavirtual/dh> > Aces so em 21 ago. 2004.

SARAIVA, João Batista Costa. A idade e as razões: não ao rebaixamento da imputabilidade penal. In: VOLPI, Mário. (Org.) **Adolescentes privados de liberdade**. São Paulo: Cortez, 1997a

SARTI, Cinthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Autores Associados, 1995.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.176p.

SATIR, Virgínia. **Terapia do grupo familiar**. Tradução Achilis Nolli. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002..

SILVA, Edílson Marques. **Negritude & fé**: o resgate da auto-estima. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras "Carlos Queiroz", 1998.

SILVA, Lúcia Maria. **Serviço social e família**: a legitimação de uma ideologia. São Paulo: Cortez, 1984.

SILVA, Luiz A. P. Stanisci; ANDRADE, Sílvia.; BACCHETTO, Sinésio, (Orgs.). **Famílias**: aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos. Brasília: MPAS/ SAS; São Paulo: FUNDAP, 1998.

SORJ, Bila et al. **Trabalho e responsabilidade familiares**: um estudo sobre o Brasil. Rio de Janeiro: OIT,2004. (Relatório final).

SOUZA, Maria Inês Fontana Pereira. A situação da criança e do adolescente diante da nova legislação. **Serviço Social e Realidade**, v. 4, n. 1, p. 107-118, 1995.

SPOSATI, Aldaíza. A inclusão social e o Programa de Renda Mínima. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, ano 22, n. 66, p. 76, 2001.

TAKIUTI, Albertina Duarte. Atendimento na rede básica de saúde. In: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde / Comissão de Saúde do Adolescente. **Adolescência e saúde**. São Paulo, 1999.

TIBA, Içami. **Quem ama, educa**. São Paulo: Gente, 2002.

TRIPLICA número de mulheres casadas chefiando a casa.: Censo 2000 da Sucursal do Rio. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 nov. 2002. Caderno Especial.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa qualitativa em educação**: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Núcleo de Estudos da Violência. **Os direitos humanos no Brasil**, São Paulo, NEV/CTV, 1995.

VELHO, Gilberto. **Mudança, crise e violência, política e cultura no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Sociedade urbana: desigualdades e exclusão sociais. **Caderno CRH**, Salvador, BA, Centro de Recursos Humanos /UFBA, n.1, p. 35, 2001.

VITTIELO, Nelson. **Sexualidade-quem educa o educador**: um manual para jovens, pais e educadores. São Paulo: Iglu, 1994.

_____. **Reprodução e sexualidade**: um manual para educadores. São Paulo: CEICH, 1997.

VOLPI, Mário. (Org.) **Adolescentes privados de liberdade**. São Paulo: Cortez, 1997a.

_____. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 1997b.

WACQUANT, Loic. **OS Condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada**. Tradução João Roberto Martins Filho et al. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

WANDERLEY, Mariângela Belfiori. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

YUNES, João. Epidemiologia da Violência. In: OLIVEIRA, Maria Coleta (Org.). **Demografia da exclusão social**: temas e abordagens. Campinas, SP: Editora Unicamp; Nepo, 2001.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 12 n. 35, p. 29-47, 1997.

_____. **Drogas e cidadania**: repressão ou redução de riscos. São Paulo: Brasiliense, 1994.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Divisão dos bairros por região

Região I

01-Jardim Stos Dumont	70-Vila Nova Sá
10- Lote Paulino dos Santos –Jd. Europa	89-Jardim Sta. Fé
11-Jardim Brasília	91-Jardim das Paineiras
12-Vila Sá	93-Vila Vista Alegre
13- Vila Margarida	95- Jardim Sta. Cecília
14-Jardim Sta. Cecília	98-Jardim das Paineiras – prolongamento
15-Jardim Bela Vista	105-Lot. Royal Parque
16- Vila São Luiz	110- Residencial Parque Gabriela
38- Vila Moraes- 2ª seção	112-Jardim São Judas Tadeu
39- Vila Moraes	113-Jardim Flórida
40- Centro	119-Jardim Stos Dumont- 2
41- Vila Emília	120-Jardim Sta. Fé IV
42-Vila Santo Antônio	123-Loteamento Mitsui
17-Lot.Bráz Christoni	128-Jardim Vale do Sol

Região II

15-Jardim Bela Vista	75-LQT-João Batista Medeiros
22- Vila Recreio - 1ª seção	76-Lot. Angelina Marcante
23-Vila Recreio- 2ª seção	78-Chácaras São José
24-Parque Valeriano Marcante	79-Chácaras Bom Retiro
25-Chacrinha	84- Jardim Europa
26-Jardim Sta. Catarina	85- Jardim América
27- Jardim Josefina	86-Jardim Guaporé
28-Jardim Beatriz	90-Jardim São Francisco
29-Jardim Eldorado	92-Jardim Carolina
30-Jardim Anchieta	94-Jardim São Carlos
31-Vila Califórnia	Núcleo Hab. Asse Chequer Nicolau
32-Vila Kennedy-2ª seção	104-Chácara Boa Esperança- Desm
33-Vila Kennedy-1ª seção	107-C.R.I.S Itajubi
34-Vila Adalgiza	108-C.R.I.S Itajubi
35-Vila Sândano	109- Jardim Vale Verde
36-Vila Boa Esperança II Seção	111-Jardim Novo Horizonte

37-Parque Minas Gerais	114-Conj. Res., Ourinhos”D1”,’D2”, ‘D3”
62-Vila Brasil- 1ª seção	115-Conj.Resid. Flamboyant
63-Vila Brasil – 2ª seção	64-Vila Brasil- 3ª seção
67-Lot. São Bento	71-Jardim Industrial
72-Jardim Ouro Fino	116-Jardim São Jorge
73-Vila Operária	118-Jardim do Sol
121-Jardim Columbia	122-Jardim do Sol II
126-Conj. Hab. Orlando Quagliato	127-Jardim Colorado
131-Jardim Anchieta II	Jardim das Acácias

Região III

02-Vila Soares	57-Jardim Paris
03-Jardim Primavera	61-Pacheco Chaves
04-Jardim Ouro Verde	58-Vila Musa
05-Jardim Paulista-1ª seção	59-Vila Adélia
06-Jardim Paulista- 2ª seção	60-Vila Sta. Maria
07-Jardim Paulista-3ª seção	82-Vila Rodrigues de Carvalho
08-Jardim Tropical	83-Jardim Itamaraty
09-Jardim Alvorada	87-Jardim Sta. Maria
43-Jardim Matilde 1ª seção	88-Jardim dos Bandeirantes
44-Jardim Matilde-2ª seção	96-Lot.WaldomiroAmaral Mello
45-Cohab	99-Jardim Estoril
46-Vila São Silvestre	100-Villarville
47-Jardim Nazareth	101-Jardim Tropical- prolongamento
48-Vila Vilar	103-Jardim Furlan
49-Vila São José-1ª seção	106-Conjunto.Hab.Pe. Eduardo Murante
50-Vila São José- 2ª seção	117-Jardim Sta. Felicidade
51-Vila Odilon	124-Jardim Imperial
52-Vila São Francisco	125-Chácara Sta. Emilia
53-Vila Sta. Maria	130- Jardim Quebec
54-Lot.Domingos Garcia	135-Jardim Independência
55-Vila São João	136-lot. Jardim Nossa Sra. Aparecida
56-Vila Nossa Sra. de Fátima	137-Itaipava

APÊNDICE B - Procedência dos adolescentes por ano (Geral)

1ª REGIÃO	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Centro	09	1.8	11	2	11	2.3	14	2.8	10	2	55	10.9
Conj. Hab. Itajubi	15	3.1	08	1.5	10	2.1	07	1.4	10	2	50	10.1
Jd. Bela Vista	-	-	03	0.5	01	0.2	-	-	-	-	04	0.7
Jd. Brilhante	-	-	-	-	-	-	01	0.2	01	0.2	02	0.4
Jd. das Paineiras	05	1	03	0.5	02	0.4	02	0.4	06	1.2	18	3.5
Jardim Flórida	01	0.2	01	0.2	-	-	05	1	-	-	07	1.4
Jardim Manhatam	-	-	-	-	-	-	-	-	02	0.4	02	0.4
Jardim Sta. Fé	02	0.4	01	0.2	01	0.2	05	1	01	0.2	10	2
Jd. S.Judas Tadeu	02	0.4	01	0.2	-	-	02	0.4	01	0.2	06	1.2
J. Sta. Felicidade	-	-	-	-	-	-	01	0.2	01	0.2	02	0.4
Jd. Stos. Dumont	03	0.6	06	1.1	01	0.2	02	0.4	04	0.8	16	3.1
Jardim Vale do Sol	-	-	-	-	-	-	03	0.6	04	0.8	07	1.4
Vila Christoni	05	1	09	1.6	08	1.7	07	1.4	21	4.2	50	9.9
Vila Mano	01	0.2	02	0.4	-	-	03	0.6	01	0.2	07	1.4
Vila Margarida	11	2.2	28	5.1	23	4.9	13	2.6	11	2.2	86	17
Vila Moraes	07	1.4	06	1.1	06	1.3	03	0.6	04	0.8	25	5.2
Vila Nova Sá	22	4.5	36	6.6	18	3.8	22	4.4	35	7	133	26.3
V. Nova Ourinhos	02	0.4	02	0.4	01	0.2	-	-	-	-	05	1
Vila Perino	09	1.8	17	3.1	12	2.6	13	2.6	05	1	56	11.1
Vila São Luiz	10	2.1	20	3.6	17	3.7	16	3.2	12	2.4	75	15
Vila Santo Antônio	01	0.2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0.2
Vila Vista Alegre	-	-	02	0.4	01	0.2	01	0.2	-	-	05	0.8
Subtotal	105	21.3	156	28.5	112	23.8	120	24	129	25.8	622	123.4
2ª REGIÃO	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%		%
CDHU	24	4.9	30	5.5	42	8.9	31	6.2	33	6.6	160	32.1
Conj. O. Quagliato	08	1.6	08	1.5	13	2.8	11	2.2	09	1.8	49	9.9
Jardim América	02	0.4	-	-	02	0.4	-	-	01	0.2	05	1
Jardim Anchieta	22	4.5	22	4	10	2.1	21	4.2	14	2.8	89	17.6
Jardim Carolina	-	-	-	-	01	0.2	-	-	-	-	01	0.2

Jardim Colorado	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0.2	01	0.2
Jardim Columbia	01	0.2	01	0.2	-	-	02	0.4	-	-	04	0.8
Jardim das Acácias	-	-	-	-	-	-	01	0.2	-	-	01	0.2
Jardim do Sol	02	0.4	02	0.4	06	1.3	07	1.4	04	0.8	21	4.3
Jardim Eldorado	02	0.4	09	1.6	04	0.8	11	2.2	08	1.6	34	6.6
Jardim Europa	03	0.6	10	1.8	02	0.4	04	0.8	04	0.8	23	4.4
J. Flamboyant	-	-	-	-	-	-	05	1	02	0.4	07	1.4
Jardim Industrial	07	1.4	03	0.5	03	0.6	01	0.2	04	0.8	18	3.5
Jardim Guaporé	05	1	05	0.9	07	1.5	06	1.2	03	0.6	26	5.1
Jardim Josefina	17	3.5	16	2.9	07	1.5	05	1	09	1.8	54	10.6
Jardim Ouro Fino	-	-	02	0.4	-	-	01	0.2	02	0.4	05	1
Jardim São Carlos	07	1.4	02	0.4	03	0.6	01	0.2	06	1.2	19	3.8
Jardim S. Francisco	-	-	02	0.4	04	0.8	03	0.6	01	0.2	10	2
Jardim São Jorge	01	0.2	01	0.2	-	-	-	-	-	-	02	0.4
Jardim Vale Verde	07	1.4	10	1.8	03	0.6	01	0.2	10	2	31	6
P. Minas Gerais	08	1.6	14	2.6	17	3.6	18	3.6	23	4.6	80	16
Vila Adalgisa	08	1.6	08	1.5	03	0.6	08	1.6	17	3.4	44	8.7
Vila Brasil	24	4.9	15	2.7	11	2.3	12	2.4	06	1.2	68	13.5
V. Boa Esperança	28	5.7	19	3.5	18	3.9	21	4.2	21	4.2	107	21.5
Vila Califórnia	03	0.6	04	0.7	02	0.4	02	0.4	02	0.4	13	2.5
Vila Kenedy	06	1.2	06	1.1	01	0.2	03	0.6	01	0.2	17	3.3
Vila Marcante	19	3.9	10	1.8	17	3.6	12	2.4	08	1.6	66	13.3
Vila Operária	02	0.4	02	0.4	01	0.2	03	0.6	10	2	18	3.6
Vila Recreio	02	0.4	01	0.2	-	-	-	-	02	0.4	05	1
Vila Sândalo	05	1	05	0.9	06	1.3	03	0.6	04	0.8	23	4.6
Subtotal	213	43.2	207	37.9	183	38.6	193	38.6	205	41	1001	199.3
3ª REGIÃO	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%		
Bairro Itaipava	02	0.4	-	-	03	0.6	02	0.4	-	-	07	1.4
Cohab	09	1.8	10	1.8	10	2.1	08	1.6	11	2.2	48	9.5
Jardim Alvorada	-	-	01	0.2	-	-	02	0.4	-	-	03	0.6
Jd. Bandeirantes	03	0.6	02	0.4	01	0.2	01	0.2	02	0.4	09	1.8
Jardim Estoril	02	0.4	-	-	-	-	-	-	-	-	02	0.4
Jardim Itamaraty	12	2.4	14	2.6	15	3.2	20	4	18	3.7	79	15.9
Jardim Matilde	12	2.4	18	3.3	20	4.2	16	3.2	10	2	76	15.1
Jardim Nazaré	02	0.4	-	-	01	0.2	01	0.2	-	-	04	0.8
Jd. N. S. de Fátima	01	0.2	03	0.5	-	-	01	0.2	01	0.2	06	1.1
Jardim Ouro Verde	03	0.6	06	1.1	05	1.1	05	1	03	0.6	22	4.4
Jardim Paulista	05	1	05	0.9	07	1.4	07	1.4	02	0.4	26	5.1
Jardim Paris	-	-	01	0.2	01	0.2	02	0.4	02	0.4	06	1.2
Jardim Primavera	01	0.2	01	0.2	01	0.2	-	-	-	-	03	0.6
Jardim Quebec	-	-	-	-	03	0.6	01	0.2	-	-	04	0.8
Jd. São Silvestre	01	0.2	-	-	-	-	01	0.2	-	-	02	0.4
Jardim Tropical	-	-	01	0.2	-	-	-	-	02	0.4	03	0.6
P. Pacheco Chaves	03	0.6	-	-	03	0.6	05	1	04	0.8	15	3
Vila Emília	-	-	-	-	-	-	01	0.2	01	0.2	02	0.4

Vila Musa	10	2.1	09	1.6	02	0.4	13	2.6	18	3.7	52	10.4
Vila Odilon	07	1.4	10	1.8	05	1.1	10	2	20	4.1	52	10.4
Vila São João	03	0.6	02	0.4	01	0.2	05	1	03	0.6	14	2.8
Vila São José	05	1	07	1.3	01	0.2	05	1	06	1.2	24	4.7
Vila Soares	02	0.4	-	-	01	0.2	04	0.8	01	0.2	08	1.6
Vila Vilar	-	-	01	0.2	01	0.2	-	-	01	0.2	03	0.6
Subtotal	83	16.7	91	16.7	81	16.9	110	22	105	21.3	470	93.6
ZONA RURAL E OUTROS	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%		
Não informa	75	15.2	61	11.1	52	11.2	58	11.6	47	9.5	293	58.6
Usina São Luiz	01	0.2	01	0.2	01	0.2	03	0.6	-	-	06	1.2
Zona Rural	01	0.2	06	1.1	04	0.8	04	0.8	03	0.6	18	3.5
Subtotal	77	15.6	68	12.4	57	12.1	65	13	50	10.1	317	63.2
OUTRAS CIDADES	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%		
Andirá- PR	-	--	-	-	01	0.2	-	-	-	-	01	0.2
Arapoti- PR	03	0.6	-	-	-	-	-	-	-	-	03	0.6
Assis- SP	04	0.8	-	-	01	0.2	-	-	-	-	05-	1
Barra Bonita - SP	-	-	-	-	-	-	-	-	02	0.4	02	0.4
Bauru- SP	-	-	03	0.5	06	1.4	02	0.4	-	-	11	2.3
Cândido Mota- SP	01	0.2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0.2
Canitar- SP	-	-	03	0.5	-	-	-	-	-	-	03	0.5
Chavantes- SP	-	-	-	-	03	0.6	-	-	-	-	03	0.6
Curitiba- PR	-	-	01	0.2	-	-	-	-	-	-	01	0.2
Esp. S. do Turvo -SP	-	-	-	-	-	-	-	-	02	0.4	02	0.4
Franca- SP	-	-	-	-	01	0.2	-	-	-	-	01	0.2
Ipaussu- SP	-	-	-	-	02	0.4	-	-	-	-	02	0.4
Jacarezinho- PR	-	-	04	0.7	20	4.3	01	0.2	-	-	25	5.2
Jaú- SP	-	-	-	-	02	0.4	-	-	01	0.2	03	0.6
Lençóis Paulista - PR	-	-	-	-	02	0.4	-	-	-	-	02	0.4
Londrina- PR	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0.2	01	0.2
Maringá- PR	01	0.2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0.2
Marília- SP	-	-	02	0.4	-	-	-	-	01	0.2	03	0.6
Marq. dos Reis- PR	01	0.2	-	-	-	-	01	0.2	-	-	02	0.4
Novo Horizonte- Palmital- SP	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0.2	01	0.2
Piraju- SP	-	-	-	-	-	-	01	0.2	-	-	01	0.2
Ribeirão do Sul- SP	-	-	-	-	-	-	01	0.2	-	-	01	0.2
Salto Grande- SP	-	-	07	1.3	-	-	02	0.4	01	0.2	10	1.9
São Paulo- SP	04	0.8	03	0.5	-	-	-	-	-	-	07	1.3
Sta. C.R. Pardo- SP	01	0.2	-	-	-	-	03	0.6	-	-	04	0.8
Sto. ^a Platina -PR	-	-	02	0.4	02	0.4	-	-	-	-	04	0.8
Timburi - SP	01	0.2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0.2
Subtotal	16	3.2	25	4.5	40	8.5	12	2.4	09	1.8	102	20.4
TOTAL GERAL	494	100	547	100	473	100	500	100	498	100	2.512	500

APÊNICE C - Tipo de atividade por ano (Geral)

DOMESTICA	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Do lar	02	0,4	07	1,	05	1	06	1,2	05	1	25	0,99
Doméstica	01	0,2	-	-	-	-	02	0,4	01	0,2	04	0,16
Subtotal	03	0,6	07	1,	05	1	08	1,6	06	1,2	29	1,15

EDUCAÇÃO	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Estudante	182	36,9	231	42,2	234	49,6	207	41,4	224	45	1078	43
Estagiário	01	0,2	-	-	01	0,2	-	-	-	-	02	0,08
Subtotal	183	37,1	231	42,2	235	49,8	207	41,4	224	45	1.080	43,08

CONSTRUÇÃO CIVIL	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Ajudante geral	14	2,9	13	2,4	03	0,6	04	0,8	08	1,6	42	1,67
Aj. Pintor de parede	04	0,8	01	0,2	-	-	01	0,2	-	-	06	0,23
Aj. Olaria	-	-	01	0,2	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Ceramista	-	-	-	-	-	-	01	0,2	-	-	01	0,04
Carpinteiro	-	-	-	-	01	0,2	-	-	01	0,2	02	0,08
Gesseiro	-	-	-	-	01	0,2	-	-	-	-	01	0,04
Lixador de taco	-	-	01	0,2	-	-	01	0,2	-	-	02	0,08
Oleiro	01	0,2	-	-	-	-	01	0,2	-	-	02	0,08
Pedreiro	03	0,6	04	0,7	01	0,2	-	-	01	0,2	09	0,36
Pintor de parede	04	0,8	04	0,7	-	-	02	0,4	01	0,2	11	0,44
Serralheiro	-	-	-	-	-	-	01	0,2	-	-	01	0,04
Servente pedreiro	20	4	26	4,7	15	3,2	14	2,8	13	2,6	88	3,50
Téc. Iluminação	01	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Subtotal	47	9,5	50	9,1	21	4,4	25	5	24	4,8	167	6,64

COMÉRCIO	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Açougueiro	01	0,2	03	0,5	-	-	-	-	-	-	04	0,16
Atendente	01	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Aux. De balconista	-	-	01	0,2	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Aux. De confeitaria	-	-	-	-	-	-	01	0,2	-	-	01	0,04
Auxiliar de cozinha	-	-	01	0,2	-	-	-	-	-	-	01	0,04

Aux. De escritório	02	0,4	04	0,7	01	0,2	-	-	01	0,2	08	0,32
Balconista	04	0,8	01	0,2	01	0,2	01	0,2	03	0,6	10	0,4
Chapeiro	-	-	02	0,4	-	-	-	-	-	-	02	0,08
Carregador	-	-	01	0,2	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Cobrador	03	0,6	-	-	01	0,2	-	-	-	-	04	0,16
Comerciário	-	-	01	0,2	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Contador	-	-	-	-	01	0,2	-	-	-	-	01	0,04
Contínuo	01	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Digitador	-	-	01	0,2	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Entregador	01	0,2	-	-	01	0,2	-	-	-	-	02	0,08
Entregador de jornal	01	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Empacotador	01	0,2	-	-	01	0,2	-	-	03	0,6	05	0,20
Fotografo	-	-	01	0,2	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Garçom	02	0,4	-	-	-	-	-	-	-	-	02	0,08
Guarda – mirim	05	1	07	1,3	05	1	03	0,6	06	1,2	26	1,03
Gráfico	01	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Jornaleiro	-	-	01	0,2	-	-	01	0,2	-	-	02	0,08
Mototaxista	01	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Padeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,2	01	0,04
Peixeiro	01	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Promotor de vendas	-	-	-	-	01	0,2	-	-	-	-	01	0,04
Repositor	01	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Ofiice - boy	01	0,2	-	-	01	0,2	-	-	-	-	02	0,08
Tec. Informática	-	-	-	-	-	-	01	0,2	-	-	01	0,04
Vendedor	03	0,6	05	0,9	03	0,6	-	-	02	0,4	13	0,52
Aux. Recepcionista	-	-	-	-	-	-	01	0,2	-	-	01	0,04
Subtotal	30	6	29	5,4	16	3,2	08	1,6	16	3,2	99	3,95

RURAL	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Retireiro	-		02	0,4	-		-		-		02	0,08
Trabalhador rural	14	2,9	06	1	04	0,8	03	0,6	01	0,2	28	1,11
Subtotal	14	2,9	08	1,4	04	0,8	03	0,6	01	0,2	30	1,19

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Auto eléctrico	-	-	01	0,2	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Aux. Mecânico	-	-	-	-	02	0,4	03	0,6	01	0,2	06	0,23
Borracheiro	01	0,2	03	0,5	-	-	01	0,2	01	0,2	06	0,23
Costureira	01	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Eletricista	01	0,2	04	0,7	01	0,2	-	-	-	-	06	0,23
Funileiro	-	-	01	0,2	-	-	01	0,2	03	0,6	05	0,20
Inst. Informática	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,2	01	0,04
Instalador	-	-	-	-	01	0,2	-	-	-	-	01	0,04
Lavador de autos	02	0,4	-	-	-	-	-	-	02	0,4	04	0,16
Mecânico	04	0,8	05	0,9	03	0,6	-	-	03	0,6	15	0,60
Mecânico bicicleta	01	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Subtotal	10	2	14	2,5	07	1,4	05	1	11	2,2	47	1,85

OUTROS	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total	%
Aj. Caminhoneiro	-	-	01	0,2	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Aj. De motorista	01	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Artesão	-	-	-	-	01	0,2	-	-	-	-	01	0,04
Atleta	-	-	-	-	01	0,2	-	-	-	-	01	0,04

Cabeleireiro	01	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Jardineiro	01	0,2	01	0,2	-	-	-	-	02	0,4	04	0,16
Leiteiro	-	-	-	-	01	0,2	-	-	01	0,2	02	0,08
Maquinista	01	0,2	01	0,2	-	-	-	-	-	-	02	0,08
Montador	-	-	01	0,2	01	0,2	-	-	-	-	02	0,08
Motorista	01	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Operário	01	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-	01	0,04
Saqueiro	-	-	-	-	-	-	01	0,2	-	-	01	0,04
Subtotal	6	1,2	4	0,8	4	0,8	1	0,2	3	0,6	18	0,72
Desempregado	-	-	-	-	-	-	02	0,4	01	0,2	03	0,12
Sem prof. definida	20	4,1	20	3,6	08	1,8	23	4,6	13	2,6	84	3,34
Desocupado	44	8,9	53	9,7	58	12,4	68	13,6	86	17,3	309	12,3
Não informa	135	27,4	131	24	111	23,6	140	28	112	22,5	629	25,04
Prejudicado	02	0,4	-	-	04	0,8	10	2	01	0,2	17	0,67
TOTAL GERAL	494	100	547	100	473	100	500	100	498	100	2512	42,91

APÊNDICE D - Tipo de delito cometido por adolescentes por ano (Geral)

Dos Crimes Contra a Honra	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%	2003	%	Total
Calunia art.138	-		01		-		01		-		02
Difamação art.139	-		05		01		01		-		07
Injúria art.140	10		17		26		19		10		82
Sub-total	10		23		27		21		10		91
Dos Crimes Contra o Patrimônio											
Apropriação Indébita art.168	01		-		-		01		07		09
Dano /estelionato /vandalismo art.163	22		20		24		30		16		112
Extorsão Art.158	01		-		02		01		01		05
Furto art.155	43		63		58		72		78		314
Roubo art.157	09		07		05		06		16		43
Av.Estelionato art.171	01		01		-		-		-		02
Receptação art.180	01		02		01		04		03		11
Sub-Total	78		93		90		114		121		496
Dos Crimes Contra o Meio Ambiente											
Pichação (dano) art.65	-		02		02		02		-		06
Contra Fauna art.29	01		-		02		01		-		04
Crime Ambiental	-		01		02		-		02		05
Sub- Total	01		03		06		03		02		15
Contra a Administração em Geral											
Desobediência art. 330	03		03		04		05		02		17
Desacato art.331	05		04		10		02		09		30
Sub- Total	08		07		14		07		11		47
Contra a Liberdade Individual											
Ameaça art. 147	36		44		53		47		38		218
Cárcere privado art. 148	-		-		-		01		-		01
Sub - Total	36		44		53		48		38		219
Contra Fé Pública											
Moeda falsa art. 289	-		02		01		01		03		07
Av.fals.Documento art.298	01		-		-		-		-		01
Av. fals.Ideológica art. 299	-		01		-		-		-		01
Sub-total	01		03		01		01		03		09

Contra Liberdade Sexual								
Estupro art. 213	03	03	-	01	04	11		
Atent. Violento ao pudor art. 214	03	09	06	04	01	23		
Av.Rapto art. 219	01	-	-	-	-	01		
Ato obsceno art.233	02	01	01	01	-	05		
Av. sedução art. 217	-	-	01	-	-	01		
Sub. Total	09	13	08	06	05	41		
Contra a pessoa								
Perigo de vida/ saúde/ periclitacão da vida art. 132	-	02	01	04	-	07		
Maus tratos art. 136	-	-	02	-	-	02		
Rixa art. 137	-	-	01	01	-	02		
Lesão corporal dolosa / culposa art.129	85	61	53	85	56	340		
Sub. Total	85	63	57	90	56	351		
Contra incolumidade publica								
Incêndio art. 250	-	01	-	01	-	02		
Sub-total	-	01	-	01	-	02		
Contra administração da justiça								
Com. Falso crime art. 340	-	01	-	-	-	01		
Fuga art.351	03	01	04	-	-	08		
Sub - total	03	02	04	-	-	09		
Contra a vida								
Tentativa aborto art.124	-	01	-	-	-	01		
Tentativa homicídio art. 121	-	01	01	01	-	03		
Tentativa suicídio art. 122	01	-	-	-	-	01		
Sub-total	01	02	01	01	-	05		
Contra assist. Família								
Abandono material art. 244	-	-	01	-	-	01		
Subtração de incapazes art 249	-	-	-	01	-	01		
Sub. Total	-	-	01	01	-	02		
Contra a justiça publica (paz publica)								
Apologia do crime art.287	-	-	-	01	-	01		
Av exerc. Arbr prop. Razão	-	-	-	01	-	01		
Resistência	01	01	-	02	02	06		
Sub-Total	01	01	-	04	02	08		
Atípico (algo não comprovado)								
Disparo de arma de fogo	01	-	-	-	-	01		
Porte de arma branca e fogo	10	18	03	16	12	59		
Porte de arma	07	05	01	05	-	18		
Sub - total	18	23	04	21	12	78		
Contravenção penal								
Pert. Tranqüilidade/trabalho art. 65	04	07	03	06	08	28		
Vias de fato art. 21	19	27	31	14	27	118		
Falta habilitação art 309-CTB	59	21	07	01	04	92		
Imp..ofensiva art. 61	02	01	02	01	01	07		

Av. exerc. Arb.p. razão	01		-		-		-		01			
Av.exercício ilegal da profissão art. 47	01		-		-		-		01			
Desordem art.40	-		-	02		01			-	03		
Embriaguês	01		-		-		-		-	01		
Jogo de bicho art. 58	01		-		-		-		-	01		
Recusa fornecimento de dados sobre identidade art. 68	-		-	01		-			-	01		
Sub- total	88		56	46		23		40		253		
Averiguação												
Ap.folha de cheque	-		-	01		--		01		02		
Ap.bicicleta	-		-	01		-		-		01		
Ap. motocicleta	01		01		-		-		-	02		
Ap.veiculo	02		-		-		-		-	02		
Ap.animal	-		-		-		-	01		01		
Ap. objeto	08		16	11		11		22		68		
Sub-total	11		17	13		11		24		76		
Não criminal												
Auto lesão	02		-		-		-		-	02		
Desaparecimento	-		01		-		-		-	01		
Desentendimento	-		02	01		-		03		06		
Desinteligência	02		01		-	02		-		05		
Adoles/ situação irregular	04		01	02		-		02		09		
Queda acidental/ moto	01		02		-			-		03		
Sub - total	09		07	03		02		05		26		
Lei 6368/76												
Ap. entorpecente	-		-	03		04		01		08		
Porte entorpecente(16)	17		33	15		20		24		109		
Trafico (12)	01		01	02		03		08		15		
Sub- total	18		34	20		27		33		132		
Comunicação de fato												
Preservação de direitos	11		09	15		17		19		71		
Sub- total	11		09	15		17		19		71		
Cód. de transito brasileiro												
Vetado art. 300	-		01		-			-		01		
Falta habilitação art.310	01		03	01		-		-		05		
Veiculo s/ licenciamento art. 132	-		-	01		04		-		05		
Direção perigosa art 308	02		02	01		01		01		07		
Dirigir sem permissão art.307	03		-	02		-		-		05		
Sub- total	06		06	05		05		01		23		
ECA												
Art. 103(ato infracional)	20		29	08		02		08		67		
Sub-total	20		29	08		02		08		67		
Contra Inviolabilidade do domicílio												
Invasão de domicílio art 150	03		-	01		-		-		04		
Sb-total	03		-	01		-		-		04		
Não informa	01		09	01		01		02		14		
Sub-total	01		09	01		01		02		14		
Total	414	100	445	100	378	100	405	100	392	100	2037	100

APÊNDICE E - Ficha de Coleta de Dados

Delegacia
Numero do BO
Numero da caixa de arquivo

Data Ocorrência	
Delito ou infração	
Local da ocorrência :	Vítima
<input type="checkbox"/> Criança Infratora	<input type="checkbox"/> Criança
<input type="checkbox"/> Adolescente infrator	<input type="checkbox"/> Adolescente
<input type="checkbox"/> Adulto	<input type="checkbox"/> Adulto
	<input type="checkbox"/> Justiça Publica
<input type="checkbox"/> Não Consta	<input type="checkbox"/> Não Consta
Sexo	Sexo
<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> feminino
<input type="checkbox"/> masculino	<input type="checkbox"/> masculino
Cor:	Cor:
<input type="checkbox"/> branca negro Não Consta	<input type="checkbox"/> branca negro Não
<input type="checkbox"/> parda amarelo	<input type="checkbox"/> parda amarelo
Idade :	Idade:
Possui:	Possui :
<input type="checkbox"/> Ambos os pais avô Padrastos	<input type="checkbox"/> Ambos os pais avô Padrastos
<input type="checkbox"/> pai avó Outros	<input type="checkbox"/> pai avó Outros
<input type="checkbox"/> mãe Ambos os avós Não consta	<input type="checkbox"/> mãe Ambos o avós Não
	<input type="checkbox"/> mãe consta
Profissão:	Profissão:
Bairro:	Bairro:
Cidade:	Cidade:
Escolaridade	Escolaridade

<input type="checkbox"/> analfabeto	<input type="checkbox"/> analfabeto
<input type="checkbox"/> 1º grau completo	<input type="checkbox"/> 1º grau completo
<input type="checkbox"/> 1º grau Incompleto	<input type="checkbox"/> 1º grau Incompleto
<input type="checkbox"/> 2º grau completo	<input type="checkbox"/> 2º grau completo
<input type="checkbox"/> 2º grau Incompleto	<input type="checkbox"/> 2º grau Incompleto
<input type="checkbox"/> Superior	<input type="checkbox"/> Superior
<input type="checkbox"/> Não consta	<input type="checkbox"/> Não consta
Destino do BO	
Nome a assinatura resp. pela coleta	

APÊNDICE F - Ficha de Tabulação de Dados

Adolescente Mês de

Vitima	Quantidade	Infrator	Quantidade	Total
<i>Sexo feminino</i>		<i>Sexo feminino</i>		
Sexo masculino		Sexo masculino		
Justiça Pública		Justiça Pública		
Não consta		Não consta		
Total		Total		

<i>Cor</i>				
vitima	Quantidade	Infrator	Quantidade	Total
branco		Branco		
negro		Negro		
pardo		Pardo		
Não consta		Não consta		

<i>Idade</i>				
Vitima	Quantidade	Infrator	Quantidade	Total
16 a 17 anos		16 a 17 anos		
14 a 15 anos		14 a 15 anos		
12 a 13 anos		12 a 13 anos		
Não consta		Não consta		
Total		Total		

<i>Filiação</i>				
Vitima	Quantidade	Infrator	Quantidade	Total
Ambos os país		Ambos os país		
Mãe		Mãe		
Pai		Pai		
Avós		Avós		
Outros		Outros		
Não consta		Não consta		

<i>Bairros</i>				
Vitima	Quantidade	Infrator	Quantidade	Total

<i>Profissão</i>				
Vitima	Quantidade	Infrator	Quantidade	Total

<i>Escolaridade</i>				
Vitima	Quantidade	Infrator	Quantidade	Total
Analfabeto		Analfabeto		
1 ° grau completo		1 ° grau completo		
1 ° grau incompleto		1 ° grau incompleto		
2° grau completo		2° grau completo		
2° grau incompleto		2° grau incompleto		
Superior		Superior		
Não consta		Não consta		

<i>Delito</i>				
<i>Vitima</i>	Quantidade	Infrator	Quantidade	<i>Total</i>

<i>Destino BO</i>				
Vitima	Quantidade	Infrator	Quantidade	Total
Arquivo				
TC				

APÊNDICE G - Modelo de Requerimento

Ourinhos, _____ de _____ de 2004.

Ilma (o) Sra. (o) Delegada(o)

Delegacia

Assunto: Autorização para Pesquisa Documental

Requerimento

Eu, Ermenegilda de Fátima Dias Perino, RG -7.926.416-5, Assistente Social, residente na Av. Horácio Soares, n.º 1046-Ourinhos-SP, aluna mestranda em Ciências Sociais, na UNESP - Universidade Estadual de Marília – SP, venho, mui respeitosamente, solicitar sua autorização para realizar junto a esta Delegacia, pesquisa documental sobre adolescentes infratores, sob a orientação da Doutora Bárbara Fadel. Informo que essa pesquisa documental formará a base de dados para a elaboração de um trabalho monográfico cujo tema é “Violência na Adolescência: um Estudo sobre os Adolescentes do Conjunto Habitacional Orlando Quagliato”.

Na certeza da compreensão de V.S.a , antecipadamente agradeço.

Ermenegilda de Fátima Dias Perino
Assistente Social

ANEXOS

ANEXO A - Fotos das fases do trabalho em mutirão

ANEXO B - Local onde os mutirantes se reuniam, onde aconteciam as festas, e toda parte administrativa do mutirão. Após termino do projeto mutirão, foi construída a Escola Municipal de Ensino Fundamental - EMEF- Dr.Salen Abujanra.



ANEXO C - Infrações

Segundo Antônio Clarét Maciel dos Santos (1999) e Juarez de Oliveira (1988)

infrações são:

Dos crimes contra a pessoa - Código Penal - artigo 121 ao 154:

- Art.129 – Lesão Corporal
- Art.136 – Maus tratos
- Art. 137 – Rixa
- Art.138 – Calúnia
- Art.139 – Difamação
- Art.140 – Injúria
- Art.146 – Constrangimento ilegal
- Art.147 – Ameaça
- Art.150 – Violação de domicílio

Dos crimes contra o patrimônio – CP – Art. 155 a 183:

- Art. 155 – Furto
- Art. 157 – Roubo
- Art. 158 – Extorsão
- Art. 163 – Dano/vandalismo
- Art. 168 – Apropriação indébita
- Art.171 – Estelionato
- Art.180 – Receptação

Dos crimes contra a liberdade sexual – CP – Art.213 a 234:

- Art.213 – Estupro
- Art.214 – Atentado violento ao pudor
- Art.217 – Sedução
- Art.219 – Rapto
- Art. 233 – Ato obsceno

Dos crimes contra a família:

- Art. 244 – Abandono material

Dos crimes contra a fé pública:

- Art. 289 – Moeda falsa

- Art. 298 – Falsificação de Documentos
- Art. 299 – Falsidade Ideológica

Dos Crimes contra a administração pública:

- Art. 329 – Resistência
- Art.330 – Desobediência
- Art.331 – Desacato

Das Contravenções referente à pessoa – Lei 3.688 de 1941, art. 1º ao 7º:

- Art.19.Porte de arma
- Art.21.Vias de fato

Das Contravenções referentes ao patrimônio:

- Art.26 – Violação de lugar ou objeto

Das Contravenções referentes à Incolumidade pública:

- Art.28. Disparo de arma de fogo
- Art.32. Falta de habilitação
- Art.34. Direção perigosa

Das Contravenções referentes à paz pública:

- Art.42. Perturbação do trabalho

Das Contravenções relativas a policia de costumes:

- Art.58. Jogo de bicho
- Art.61. Importunação ofensiva ao pudor
- Art.62. embriaguez
- Art.65. Perturbação da tranqüilidade